UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Instituto de Economia

Mestrado em Economia Social e do Trabalho

Carmen Siqueira Ribeiro dos Santos Nogueira

Trabalho infantil e famílias em Regiões Metropolitanas brasileiras

Dissertação apresentada ao Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) sob a orientação da Profa. Dra. Eugênia Troncoso Leone para a obtenção do título de Mestre em Economia Social e do Trabalho.

Campinas, 2003

Trabalho infantil e famílias em Regiões Metropolitanas brasileiras

Carmen Siqueira Ribeiro dos Santos Nogueira

Aos meus pais, Paulo e Lygia que, mesmo nesta altura da minha vida, continuam sendo referências fundamentais de integridade, bom senso e amor pela família.

Para Mariana, Juliana e Tatiana, pelo carinho e entusiasmo que me dedicaram sempre, na vida e no trabalho.

Agradecimentos

À professora Eugênia Troncoso Leone, pela seriedade e firmeza com que me orientou, mas especialmente pela confiança, apesar das minhas longas ausências por conta do excesso de trabalho;

Ao professor Jorge Biton Tápia pela sensibilidade demonstrada sempre que precisei de seu auxílio e conselho durante todos estes anos que convivemos no Instituto de Economia e no NEPO/NEPP;

À professora Lília Montali, cujas sugestões foram fundamentais para a conclusão deste trabalho;

À professora Elisabete Dória Bilac, com quem trabalhei em vários projetos e que me proporcionou, como sempre digo, “uma segunda graduação” pela densidade de seu trabalho e integridade acadêmica que caracteriza a sua postura;

À professora Maria Coleta Ferreira Albino de Oliveira, com quem também trabalhei e aprendi muito. Obrigada pela confiança e carinho que sempre demonstrou por mim;

Às professoras Isabel Baltar e Maria Silvia Bazzanesi, pela amizade e apoio,

Ao Cleber, pela ajuda com o bando de dados e pelas discussões criativas que aproximaram nossos trabalhos;

Ao Alberto e Cida, da Secretaria de Pós-graduação, anjos protetores eficientíssimos;

À Adriana Strassburg, cuja convivência de quase uma década tem mostrado o quanto é importante poder contar com alguém como ela, em qualquer circunstância;

Ao Wilson Fusco, pela amizade e companheirismo diários e essenciais para tornar a vida mais suave e Rodrigo, pela ajuda nas referências bibliográfias, obrigada!

Este trabalho foi feito para:

Lenir , Aparecida , Sandra ,

Ana , Francisco , Januária , Aracy , Imaculada ,

Isidoro , Antonio , Maria , Cristina ,

Laurindo , Horácio , Margarida , Teresa ,

Emidio , Amálio , Fernando , Vicente ,

Leonor , Marcelino , José , Alice ,

Agostinho , Maria Carolina , Pedro ,

Raimundo , Joaquim , Felipe , Maria Jacinta ,

Arnaldo , Concetta , Nuncio ,

Rosa , Coleta , Isabel , Antonia ,

Guido , Gertrudes , Alexandrina , Vitto , Cesare ,

Domingos , André , Marcellino e Angelina ,

meninos e meninas trabalhadoras, cujos nomes foram coletados nos textos lidos durante a elaboração desta dissertação. A opção por estilos diversos de letras tem um sentido: não deveriam ser apenas nomes, mas indivíduos.

E, em segundo lugar, para **Luma**, que brinca.

Índice

Introdução..... 1

Capítulo I - Trabalho infantil em um contexto de crise..... 12

Capítulo II - Onde estão e quantas são as crianças trabalhadoras entre 10 e 14 anos nas Regiões Metropolitanas Brasileiras na década de 90..... 34

Capítulo III - Crianças trabalhadoras, domicílios e suas famílias..... 66

Principais conclusões..... 79

Anexos..... 87

Bibliografia..... 96

RESUMO

Desde o Estatuto da Criança e do Adolescente, no final dos anos 80, e durante toda a década de 90 houve, do ponto de vista formal-legal, uma mudança qualitativa no tratamento conferido à infância e adolescência. Instituiu-se um arcabouço legal específico de proteção aos direitos da infância, bem como houve a implementação de políticas e programas que têm como meta, direta ou indireta, a erradicação do trabalho infantil.
Entretanto, permaneceu trabalhando um número expressivo de crianças no meio urbano. A partir dos dados da PNAD de 1992 e 1999, este trabalho busca, de um lado, caracterizar o trabalho das crianças nas Regiões Metropolitanas brasileiras e, de outro, os seus domicílios e famílias.

INTRODUÇÃO

Completamos mais de uma década desde a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069 de 13 de julho de 1990), um avanço considerável no tratamento legal conferido a infância e adolescência, que abriga explicitamente em seu artigo 4º, o texto constitucional de 1988, artigo 227, que confere absoluta prioridade do Estado na proteção dos direitos das crianças e adolescentes. É no artigo 60 do mesmo Estatuto que encontramos a proibição do trabalho de crianças e adolescentes antes dos quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz, patamar que foi elevado para 16 anos através da Lei 10.097, em dezembro de 2000.

Desde então foram criados os Conselhos Tutelares da Infância e Juventude em todos os estados brasileiros que, de acordo com o artigo 131 do ECA, se constituíram como órgãos permanentes e autônomos, não jurisdicionais, encarregados de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente. Também a partir dos preceitos do ECA foram implementadas políticas descentralizadas e articuladas entre as esferas federal, estadual e municipal, bem como houve um incremento considerável de parcerias entre Estado e sociedade civil, notadamente sob a forma de organizações não governamentais, que têm como alvo o combate ao trabalho infantil.

Este novo olhar sobre a criança, evidentemente fruto de um longo processo histórico, ocorre entre nós em um momento particularmente adverso. Os anos noventa foram pautados por um agravamento das condições de vida e trabalho, resultado das opções e políticas econômicas adotadas no decorrer dos anos oitenta e noventa, cujos saldos negativos para grande parte da população são sobejamente conhecidos: diminuição dos postos de trabalho, redução do assalariamento formal em favor de um aumento das relações de trabalho precárias, taxas de desemprego crescentes e queda da renda de indivíduos e famílias.

Este processo tem sido particularmente doloroso nas áreas urbanas que tradicionalmente têm sido consideradas pólos regionais de desenvolvimento e de oportunidades de trabalho extremamente atraentes para a grande maioria da população, cujo crescimento desordenado nas últimas décadas não foi acompanhado da geração de postos de trabalho suficientes e nem de políticas sociais abrangentes para diminuir o quadro de carência que paulatinamente foi se instalando como cenário que se tornou banal e comum nos grandes aglomerados urbanos.

Assim, verifica-se um aumento dos cinturões de pobreza nas Regiões Metropolitanas brasileiras, com soluções que permanecem obscuras e distantes por sua complexidade e amplitude. Neste quadro, é visível persistência do trabalho das crianças e adolescentes nas grandes cidades, aliás, fenômeno não exclusivo ao contexto brasileiro, mas da América Latina como um todo. (Lezcano, 1998)

Mesmo que, na grande maioria, o trabalho infantil esteja associado a formas tradicionais de agricultura familiar - ainda que, mesmo neste caso, se reconheça a sua heterogeneidade (Gnaccarini, 1991; Martins,1993; Brasil, MPAS, 1996a; Brasil, MTB, 1996b; Brasil, MTB, SEFIT/SSST,1996c; Brasil,1998d) - o alto grau de urbanização da população brasileira nas últimas décadas mostra que o trabalho infantil como questão social no meio urbano não é trivial.

A relevância deste problema tem sido reconhecida, por exemplo, através da ampliação para as áreas urbanas, do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, concebido em 1996 e direcionado inicialmente para as atividades rurais. Outras iniciativas, os Programas de Renda Mínima municipais e o Programa Bolsa-Escola, implementados a partir de 1995 e 2000, respectivamente, têm também como objetivos oferecer condições de subsistência para as famílias pobres de modo que possam prescindir do trabalho de suas crianças. Entretanto, também é sabido, e constantemente veiculado pelos meios de comunicação, a demanda das famílias por estes programas e a insuficiência e/ou intermitência que muitas vezes caracterizam a distribuição destes recursos.

É certo que houve, mesmo com diferenças regionais, uma diminuição do trabalho das crianças e adolescentes no meio urbano na década de 90 (Urani, 2001; Azêvedo, Menezes e Fernandes, 2000), mas permanece trabalhando um grande número de crianças, apesar dos programas e políticas implementadas. É neste quadro que se recoloca a questão do trabalho das crianças e adolescentes no meio urbano.

Este trabalho pretende caracterizar o trabalho das crianças e adolescentes no meio urbano na década de 90, visto como um *processo* sobre qual incidiu uma multiplicidade de fatores econômicos e sociais, que, formalmente, poderiam ser caracterizados como contraditórios em seu termos, pois se por um lado, constituiu-se uma aparato legal bastante abrangente a respeito da proteção aos direitos da infância, bem como um razoável entendimento socialmente partilhado a respeito dos malefícios que o trabalho precoce traz para o adequado desenvolvimento das crianças; por outro, isso se dá exatamente num período extremamente difícil do ponto de vista do emprego e da renda para grande parte da população.

O exame das crianças trabalhadoras e dos domicílios e suas famílias em dois pontos distintos, 1992 e 1999, de um lado, busca caracterizar a variação da inserção ocupacional ao longo da década e sua relação com os movimentos mais gerais da economia e, ao mesmo tempo, através das características de seus domicílios e famílias, analisar e caracterizar o lugar social ocupado por estes grupos em relação a uma dada estrutura mais ampla.

Utilizando os dados das PNADs de 1992 e 1999, e através de um exame da bibliografia pertinente, esta dissertação busca caracterizar o trabalho das crianças entre 10 e 14 anos em oito Regiões Metropolitanas brasileiras[1], agrupadas segundo o critério da divisão do país em Grandes Regiões e por sua homogeneidade em termos de atividade econômica e características dos mercados de trabalho regionais.

[1] Excluiu-se, por motivos operacionais, as RMs de Belém e Brasília. Este procedimento é justificado pela própria possibilidade de comparação dos dados, uma vez que a RM de Belém não contempla os domicílios localizados na zona rural na área de sua competência geográfica e, por outro lado, a RM. de Brasília possui uma estrutura ocupacional bastante diferenciada das demais RMs brasileiras.

Assim, o primeiro agrupamento compreende as Regiões Metropolitanas de Fortaleza, Recife e Salvador, denominadas Regiões Metropolitanas do Nordeste, no segundo estão contempladas as Regiões Metropolitanas do Sudeste, a saber: Rio de Janeiro e Belo Horizonte.

A Região Metropolitana de São Paulo foi destacada das demais pela sua importância demográfica e econômica no conjunto das demais Regiões Metropolitanas do país. E, por último, estão as Regiões Metropolitanas do Sul, Curitiba e Porto Alegre, denominadas de Regiões Metropolitanas do Sul.

A escolha destes dois pontos distintos da década obedece a dois critérios práticos. Em primeiro lugar, a Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio aplicou a mesma metodologia na captação dos dados nestes dois períodos, o que permite uma comparação bastante confiável.

Em segundo, 1992 distancia-se em dois anos após a implementação do ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente, e 1999 é ano que antecede a elevação para 16 anos como patamar mínimo legal para ingresso no mercado de trabalho. Neste sentido, pretende-se que as dimensões enfocadas neste trabalho estejam controladas tanto pela metodologia utilizada na captação dos dados, como já dito, mas também que a referência legal da proibição do trabalho das crianças e adolescentes tenha sido homogênea durante o período analisado.

O trabalho está estruturado em três capítulos. O primeiro capítulo fará uma revisão bibliográfica sobre trabalho infantil, buscando na literatura nacional e internacional as diferentes perspectivas trazidas pelos autores que trabalham com o tema. Ao mesmo tempo, buscará tratar dos aspectos mais gerais da dinâmica econômica e do mercado de trabalho nas duas últimas décadas que possam dar subsídios para a análise dos dados que se seguirão.

O segundo capítulo pretende caracterizar a inserção das crianças nos mercados de trabalhos regionais através dos indicadores de taxa de participação, ocupação e desemprego, setores de atividade, posição na ocupação, ocupação que exerce, horas semanais trabalhadas e escolaridade. Neste último item

pretende-se comparar os dados obtidos para as crianças trabalhadoras com aqueles obtidos para população residente da mesma faixa etária, procedimento que permite ter uma visão mais ampla sobre os efeitos da entrada precoce no mercado de trabalho sobre a escolaridade obtida em cada um dos agrupamentos de RMs.

O terceiro capítulo busca caracterizar os domicílios e famílias que tenham pelo menos uma criança entre 10 e 14 anos ocupada. Assim, buscará estabelecer o nível de escolaridade do chefe da família, o rendimento domiciliar per capita, o percentual de contribuição da renda da criança para os rendimentos do domicílio, bem como alguns indicadores que possam fornecer informações sobre as condições concretas de moradia destas famílias. Estes procedimentos serão acompanhados de comparações com os dados obtidos para os domicílios e famílias que tenham pelo menos uma criança entre 10 e 14 anos sem presença de trabalho infantil e também com todas as famílias do mesmo agrupamento de Região Metropolitana.

Como última etapa, o trabalho buscará estabelecer algumas conclusões a partir dos dados obtidos.

Adicionalmente, há um recorte de ordem teórico-metodológica. Desde 1992 a PNAD ampliou o conceito de trabalho instituindo na classificação posição na ocupação os trabalhadores na produção para o próprio consumo e trabalhadores na construção para o próprio uso, bem como inseriu e isolou a categoria dos trabalhadores domésticos na unidade domiciliar, os quais eram contabilizados entre os empregados ou entre aqueles que trabalham por conta-própria[2]. Além disso, passou a considerar como ocupadas as pessoas de 10 anos ou mais que realizam algum trabalho não remunerado durante pelo menos 1 hora por semana.

Estas modificações foram justificadas pela necessidade de compatibilização com as novas normas internacionais de estatísticas do trabalho[3].

[2] A partir de 1992 foram criadas as categorias de trabalhadores domésticos com carteira, sem carteira e sem declaração, que foi mantido neste trabalho.
[3] 13º Conferência Internacional de Estatística do Trabalho da OIT, 1982; cuja orientação foi dada no sentido de captar qualquer trabalho, mesmo não remunerado.

Naturalmente, privilegiando uma maior elasticidade ao conceito de trabalho, esta opção buscou captar formas de trabalho antes ocultas, e a obtenção de maiores informações sobre o trabalho desenvolvido, especialmente, pelas mulheres e crianças. Este procedimento tem sido criticado porque tende a superestimar a população ocupada ao incluir todo tipo de trabalho eventual.

Entretanto, os estudos sobre o trabalho exercido por crianças e adolescentes mostram que a fronteira entre o que pode ser considerado trabalho e não trabalho é muito tênue e difícil de ser delimitada (Derrien, 1993:13; OIT:1993:17; Oliveira,1993:5; Madeira, 1993:70-83). Em outras palavras, em determinadas circunstâncias, não se pode dissocia-lo das práticas culturais insertas no sistema relacional de trocas familiares, profundamente inscrito no repertório cultural das camadas populares, aspecto que será melhor explicitado no primeiro capítulo. (Dauster, e Da Mata, 1989; Dauster, 1992; Zaluar, 1994; Sarti, 1996)

Neste sentido, por uma questão de coerência e adesão aos pressupostos a respeito do trabalho infantil defendidos por estes autores, não se poderia conceituar como trabalhadoras, rigorosamente, aquelas crianças e adolescentes que exerceram atividades dirigidas para o autoconsumo e autoconstrução e nem mesmo considerar trabalho as atividades que tomem poucas horas por semana, como quer a nova metodologia adotada pela PNAD a partir de 1992.

A opção pelo ajuste dos dados da PNAD, portanto, busca evitar incorrer no erro em se considerar trabalho infantil aquilo que poderia ser parte das estratégias de indivíduos e famílias na socialização de suas crianças, caindo na armadilha de discursos que implicam numa adoção implícita e acrítica de conteúdos valorativos e prescritivos de formulações e definições do trabalho das crianças e adolescentes.

Além disso, o trabalho desenvolvido por Del Grossi, 1999 demonstrou que esta nova metodologia afeta principalmente aqueles ocupados em atividades agrícolas, o que será objeto apenas marginal deste trabalho, dado que a

investigação se dará a partir dos dados agregados por grupos de Regiões Metropolitanas, nas quais esta atividade é pouco representativa.

Portanto, e de acordo com a metodologia aplicada pela Pesquisa Nacional de Amostragem por Domicílios antes de 1992, não são considerados como ocupados, nesta dissertação, os trabalhadores envolvidos na auto-construção e auto-consumo e os não remunerados com menos de 15 horas por semana.

Adotou-se o conceito de trabalho explicitado pela PNAD entre 1981 e 1990, a saber:

a) "a ocupação econômica remunerada em dinheiro, mercadorias, produtos ou somente benefícios (moradia, alimentação, roupas, etc.) ; e

b) a ocupação econômica, sem remuneração, exercida normalmente durante pelo menos 15 horas por semana:

b.1) em ajuda a membro da unidade domiciliar que tenha atividade econômica;

b.2) em ajuda a instituição religiosa, beneficente ou de cooperativismo; ou

b.3) como aprendiz, estagiário, etc.

Não se considera como trabalho a ocupação exercida para produzir exclusivamente para auto-consumo ou para construção para próprio uso." (IBGE, 1989: 71-72)

Considerou-se, portanto, como População Economicamente Ativa – nas tabelas gerais apresentadas no Anexo 1 - as pessoas de 10 anos e mais cujo trabalho principal não fosse ligado à produção para auto-consumo ou auto-construção e que:

a. não recebem remuneração no trabalho principal e tenham uma jornada de mais de 15 horas semanais neste trabalho.

b. não recebem remuneração no trabalho principal e tenham uma jornada de menos de 15 horas por semana neste trabalho e recebem remuneração no trabalho secundário.

c. não recebem remuneração no trabalho principal e tenham uma jornada de menos de 15 horas por semana neste trabalho, não recebem remuneração no trabalho secundário mas tenham uma jornada de 15 horas ou mais no trabalho secundário.

d. não recebem remuneração no trabalho principal e tenham uma jornada de menos de 15 horas por semana neste trabalho, não recebem remuneração no trabalho secundário e trabalham menos de 15 horas por semana neste trabalho, mas tenham recebido benefícios em dinheiro ou espécie em outros trabalhos praticados na semana, excluindo-se o trabalho principal e secundário.

e. declaram ter tomado algum tipo de providência para conseguir trabalho na semana de referência.

Para a obtenção da população efetivamente ocupada, foram obedecidos os mesmos critérios acima descritos, eliminando-se aqueles que estavam procurando trabalho, portanto, o contingente de desempregados foi obtido através da diferença entre a População Economicamente Ativa e População efetivamente ocupada.

Também a PNAD, a partir dos anos 90, procurou ampliar os períodos de captação da ocupação das pessoas considerando períodos como semana de referência (última semana de setembro), mês de referência (setembro), referência de 365 dias (entre primeiro de outubro do ano anterior até 30 de setembro do ano da pesquisa) ou referência de 12 meses, entre outubro ao ano anterior até setembro do ano da pesquisa.

Este trabalho adotou a semana de referência para a análise dos dados.

Para o conceito de trabalho principal, foram obedecidos os critérios adotados a partir de 1992 pela PNAD: considerou-se como trabalho principal o único trabalho

que a pessoa teve nesse período na semana de referência. Para quem teve mais de um trabalho, foram observados os critérios a seguir : a. o trabalho da semana de referência no qual a pessoa teve maior tempo de permanência no período de 365 dias foi considerado como principal; b. em caso de igualdade de tempo de permanência no período de referência de 365 dias, considera-se como principal o trabalho remunerado da semana de referência no qual a pessoa dedicava maior número de horas semanais. Este mesmo critério foi adotado para definir o trabalho principal da pessoa que, na semana de referência, teve somente trabalhos não remunerados e que apresentavam o mesmo tempo de permanência no período de referência e 365 dias e c. em caso de igualdade também no número de horas trabalhadas, considerou-se como principal o trabalho que proporcionava maior rendimento. (IBGE, 1990:28)

Para a definição do trabalho secundário da pessoa que trabalhou em três ou mais empreendimentos na semana de referência, excluiu-se o trabalho principal e foram aplicados os mesmos critérios que foram utilizados neste período. (IBGE, 1996:XVII)

Para a análise específica do trabalho das crianças, foi considerado apenas o *trabalho principal* que criança teve na *semana de referência*, pois o trabalho secundário foi considerado nas análises exploratórias dos dados e revelou-se praticamente inexistente.

Para a análise dos domicílios e famílias, a perspectiva de análise adotada baseia-se especialmente no trabalho desenvolvido por Bilac, 1997 e 1998.

Esta autora discute o tratamento conceitual dado às noções de “família” e “domicílio”. Por domicílios, pode-se entender tanto a “unidade doméstica” ou “unidade de residência”, havendo uma distinção entre particulares e coletivos.

“Na acepção de “unidade doméstica”, além da verificação do número de residentes, verifica-se também em que medida estes compartem as refeições ou têm orçamento comum. (...) claramente permite a conclusão de que uma mesma unidade física pode comportar mais de um domicílio, enquanto a acepção do

domicílio como “unidade de residência” faz coincidi-lo com a totalidade dos moradores de uma dada unidade física”. (Bilac,1998:107-108)

O Brasil adota a segunda acepção, ou seja, entende-se domicílio como “unidade de residência” e assim, o entendimento de “família” passa a ser: “o conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência que vivem na mesma unidade domiciliar e, também, pessoa que vive só em unidade domiciliar”. (IBGE, 1995)

Assim, segundo esta autora, esta forma de ocupação dos domicílios particulares permanentes “designa uma forma específica de ocupação (...) baseada na existência de laços sociais simultâneos ou alternativos entre seus moradores: o parentesco, a dependência doméstica ou, residualmente, normas de convivência (....) Não há, no questionário da PNAD nenhuma questão que permita inferir que duas famílias conviventes em um mesmo domicílio sejam unidades domésticas isoladas, que tenham vidas e orçamentos independentes. Ao contrário, evidências de estudos anteriores sugerem que a maioria dos domicílios “plurifamiliares” ou “conviventes” são, na verdade, organizações familiares mais complexas, de núcleos aparentados, no mais da vezes, de pais e filhos e suas respectivas famílias de procriação” (Ibidem, p.108-109)

Assim, de acordo com a discussão conceitual e o trabalho já desenvolvido por Bilac, 1998 na análise dos dados, em nível nacional, da PNAD 1995 sobre o trabalho de crianças e adolescentes, o tratamento dos dados foi disposto em duas dimensões: para a análise da estrutura familiar foi adotado como unidade de análise o domicílio - número médio de membros, rendimentos e indicadores de condições concretas de moradia. Entretanto, quando se trata de estabelecer as relações, apontadas na literatura consultada, entre a ocorrência do trabalho infantil e as características *pessoais* dos pais e mães das crianças que trabalham – notadamente o nível de instrução – foi adotada a perspectiva da família, ou seja, desdobrou-se o nível domicílio nos núcleos de procriação eventualmente existentes em cada um deles (família, no sentido estrito).

Foram excluídos os pensionistas e empregados domésticos, mas mantidos os parentes e agregados que faziam parte do grupo domiciliar ou familiar, exatamente por procurar manter as mesmas relações conceituais defendidas até agora.

CAPÍTULO I

Trabalho infantil em um contexto de crise

1.1 - Revisão bibliográfica

Falar sobre a infância, algo que nos parece tão evidente, começa a ser problemático a partir da sua definição.

O conhecimento que o trabalho dos historiógrafos, aqui como em outros países, têm acumulado a respeito das práticas e representações sobre criança - mesmo correndo o risco de um certo viés evolucionista - é certo que houve aqui, como no resto do mundo ocidental, uma lenta e descontínua construção da ótica desta fase da vida dos seres humanos. A criança, no processo de individualização da família, deixa de ser vista como um "pequeno adulto", mas dotada de características específicas, tais como a suscetibilidade, vulnerabilidade, inocência e necessidade de proteção e amparo. (Ramos, 2000:19; Chambouleyron, 2000:55-83; Priore,2000: 84-105; Mauad, 2000: 137-138; Góes e Florentino, 2000: 186; Venâncio, 2000: 192-209; Cabral dos Santos, 2000:212; Ariés, 1960; Shorter, 1975; Gélis, 1991; Lasch; 1992)

Assim, as representações sobre a infância não são unívocas e nem podem ser vistas sob o critério de uma estrita progressão cronológica em todos os lugares do mundo, constituindo-se em construções culturais que dependem do modo como as sociedades organizam as condições de trabalho e de reprodução da vida, estando permeadas por condicionantes culturais que variam no tempo e espaço (Mead, 1966; Clastres, 1978).

Mesmo na atualidade, não há um consenso na literatura consultada sobre qual seria a linha limítrofe entre a infância e as demais fases da vida dos seres humanos. Rees, 1986 *apud* Azêvedo, Menezes e Fernandes, 2000:25, menciona que atualmente "Na literatura americana, os jovens – youth – são considerados de

16-24 anos, enquanto adolescentes – teenage – ficam na faixa de 16 a 19 anos"; a OIT considera "criança" qualquer pessoa com menos de 15 anos. Entre nós, o Estatuto da Criança e do Adolescente define, no art. 2° - "Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade."

Apenas uma questão de coerência formal, este trabalho toma denomina, indistintamente, de crianças e adolescentes o grupo compreendido na faixa etária entre 10 e 14 anos de idade, o qual, até 1999, se constituiu em objeto de vedação ao trabalho no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Os organismos internacionais, notadamente a Organização Internacional do Trabalho, há muito têm se empenhado na total abolição do trabalho infantil. Em sua primeira reunião, em 1919, a Conferência Internacional do Trabalho adotou a primeira das onze convenções sobre idade mínima para admissão no trabalho, e tem seguido adotando regulamentações sobre as condições de trabalho de crianças e jovens. Tais documentos, as convenções e recomendações, têm se constituído como bases, em grande medida, das legislações nacionais dos países-membros que as ratificaram. (Swepson, 1993)

Um exame da ordem cronológica revela que os campos de aplicação da proibição do trabalho infantil foram se ampliando até encontrar, na Convenção n. 138 da OIT, de 1973, uma formulação que abrange os setores primário, secundário e terciário, dando-lhe um caráter de universalidade e flexibilidade, na medida em que os Estados-membros podem ratifica-la apontando exceções, se for o caso, desde que assumam o compromisso de adota-la progressivamente. (Oliveira, 1994: 43-44)

Em 1997, a Conferência da OIT realizada em Amsterdã declarou que o trabalho infantil constitui-se numa "violação tão fundamental dos direitos humanos que deve ser proscrito sem remissão". (OIT,1997:1)

Recentemente, em 1999, a Conferência Internacional do Trabalho adotou unanimemente a Convenção 182, ratificada por cerca de 50 dos 175 países

membros em duas reuniões internacionais no mesmo ano, a qual define as piores formas de trabalho infantil, a saber: a prostituição, a pornografia, o recrutamento forçado de crianças para utiliza-las em conflitos armados e o emprego de menores de 18 anos para a realização de atividades ilícitas ou perigosas (OIT, 1999). Os países signatários se obrigaram a orientar ações eficazes na abolição das piores formas de trabalho infantil.

Uma das distinções importantes, portanto, é entre aquilo que poderia ser considerado o "bom" trabalho do que seria o "mau" trabalho. São condenáveis ainda as atividades insalubres[4], que tenham jornadas extensas ou prejudiquem a freqüência à escola. Também se considera aviltantes as atividades que sejam ofensivas à moral da criança (OIT, 1993:6-7, Bequele, 1993, Fyfe, 1998). O "bom" trabalho, está relacionado com agricultura tradicional e a produção artesanal, executados sob a supervisão dos pais, intrínseco ao processo de socialização das crianças. (Bequele, 1993; Rodgers e Standing, 1993)

A abolição do trabalho das crianças não é, portanto, absoluta em sua formulação. Também há um consenso por parte dos organismos internacionais que a ocorrência do trabalho das crianças e adolescentes não se dá apenas num contexto de exploração de adultos inescrupulosos – sejam os próprios pais ou terceiros – mas também é prática inscrita nos sistemas culturais ao redor do mundo que pode ser vista também como mecanismo de transmissão de técnicas e habilidades, bem como um dos ritos de passagem para a vida adulta.

Entretanto, como reconhece a própria OIT, os acordos, recomendações e convenções internacionais e as legislações nacionais não bastam para coibir o trabalho infantil, porque a causa principal de sua persistência reside na pobreza das famílias, que está intimamente relacionada à falta de desenvolvimento dos países onde ela é predominante.

[4]Bequele:1990 tem críticas bastante contundentes quanto às definições de trabalho perigoso ou prejudicial bastante restritas adotas por alguns países. Na Colômbia, por exemplo, embora o Código de Menores tenha vedações ao trabalho das crianças em 22 categorias de trabalhos, permite que maiores de 14 anos e menores de 18 exerçam algumas das ocupações proibidas, desde que devidamente treinados e com medidas adicionais de segurança.

Da perspectiva da oferta, portanto, a pobreza como determinante principal da entrada de crianças no mundo do trabalho encontra eco em muitos trabalhos encontrados na literatura acadêmica. Neste sentido, um grande número de autores, ainda que com nuances importantes, enfatizam esta dimensão explicativa (Dal-Rosso e Resende, 1982, 1986; Fausto e Cervini, 1991; Martins, 1991; OIT, 1993; Oliveira, 1994; Salazar, 1993; Spindel, 1983, 1985 e 1988; Swepson,1993; Zylberstajn, Pagotto e Pastore: 1985; Machado Neto, 1982; Pires, 1988 e 1989; Campos, 1991; Muniz, 2001; Ribeiro, Sabóia e Banco, 1995, entre outros). Em termos gerais, de fato, o que estes autores mostram que quanto mais pobres as famílias maior é a taxa de participação de suas crianças.

Para outros autores, esta discussão é ampliada atualmente, justamente pela fragilização dos adultos frente ao mundo do trabalho, a qual tem sido apontada como uma das causas da persistência do trabalho infantil, significando uma mobilização conjunta das famílias para garantir a sobrevivência. Entre os estudos mais recentes, cita-se especialmente o desenvolvido por Giovanni et al, 2002.

Mas este entendimento tem desafiado autores que apontam outras dimensões como relevantes desta dinâmica.

A dinâmica do mercados de trabalhos regionais também tem sido apontada como um condicionante da entrada de crianças no mercado de trabalho. Barros, Mendonça e Velazco, 1996 questiona explicitamente a pobreza principal determinante da ocorrência do trabalho infantil, dando relevância para a atratividade dos mercados de trabalho regionais no qual se inserem as crianças, pois apenas desta forma se explicariam as maiores taxas de participação nas regiões mais desenvolvidas e com melhores estruturas salariais. Madeira, 1997 amplia esta discussão, pois considera que é decisivo para a entrada no mercado de trabalho não a opção ou decisão dos menores e seus familiares frente a uma análise racional de mercado, mas existência concreta e efetiva da possibilidade de trabalho para esta parcela da população.

Ainda da perspectiva da oferta, há autores que destacam as características individuais das crianças e suas famílias, tais como o tamanho e a composição da família, a escolaridade do chefe da família como fatores importantes que podem, em certa medida, servir como dimensões explicativas do trabalho das crianças e adolescentes. É neste sentido que caminham os trabalhos de Cervini e Burger, 1991; Barros e Santos, 1991a; 1991b; 1991c, os quais destacam os seguintes aspectos como relevantes: o número de membros e a posição da família na estrutura social mais ampla, a idade e sexo da criança que trabalha, o nível educacional e sexo do chefe.

Estas reflexões encontram eco, aqui como em outros países, mesmo com diferentes nuances, numa vasta gama de trabalhos que têm chamado atenção para as mudanças nas estruturas familiares nas últimas décadas, destacando ainda a maior vulnerabilidade que, na falta de políticas sociais adequadas, alguns grupos familiares se encontram expostos frente à chamada "nova economia". (Becker, 1994a: 77-92 e 1994b: 60-76; Neder, 1994: 26-46; Ermisch, 1994: 1377-88; Petrucelli, 1994:159-171; Vaitsman, 1995: 329-353; Bumpass, Raley & Sweet, s.d., mímeo; Ribeiro, Sabóia, Branco & Bregman: 1994: 135-158; Draibe, 1989)

Os estudos de família têm indicado ainda que, embora o modelo familiar biparental ainda seja dominante no Brasil, observa-se um crescimento significativo das famílias monoparentais chefiadas por mulheres[5], que se organizam de forma bastante heterogênea, situando-se, em geral, entre os segmentos de menor rendimento e piores perspectivas de ascensão social. (Barros, Fox e Mendonça, 1997; Bilac, 1998, 1995a, 1995b e 1997b)

Há uma tendência em se afirmar que haja um aumento da oferta de trabalho das crianças nas famílias chefiadas por mulheres. Estas afirmações não são, entretanto, consensuais. Examinando a década de 80, Cervini e Burger, 1991:32 verificaram existir uma taxa de participação das crianças três vezes maior entre as famílias sem a presença do pai.

[5] Em 1986, as famílias urbanas chefiadas por mulheres representavam 20,6% do total das famílias. (Barros, Fox e Mendonça: 1997)

Entretanto, um exame os dados da PNAD de 1995 organizados por estados da federação e domicílios, contemplando as áreas rurais e urbanas, não permitem afirmar, de forma absoluta, que haja maior utilização do trabalho das crianças nos domicílios chefiados por mulheres. Neste trabalho, Bilac, 1998:7 afirma que "Os dados parecem indicar que se trata de uma tendência mais freqüente nos estados mais urbanizados e, ainda assim, sua significação estatística terá que ser melhor analisada".

As mesmas conclusões tem Oliveira, 1998:15: "De fato, ao contrário do que sugerem as suposições do senso comum, não seria a chefia feminina um fator especialmente relevante no que diz respeito ao trabalho infantil. Não porque constituem minoria, mas por ser comparativamente menor a incidência do trabalho infanto-juvenil nos domicílios chefiados por mulheres."

O acesso a serviços públicos, notadamente de educação básica, tem sido apontado também como determinante na oferta da mão de obra infantil. (Cervini e Burger, 1991). Assim, estaria em foco não apenas o acesso em si mesmo, mas a qualidade e os custos da educação básica oferecida às crianças, especialmente as mais pobres. Este argumento caminha de encontro no trabalho realizado por Barros et al, 1998 que, numa avaliação da incidência de programas públicos de assistência à infância organizado por grandes regiões brasileiras, conclui que há uma "tendência generalizada para os serviços públicos tanto na área da saúde como na área educacional serem mal focalizados. Em geral, o problema é que as crianças vivendo em famílias com renda intermediária tendem a ter maior acesso a estes serviços oferecidos do que as crianças verdadeiramente pobres" (Ibidem, p.8)

A relação entre trabalho infantil e escola tem sido apontada, portanto, tanto pelos organismos internacionais como pelos trabalhos empíricos realizados, como um dos "nós" mais perversos e de difícil solução. Assim é que, desde 1992, a OIT, no âmbito do IPEC – *International Programme on the Elimination of Child Labour,* promove ações de combate ao trabalho infantil, notadamente através do envolvimento da criança com a escola. (OIT, 1983; Hansenne, 1997; Veiga, 1998)

A inserção necessária e precoce no mercado de trabalho teria como uma das conseqüências a incompatibilidade entre trabalho e estudo, com altas taxas de repetência e evasão escolar entre estes pequenos trabalhadores. Assim, em virtude da baixa escolaridade adquirida, estes trabalhadores estariam destinados aos piores postos de trabalho na vida adulta. Deste modo, a mobilidade social intergeracional que tem, pelo menos formalmente, a educação como um de seus elementos principais, estaria seriamente comprometida para as crianças e adolescentes trabalhadores. (Dieese, 1997; Barros e Mendonça, R. 1996).

Outros autores sugerem uma perspectiva inversa. Madeira:1993 e 1998, por exemplo, mostra que o aluno brasileiro, quer trabalhe ou não, tem níveis de desempenho bastante pobres.

Assim, as inadequações e impermeabilidades do sistema educacional à realidade das crianças das classes populares - seja da escola pública ou mesmo das instâncias de contenção e controle da infância "infratora" na aplicação das chamadas medidas sócio-educativas - seriam responsáveis, em grande medida, pelos altos índices de evasão e defasagem escolar. (Barros, e Cruz, 1991; Gnaccarini, 1991; Adorno, 1991; Dauster,1992: 35; Bercovich et al: 1997:17)

Neste sentido, Madeira, 1993:84 e 1998:451 sugere inclusive uma alternativa para explicar a inserção precoce no mundo do trabalho cuja trajetória pode ser inversa: crianças e adolescentes com baixo desempenho acabam abandonando a escola e indo para o mercado de trabalho.

A relação entre a má qualidade de ensino oferecida aos alunos provindos das camadas mais desfavorecidas da população e evasão escolar tem sido reconhecida pelo próprio Governo Federal: "A implicação mais importante desse fato é, independentemente da direção de causalidade, sobre as estratégias de combate ao trabalho infantil, que devem, de forma inevitável, conter um componente de inserção dessas crianças em escolas de boa qualidade; porque elevar a qualidade de educação no país é, de forma geral, uma estratégia eficiente de reduzir a influência que o trabalho infantil exerce sobre o absenteísmo e a

evasão escolar" (Documentos da Presidência da República, "Trabalho infantil no Brasil: questões e políticas", 1998: 39).

Ainda do ponto de vista da oferta, Duryea et al, 2001 enfatiza as crises econômicas, especialmente as que causam o desemprego dos chefes de família, pelo aumento da oferta do trabalho infantil. Da mesma forma caminham os trabalhos desenvolvidos por Rose et al, 1999; Giovanni et al, 2002: para estes autores a precarização das relações de trabalho e o desemprego dos adultos na América Latina nestas duas últimas décadas são causas da persistência do trabalho das crianças.

Este mesmo aspecto é ressaltado por Lezcano, 1998 ao analisar as modalidades e perfis do trabalho infantil em seis centros urbanos da Argentina, mas enfatizando ainda a atuação de relações familiares conflitivas – mau tratos, violência ou abusos – enfim, uma multiplicidade de fatores que se potencializam em situações de pobreza extrema, que funcionariam como estimulantes para o trabalho infantil, assim "más allá de las consideraciones objetivas o subjetivas que se puedam hacer sobre el tema, el trabajo infantil es el expoente más franco de un proceso de informalización que transciende lo económico" (p. 306). Estão, na perspectiva desta autora, na construção de relações sociais diferentes, vinculadas a escassa capacidade socialmente acumulada – seja no âmbito da família, da escola ou das redes de reciprocidade e solidariedade.

Esta visão enriquece sobremaneira as determinações econômicas que, certamente, são colocadas como ponto chave, mas explica o trabalho das crianças pelo espraiamento destas mesmas determinações para outras dimensões essenciais da vida social.

Embora não seja, em absoluto, o caso da autora supracitada, esta dimensão, entretanto, merece cautelas na sua interpretação, pois estabelece uma linha limítrofe muito tênue entre a exata dimensão explicitada pela autora e a relação que uma leitura menos atenta faria entre pobreza/delinqüência, fruto de "famílias desestruturadas".

A literatura crítica que trata da infância e trabalho infantil entre nós tem mostrado de forma recorrente a relação entre pobreza e delinqüência que permearam, desde cedo, os discursos oficiais sobre as crianças pobres e suas famílias e nortearam, em grande medida, as sucessivas medidas de proteção, disciplinamento, contenção e controle da infância pobre no Brasil até, pelo menos, 1979, quando o novo Código de Menores conferiu formalidade legal ao conceito "biopsicossocial" do abandono e da infração (Alvim e Valadares et al, 1988; Cabral dos Santos, 2000; Passetti, 2000).

Uma outra vertente explicativa relaciona a influência dos condicionantes macroeconômicos sobre a entrada ou saída das crianças e adolescentes no mercado de trabalho. Assim, nos momentos de crise ou recessão econômica um número maior de adultos desocupados que passa a ocupar os postos de trabalho disponíveis, dificultando a entrada das crianças e adolescentes, produzindo uma espécie de "efeito-substituição". E, de modo inverso, em momentos de crescimento ou recuperação da atividade econômica, haveria melhores oportunidades de inserção para não apenas para as crianças e adolescentes como, de resto, para aqueles segmentos da força de trabalho caracteristicamente mais frágeis, tais como os jovens e mulheres. (Azêvedo, Menezes e Fernandes, 2000:31, Goldbaum, 2002:113)

Esta perspectiva encontra respaldo bastante forte e se complexifica, se for contraposta, por exemplo, com momentos particulares de extremo dinamismo e desaceleração da atividade econômica no Brasil e a nossa legislação sobre o trabalho infantil.

Através do Decreto-Lei nº 229, de 28/02/1967, reduziu-se o limite de idade para o ingresso nas atividades laborais, de 14 para 12 anos. E a Lei 5274, de 24 de abril de 1967, que denominava estes trabalhadores de "menores aprendizes", estipulou a obrigatoriedade dos empregadores terem a seu serviço um número de trabalhadores menores de 18 anos não inferior a 5% nem superior a 10% de seu quadro de pessoal "em funções compatíveis com o trabalho do menor". Portanto, paralelo ao crescimento e dinamismo da economia dos "anos do milagre", as

limitações ao trabalho infantil se tornaram mais plásticas, amoldando-se ao momento particular de um mercado de trabalho ávido por mão de obra.

O Censo de 1970, por exemplo, registrava uma taxa bruta de atividade de 12,8% para o grupo etário 10-14 anos e de 37,6% para o grupo 15-17 anos. E, embora os dados das PNADs costumem registrar maiores taxas de atividade que os Censos Demográficos, em 1977 estes percentuais se elevaram para 20,7% entre as crianças de 10 a 14 anos e 51,4% entre os jovens de 15-17 anos, representando 2.813.879 crianças e 3.850.307 adolescentes economicamente ativos. (IBGE, 1982, p.339-340).

Talvez não seja por acaso que com os primeiros sinais claros de recessão econômica, já no processo de abertura política no final do regime militar, é que se inicia uma nova forma de pensar a criança e se questionar mais fortemente a inserção precoce no mercado de trabalho. Pelo menos no plano formal, a Constituição de 1988, no artigo 227, preconiza como “absoluta prioridade” assegurar os direitos às crianças e aos adolescentes, que culmina com o Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990 e incremento de programas oficiais e parcerias com a sociedade civil organizada que objetivam a abolição do trabalho infantil.

De fato, estudos sobre o mercado de trabalho brasileiro na década de noventa têm demostrado é que houve dificuldades crescentes na incorporação dos estratos mais jovens da população; os quais têm apresentado as maiores quedas na composição da PEA. (Azevedo, 1999; Goldbaum, 2002, Pochmann, 1996, 1998a, 1998b, 1999, 2000; Árias, 1998; Lourenço, 2002)

Uma outra dimensão explicativa encontrada através de estudos qualitativos entre crianças trabalhadoras e suas famílias diz respeito a um determinado sentido pedagógico do trabalho profundamente inscrito no repertório cultural das camadas populares. (Dauster e Mata, 1989; Dauster, 1992; Zaluar, 1994; Sarti, 1996)

O trabalho de Dauster, 1992, como os demais citados, mostra que a obrigatoriedade do trabalho também tem a característica de abranger outros significados além da instância econômica - pode ser reinterpretado como escolha e decisão e é visto, até certo ponto, como natural enquanto orientação de pais e mães. Trabalhar desde cedo é regra, princípio de socialização, em cuja base está um sistema relacional de ajuda e troca: o papel dos pais seria o de dar moradia e comida, ao filho caberia a prestação de seu trabalho ou a ajuda em troca dos bens a ele proporcionados.

A necessidade é transmitida como reciprocidade e valor na dinâmica das relações familiares, cuja obrigatoriedade aparece em múltiplas faces: "constrangimento das relações de forças sociais para com a infância, a criança e a família. E, neste contexto, pode-se falar em "constrangimento" da crianças, que ambiguamente resiste, mas atua de acordo com esta imposição. (Ibidem, p.34)

Assim, o trabalho infantil é "naturalizado" e até legitimado, de forma ambivalente e contraditória, na medida em que expressa a lógica do código relacional predominante nas camadas populares, (...) "o trabalho infantil representa um "texto" cultural, no qual são lidos valores e significados que configuram a construção social desta realidade e das identidades de crianças e jovens. Eles não só se percebem "pobres", mas ainda pessoas "que trabalham".(Ibidem, p.34)

Nestes estudos, conforme assinalam estes autores, o trabalho da criança relaciona-se com a uma determinada "gramática da casa", das relações familiares, apoiadas na ajuda mútua. Por oposição, na fala dos informantes pesquisados, a categoria sociológica "rua" estaria associada ao perigo das drogas, da bandidagem, "aprender o que não presta".

Num certo sentido, e na ausência ou insuficiência de políticas públicas para dar conta da complexidade dos problemas urbanos, estes achados revelam, no mínimo, uma grande clareza por parte das famílias enfocadas nestes trabalhos.

As diversas dimensões trabalhadas pelos vários autores mostram, portanto, que incide sobre a oferta da mão de obra infantil uma multiplicidade de fatores complexos que dificilmente podem ser isolados e que as decisões familiares na alocação de recursos e tempo de seus membros, aparentemente simples e dicotômicas, são permeadas por condicionantes que nem sempre obedecem a motivos essencialmente econômicos. Neste sentido, o modelo neoclássico tradicional de definição de oferta de trabalho – em termos simplificados, uma resultante de uma escolha ótima entre lazer e trabalho, dado um leque de variáveis a serem julgadas de forma racional pelo indivíduo - seria absolutamente insuficiente para explicar a ocorrência do trabalho infantil.

Da mesma forma pode-se pensar a escolha entre trabalho e escola. Neste sentido, atributos pessoais como cor e raça, que sabidamente atuam de forma desfavorável na inserção no mercado de trabalho e são vividas e internalizadas pelos indivíduos que as experenciam, podem atuar como pano de fundo nas decisões entre trabalhar ou estudar, dado que o cálculo de uma compensação monetária através de investimentos pessoais na aquisição de níveis educacionais mais elevados, para estes grupos, pode se revelar altamente negativo. (Azêvedo, Menezes & Fernandes, 2000: 38; Barros e Santos, 1991)

Estas reflexões fazem todo sentido, por exemplo, quando se examina os resultados obtidos pela Pesquisa Sócio-Econômica das Comunidades de Baixa Renda/Secretaria Municipal do Trabalho/IBGE na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, a qual mostrou que os “retornos da escolaridade nestas comunidades é muito inferior aos registrados na Região Metropolitana como um todo (..) a renda média de quem conclui o ensino médio nas comunidades é inferior à renda média de quem tem apenas o ensino fundamental completo no conjunto da Região Metropolitana; entre os que atingem o ensino superior, a renda média nas comunidades é menos da metade que na Região Metropolitana como um todo” (Urani, 2001).

Uma contribuição importante encontrada na bibliografia consultada, entretanto, vai em direção contrária, destacando não haver necessidade de explicitação dos micro fundamentos destas decisões. Hildebrand,1991 apud Azêvedo, Menezes & Fernandes, 2000:28 afirma que “fenômenos de natureza agregada podem refletir condições invariantes externas com maior influência sobre o conjunto dos agentes do que as opções racionais individuais”, e que “especificações de modelos comportamentais individuais não desempenham papel (...) (tendo) relevância indicadores da distribuição de renda para explicar movimentos de variáveis aparentemente relacionadas com comportamentos individuais e familiares.

Se olhado por um outro ângulo, o da demanda, alguns trabalhos consultados mencionam as características próprias da infância como fatores que exercem atração por parte de quem as agencia para o trabalho: a docilidade e ingenuidade, o senso crítico pouco desenvolvido e também a destreza própria das crianças em geral, as quais fazem destes meninos e meninas uma mão de obra mais propícia a receber rendimentos ínfimos sem questionamentos ou regulamentação legal, e por serem facilmente descartáveis. Neste caso se inserem, por exemplo, os muitos meninos e meninas que, mesmo residindo no meio urbano, atuam como trabalhadores sazonais no setor agro-industrial ou outras atividades bastante conhecidas pela precariedade, informalidade ou ilicitude (Gnaccarini, 1991, Veiga, 1998).

As restrições legais são apontadas por Azêvedo, Fernandes e Menezes, 2000:39-40 como importantes mecanismos inibidores da incorporação das crianças na atividade econômica por parte dos empregadores, dado que a literatura em geral destaca que a presença de crianças é maior nos setores menos organizados da economia. Neste sentido, para estes autores, o tamanho do setor informal pode estar associado a maior utilização do trabalho infantil, que se concentraria nos estabelecimentos menores, de baixa rentabilidade e com piores condições de trabalho.

Veiga, 1998 aponta a imposição de padrões trabalhistas mínimos nas relações de comércio internacionais como fator de pressão de legislações restritivas ao trabalho infantil nos países em desenvolvimento. Assim, a competitividade baseada no fator trabalho estaria ameaçada, segundo a ótica norte-americana e européia, porque os países em desenvolvimento teriam vantagens comparativas ao se utilizarem da mão de obra de suas crianças, por exemplo.

Evidentemente, está clara a "preocupação dos países desenvolvidos quanto a perda da competitividade de seus produtos e com os níveis de emprego domésticos" (Ibidem, p.30). Ainda que fortemente questionável por seu caráter discriminatório e protecionista, tem sido um elemento de disputa e discussão a inclusão de uma Cláusula Social nos acordos multilaterais de comércio em diversas Conferências Ministeriais da OMC que contemple, entre outras dimensões, sanções aos países e produtos que se utilizam do trabalho infantil. Este autor sugere que o tema da Cláusula Social ajudou a mobilizar os esforços no combate ao trabalho infantil no mundo.

E finalmente, uma distinção importante seria aquilo que é trabalho propriamente infantil das atividades laborais exercidas por adolescentes e jovens. Os condicionantes da entrada de crianças no mercado de trabalho têm como argumento a pobreza das famílias como seu determinante principal, não podem ser utilizados para os adolescentes, dado neste caso esta relação não se mostra tão evidente.

A inserção dos adolescentes no mercado de trabalho ganha sentidos diversos dos atribuídos às crianças: "Diante disto, o mínimo que se deve concluir é que pelo menos parte substantiva do trabalho de adolescentes está relacionada a uma "estratégia de estilo de vida" e não a uma "estratégia de sobrevivência" (Madeira,1997:96)

Estudos qualitativos realizados por esta autora, entre adolescentes na periferia de São Paulo, mostram que as motivações que levam o adolescente ao

mercado de trabalho é referida mais ao poder de negociação junto à família que adquirem, ser “mais livre”, bem como a satisfação de uma certa “cesta básica” de consumo jovem: o tênis de marca, a calça jeans, etc. “Ostentar sinais visíveis de pertencer à categoria jovem é um dos pontos nodais de atrito com a família e fonte de intensos conflitos.” (Ibidem, p. 107)

Oliveira, 2000:5, em estudo qualitativo nas favelas cariocas detecta as mesmas aspirações: “o acesso aos bens e serviços que compõem a pauta de consumo juvenil torna-se um dos estímulos decisivos para a entrada os jovens no mercado de trabalho”. Para esta autora, “Na gramática do ter, as aspirações de jovens pobres se mostram igualmente afinadas com seu tempo, respondendo a uma ideologia de consumo que se propaga em escala mundial e faz da juventude seu alvo principal. É o que, de maneira emblemática, demonstra uma letra de funk produzida por compositores de uma das favelas do Rio de Janeiro:

"A onda do funkeiro meu amigo agora é De Nike, ou Reebock ou Puma estão no pé de bermuda da Cyclone ou então da TCK Boné da Hang-Loose, da Chicago ou Quebra-mar Outra novidade é o Mizuno que abalou O tênis é responsa, é só andar muda de cor Existem várias marcas, você vai se amarrar By Toko, Alternativa, Arte Local ou TCK Anonimato amigo abala de montão KK é super shock , mas me amarro na Toulon Inventaram o Le Cheval, que atrás tem uma luzinha Chinelo trançado da Reedley, Toper, Rainha Sou o Mc Rogério, Marcelo sangue bom Moramos em Manguinhos E cantamos com emoção". (Rap das marcas - MC Marcelo e MC Rogério)” Oliveira, 2000, p.3. “

A mesma perspectiva é encontrada na literatura internacional, veja-se, por exemplo, o estudo desenvolvido por Bourdieu, 1983 entre jovens operários franceses. De um modo geral, portanto, há o entendimento que o rendimento dos jovens não contribui necessariamente para a renda familiar. Entretanto, pode-se argumentar com estes autores que, em certa medida, esta contribuição é, de fato, efetiva, mesmo que enviesada, porque desonera a família de parte das pressões impostas pelo consumo.

Uma segunda distinção diz respeito, exatamente, ao fato de que entre os jovens pobres, trabalhar pode significar manter-se estudando por mais tempo (Madeira, 1997) ou pode significar inclusive manter a família, dado que, entre estes, uma parcela já constituiu família ou assumiu as responsabilidades advindas de uma gravidez precoce[6]. (Berquó, 1998; Oliveira, 2000: 5-6)

O que parece ser comum aos adolescentes e crianças trabalhadoras é, exatamente, a forte guetização que acompanha desde cedo suas atividades. Assim, desde cedo, as concepções de gênero dominantes na sociedade estão espelhadas na forma como se inserem no mundo do trabalho. Assim, os meninos e os adolescentes são socialmente mais pressionados para exercerem o clássico papel de provedor, o que em parte explicaria as taxas de atividade maiores para eles do que para as meninas, ainda que com variações regionais. E, inversamente, às meninas estariam destinadas as tarefas no interior da própria casa ou em casa alheia e outras atividades consideradas tipicamente femininas. Iniciado na família. Alguns autores mostram ainda que o sistema escolar não só tem aceitado mas também legitimado e reforçado as relações de gênero e a divisão sexual do trabalho no cotidiano da sala de aula (Madeira, F.R. 1993; Dauster, T. 1992).

Sobre o trabalho infantil incidem, portanto, processos complexos e mutuamente implicáveis que envolvem, de um lado, determinantes macro-estruturais e, de outro, micro-decisões individuais e familiares condicionadas por fatores que nem sempre são referidas apenas ao âmbito puramente econômico, cujas relações são impossíveis de serem determinadas com precisão.

---

[6] " Em todas as faixas juvenis de sexo masculino, a proporção de *chefes* é sempre mais elevada para os jovens oriundos de favelas do que para o conjunto de jovens da RMRJ (...) A situação se diferencia, ainda mais, no caso das mulheres. Já na faixa dos 15 aos 17 anos, a proporção de jovens moradoras de favelas que se vêem incumbidas da responsabilidade doméstica, como *chefes* ou *cônjuges* - 15,4% - é mais do que o dobro - da proporção para as jovens da RMRJ como um todo - 6,9%. (..) A assunção de uma identidade social como a de *chefe* , *cônjuge* , *pai* ou *mãe de família, pai* ou *mãe solteiros* leva jovens a se confrontarem com desafios, situações e escolhas que podem, muitas vezes, ser difíceis e danosos. O certo, porém, é que mudanças dessa natureza aumentam os encargos econômicos e, em associação com os fatores já mencionados, ajudariam a explicar a pressão mais forte de jovens pobres sobre o mercado de trabalho." Oliveira, 2000: 5-6

1.2 – Mercado de trabalho nos anos 90

Para examinar o trabalho de crianças e adolescentes no meio urbano nos anos 90 é necessário que se faça um esforço de recuperação dos traços mais gerais da dinâmica econômica nas duas últimas décadas e do comportamento do mercado de trabalho neste contexto.

A partir do final da década de 70, e ao longo dos anos 80, as mudanças no cenário econômico mundial repercutiram na economia brasileira que, sem ter desenvolvido uma capacidade autônoma de financiamento e inovação, deparou-se tanto com dificuldades para a renegociação da dívida externa como para dar prosseguimento ao programa de desenvolvimento nacional, baseado na captação de recursos externos. Neste sentido, os anos 80 foram marcados por períodos de estagnação econômica e ciclos de recuperação muito curtos – stop and go - na medida em que o país procurava adaptar-se às crises do petróleo e a elevação das taxas de juros no mercado internacional.

O capital privado nacional "historicamente afastado da estruturação de caminhos voltados para o crescimento, tampouco se mostrou capaz de redefinir, então, um novo padrão de desenvolvimento" (Mattoso & Pochmann, 1997:09).

Apesar deste quadro, de modo geral a estrutura industrial manteve-se a mesma, contribuindo assim para a manutenção do nível de empregos. "Ao final da década, apesar do movimento de agravamento das condições gerais do mercado de trabalho, as taxas de desemprego alcançavam níveis ainda relativamente baixos. O desempenho geral do mercado de trabalho foi favorecido pela própria preservação da estrutura industrial, pelo crescimento mais lento da população residente nos centros urbanos e pelo aumento do emprego no setor público". (Mattoso & Pochmann, 1997:10).

Entretanto, há que se notar que embora se conservasse um certo nível de crescimento da População Economicamente Ativa, este passa a dar-se via vinculações precárias, com elevação dos percentuais de indivíduos ocupados sem

carteira de trabalho e uma elevação do número de trabalhadores autônomos, ou "por conta própria". A evolução do emprego formal em 1989, por exemplo – com diferenciações por setor de atividade econômica – apesar de positiva com um crescimento médio anual de 2,7%, já se mostrava aquém e insuficiente se comparados ao aumento da população urbana em idade ativa, 3,5% ao ano. (Baltar,1996:90).

No final da década de 80, "consolidavam-se nas principais economias capitalistas as tendências à introdução de inovações tecnológicas, gerencias e organizacionais que mudavam radicalmente a base técnica da indústria e conformavam um novo padrão de desenvolvimento industrial. (…) Desde então já se impunha, portanto, a necessidade de mudar o padrão de desenvolvimento industrial e tecnológico tendo em vista um contínuo upgrading da estrutura industrial brasileira. Isto significa não só incorporar as mudanças tecnológicas e gerenciais-organizacionais à indústria já estabelecida como também desenvolver as indústrias representativas das novas tecnologias" (Suzigan, 1992:90).

Como estratégia neste clima de incertezas, as empresas procuraram ajustar-se a um ambiente econômico instável, optando por reduzir os investimentos e o nível do endividamento e ampliar suas margens de lucro, adotando medidas tais como corte de pessoal e mudanças nas relações de trabalho através da flexibilização de contratos e terceirização de parte de suas atividades (Dedecca, 1996, Ruiz, 1994).

Estes fatores agravaram o quadro de desigualdades já dado: "A renda média dos 50% mais pobres diminuiu quase 20%, comparando 1989 com 1981, enquanto a dos 5% mais ricos aumentou 29% e a dos 15% seguintes elevou-se em 13%." (Ibidem, 86)

A crise do padrão de desenvolvimento e do Estado, visto como executor ineficiente de políticas que propiciassem a retomada do crescimento, fortaleceram as propostas de alternativas neoliberais como saída deste quadro. Desta perspectiva, ao Estado cumpriria regular minimamente os serviços públicos

essenciais, sendo necessário "proceder uma redução do tamanho do setor público, resultado de uma reforma administrativa capaz de elevar a eficácia dos órgãos públicos e da privatização das empresas estatais" (Baltar e Oliveira, 1996:48), o que contribuiu para que seu papel como promotor de bem estar se reduzisse substancialmente a partir de então.

Entretanto, e não obstante este quadro, observa-se que entre 1981 e 1989 a participação do grupo de 10 a 17 anos na população ocupada baixou de 14,2% para 12,1%, mas a taxa de atividade permaneceu praticamente constante ao longo de toda a década; 29,4% em 1981 e 29,4% em 1989[7]. A queda da participação das crianças e jovens brasileiros em relação a população ocupada deveu-se, portanto, ao crescimento da taxa de atividade dos adultos ao longo dos anos oitenta. (IBGE, 1989:59)

A partir dos anos 90 houve uma crescente liberalização comercial e financeira, via redução de tributos sobre operações financeiras, abertura de operações em Bolsa ao capital estrangeiro, eliminação de barreiras não tarifárias e diminuição de tarifas que impactaram de forma negativa a economia como um todo e reduziram o nível de emprego.

Diante de uma abertura comercial indiscriminada, as empresas de capital privado, ainda despreparadas para a concorrência internacional acirrada, aumentaram suas estratégias defensivas com a adoção de medidas poupadoras de custos: redução na contratação de mão de obra, compra de matéria prima e estoques; via terceirização, flexibilização, automação e inovação nas técnicas de gerenciamento, por exemplo.

Portanto, "a abertura comercial indiscriminada, na ausência de uma estratégia que ordene a reestruturação industrial, e com uma moeda nacional artificialmente valorizada, vem forçando a adaptação das empresas na busca de

[7] As taxas de atividade das crianças e jovens no Brasil são relativamente elevadas quando comparadas ao padrão internacional no mesmo período. Os dados da OIT- Organização Internacional do Trabalho- para as crianças brasileiras de 10 a 14 anos, esta taxa situava-se em torno de 18%, nível superior ao observado em países como a Indonésia (11,1%), Marrocos (14,3%), Honduras (14,7%), República Dominicana (15,5%) e Portugal (19,9%); e inferior ao do Paraguai (19,9%) e Haiti (24,4%). OIT, *apud* IBGE, 1989:59.

eficiência e competitividade, sem um apoio explícito e coerente do governo. Para reduzir custos e melhorar a qualidade dos produtos, as empresas fazem o que está a seu alcance, o que, nas condições assinaladas, tende a resultar desfavorável ao nível de emprego e remuneração da força de trabalho." (Baltar e Oliveira, 1996:61).

Neste sentido, pode-se dizer que os ajustes defensivos profundos levados à cabo pelas empresas – redefinição do leque de produtos, terceirização, importação de insumos e componentes e a implementação de inovações organizacionais - comprometeu drasticamente o nível de emprego industrial, promoveu a destruição dos segmentos industriais menos competitivos e aumentou subcontratação da produção de bens e serviços pelas grandes empresas. Estes ajustes foram particularmente profundos e danosos aos trabalhadores nos centros urbanos onde a indústria tem, tradicionalmente, peso especialmente importante. (Baltar, 1994:103; Gonçalves da Silva & Laplane, 1994: 82-83)

O início dos anos 90 foram, portanto, especialmente adversos aos emprego urbano, com sensível diminuição do emprego industrial, mesmo nos períodos de uma relativa maior intensidade da produção industrial, entre 1993 e 1995[8], o que contribuiu sensivelmente para a redução de postos de trabalhos formais.

Da mesma forma, outros setores de atividade tiveram um dinamismo medíocre no que se refere à capacidade de geração de empregos, especialmente os formais: o comércio e os serviços, bem como a construção civil, transporte e comunicações e financeiro. A lógica neo-liberal racionalizante que permeou as reformas no setor público, que desde os anos 50 se constituiu em importante nicho de oportunidades de trabalho e mobilidade social, também diminuiu a geração de postos de trabalho de qualidade.

A mudança na composição PEA torna-se visível, pois aumentou o peso dos ocupados sem carteira de trabalho na composição do perfil dos assalariados, e um alargamento mais que considerável dos trabalhadores autônomos ou conta

própria. (Baltar,1996: 96-97; Baltar, 1998).

Os autores chamam para atenção o incremento de um tipo de informalidade pela deterioração da ocupação formal que caminha junto com o aumento do desemprego de longa duração, que "piora ainda mais o quadro social das regiões metropolitanas brasileiras". (Azêvedo, Menezes e Fernandes, 2000)

A recuperação da economia inicia-se em 1993; com a política de estabilização do o Plano Real, o que levou à recomposição das atividades produtivas, do emprego e do total das ocupações, especialmente a partir da expansão do setor terciário.

Desta forma, e apesar dos ciclos de recuperação muito curtos e instáveis observados nos anos 80 e dos diversos planos de estabilização que se seguiram, estas duas últimas décadas caracterizaram-se por um crescimento da renda muito pequeno nos anos 80 e uma drástica queda no início dos anos noventa, só voltando a aumentar com a implementação do Plano Real. Mas, como também é característico da história brasileira, estas perdas foram distribuídas de forma desigual, com nítidas desvantagens para as parcelas mais pobres da população.

Portanto, a "década mais que perdida" teve como conseqüências da reestruturação produtiva e organizacional sobre o mercado de trabalho: taxas de desemprego crescentes, aumento da fragilidade das formas de contratação, um expressivo aumento do trabalho autônomo, com impactos negativos generalizados sobre indivíduos e famílias.

Neste período de crise e limitação de postos de trabalho, a manutenção do rendimento das famílias ou que, no mínimo, mascarou o empobrecimento generalizado neste período deveu-se, especialmente, ao ingresso das mulheres no mercado de trabalho. Diversos estudos têm apontado tanto para a extensão do número de famílias que passou a depender da mulher para preservar a renda familiar (Leone,1999) como para os alterações nos arranjos familiares de inserção no mercado de trabalho, via inclusão de outros membros da família, com

[8]Este autor indica que os dados da PNAD de 1995 trazem a cifra de 4,5 milhões de desempregados

especificidades observadas nos diferentes momentos do ciclo de vida da família. (Montali, 1998)

Outro fator, apontado pelos trabalhos consultados, que atenuou as quedas no rendimento das famílias na década de noventa é de natureza demográfica e refere-se especialmente a diminuição do número médio de componentes da família, graças a redução contínua das taxas de fecundidade desde a década de sessenta.

Ao mesmo tempo, há que se notar que diversos trabalhos têm apontado este período como especialmente difícil para a incorporação dos estratos mais jovens da população, característica distinta das décadas anteriores. Se nos anos do "milagre" houve uma expansão e diversificação do mercado de trabalho, que teve como opção preferencial a incorporação dos estratos mais jovens da população e das mulheres (Madeira, 1993a e b; Romanelli, 1986, Pochmann, 1998), este movimento se dá de forma contrária nos anos 90 com relação aos jovens, por exemplo.

Entretanto, diante deste quadro e apesar de uma legislação mais restritiva e de políticas implementadas especialmente direcionadas para a criança trabalhadora, subsiste a questão das crianças que trabalharam no meio urbano nesta década. Os capítulos seguintes buscam, portanto, caracterizar que tipo de inserção no mundo do trabalho tiveram estas crianças e adolescentes e quais as características dos domicílios e famílias que, nos anos noventa, liberaram as suas crianças para o trabalho.

---

equivalente a 6,1% do total da PEA; cifras de maior gravidade atingiam o conjunto das áreas urbanas.

CAPÍTULO II

Onde estão e quantas são as crianças trabalhadoras entre 10 e 14 anos nas Regiões Metropolitanas Brasileiras na década de 90

I – Trabalho infantil nas Regiões Metropolitanas selecionadas entre 1992 e 1999

O trabalho das crianças no meio urbano nem sempre tem tido a visibilidade necessária, sendo praticamente despercebido. Salvo em condições de extremo aviltamento ou exposição pública, tais como aquelas que trabalham como catadores de lixo nos depósitos municipais ou, a imagem mais comum, vendem mercadorias em sinais de trânsito, pouco se sabe a respeito deste exército de trabalhadores urbanos.

Em 1999 o conjunto das Regiões Metropolitanas selecionadas abrigavam 46.660.091 pessoas. Destas, 4.391.538 eram crianças entre 10 e 14 anos, representando 9,4% da população.

Agrupadas por situação geográfica, entretanto, a distribuição destas crianças apresenta-se de modo desigual, sendo maiores as proporções desta faixa etária nas RMs do Nordeste, representando 10,7% da população total, seguidas da RM de São Paulo, 9,58%; as RMs do Sul, 9,19%; e, por último, as RMs do Sudeste, onde as crianças entre 10 e 14 anos representam apenas 8,52% da população total.

Comparados aos percentuais de 1992, observa-se uma diminuição nas proporções das crianças entre 10 e 14 anos, bem como das crianças entre 0 e 10 anos. Assim, é possível dizer que em 1999 houve uma queda na participação relativa das crianças em todos os agrupamentos de RMs. Estes percentuais, evidentemente, refletem os efeitos de longo prazo da queda contínua nas taxas de fecundidade, observadas no Brasil a partir da década de 60, já discutida em

diversos trabalhos. (Souza, 1996; Frias e Oliveira, 1991; Berquó, 1998; Alencar e Coelho, 1993)

Entretanto, em 1999, a proporção de crianças entre 10-14 anos ainda era o maior estrato populacional em todos os agrupamentos, menor apenas, por fatores demográficos conjunturais, que o estrato entre 15-19 anos de idade[9].

Não são pequenos também os números absolutos daqueles que fazem parte da População Economicamente Ativa, mesmo considerando-se a expressiva redução das crianças trabalhadoras em todos os agrupamentos de RMs: nada menos que 366.195 crianças trabalhavam em 1992; em 1999 estes números se reduziram para 248.520 crianças. Uma queda, portanto, de 32,13% mas, ainda assim, os números absolutos impressionam.

Tabela 1 - Distribuição das Crianças entre 10 a 14 anos que participam da População Economicamente Ativa, segundo sexo.
Agrupamentos de Regiões Metropolitanas selecionadas, 1992 e 1999.

	Nordeste		Sudeste		São Paulo		Sul	
	1992	1999	1992	1999	1992	1999	1992	1999
Meninos	61.873	43.991	61.636	34.665	74.053	55.554	31.740	21.462
Meninas	32.096	24.698	35.491	15.265	46.978	40.406	22.328	12.479
Total	93.969	68.689	97.127	49.930	121.031	95.960	54.068	33.941

Fonte: PNADs 1992 e 1999.

Considerados por sexo, estes valores espelham com grande clareza concepções de gênero culturalmente internalizadas desde a infância: trabalham mais meninos que meninas. Em 1992, o número total de meninos trabalhadores

[9] Em grande medida, um contingente populacional mais expressivo da população entre 15 –19 anos em todas as Regiões Metropolitanas observadas pode estar refletindo o que alguns trabalhos demográficos tem chamado de "onda jovem".[9] "*Chama-se de onda exatamente o momento de alargamento de um determinada faixa etária. Neste sentido, é fundamental alertar para o fato de que o quinquênio em que estamos atravessando (1995-2000), mais o período que vai até o ano 2005 será caracterizado por uma sinuosa onda de adolescentes. De fato quando a geração de adolescentes de 1990 era numericamente superior à geração de adolescentes de 1980 em 1 milhão de pessoas, as gerações de adolescentes em 1995 e 2000 serão maiores que as gerações de 1985 e 1990 em 2,3 e 2,8 milhões de pessoas, respectivamente. No ano 2005, este incremento cairá para o nível de 500 mil pessoas, caracterizando o fim desta onda de adolescentes* " (Bercovich, A. M., Madeira, F. R. e Torres, H. G.1997; Madeira, F.R. e Rodrigues, E. M. 1997: 5)
O incremento conjuntural desta faixa etária é explicado por estes autores como uma questão de descontinuidade demográfica provindos das alterações que "intervêm na dinâmica demografica – fecundidade, mortalidade e migrações – a pirâmide etária pode sofrer alargamentos ou estreitamentos na sua base, ou seja, diminuição ou aumento de nascimentos (.....) tais alargamentos ou estreitamentos irão produzir ecos (novos alargamentos e estreitamentos) em sucessivas gerações" (Madeira, F.R.1998:430)

era 1,47 vezes maior que as meninas; em 1999 esta relação se eleva para 1,67 vezes mais meninos que meninas economicamente ativos. Algumas RMs merecem atenção: em 1992 os conjuntos das RMs do Nordeste e Sudeste tinham números de meninos trabalhadores respectivamente, 1,9 e 1,7 vezes maior que as meninas. Em 1999, esta relação sobe nas RMs do Sudeste, para 2,27 vezes mais meninos que meninas trabalhadoras.

Considerando os indicadores mais gerais para o mercado de trabalho por conjunto de RM examinada isoladamente, uma primeira observação diz respeito à variação das taxas de participação[10] desta faixa etária no período analisado.

A queda na taxa de participação das crianças entre 10-14 anos está, em termos percentuais, entre as maiores quedas observadas no período[11], para ambos os sexos, embora se apresentem de forma diversa nos agrupamentos das RMs. As maiores reduções se deram nas RMs do Sudeste e Sul, seguidas das RMs do Nordeste. A RM de São Paulo está em último lugar, tanto para o total como para os percentuais obtidos por sexo.

Tabela 2 - Taxas de Participação das Crianças entre 10 a 14 anos, segundo sexo. Agrupamentos de Regiões Metropolitanas selecionadas, 1992 e 1999.

	Nordeste		Sudeste		São Paulo		Sul	
	1992	1999	1992	1999	1992	1999	1992	1999
Meninos	13,4	9,3	8,9	5,6	8,6	6,7	11,6	7,8
Meninas	7,1	5,3	5,2	2,5	5,8	4,8	8,2	4,6
Total	10,3	7,3	7,1	4,0	7,2	5,8	9,9	6,2

Fonte: PNADs 1992 e 1999.

Mesmo que de forma não homogênea, há um nítido processo de aumento da inatividade das crianças desta faixa etária, o que poderia ser explicado por um conjunto de fatores que, associados, possuem um caráter sinérgico na dinâmica do trabalho infantil no período considerado.

É coerente supor uma crescente sedimentação de uma consciência

[10] (PEA/PIA).100
[11] Tabelas totais: Anexo I.

coletiva[12] contrária à entrada precoce no mercado de trabalho, processo que estaria atrelado a legislação referida ao trabalho das crianças cada vez mais restritiva desde o início da década.

Ao mesmo tempo, estes fatores encontraram na própria dinâmica dos mercados de trabalhos locais durante os períodos recessivos ou de desaquecimento econômico, como nos anos 90, as pré-condições adequadas para a redução da incorporação dos estratos mais jovens ou mais frágeis da população. Neste sentido, as taxas de desemprego aberto[13] das crianças entre 10 e 14 anos em 1992 e 1999 parecem ser conclusivas.

Estes valores permitem referendar, em grande medida, os trabalhos que vinculam a dinâmica econômica como variável importante no entendimento da inclusão ou das maiores dificuldades de permanência no mercado de trabalho de grupos populacionais específicos, tais como as crianças, os jovens e as mulheres. (Leone, 2001; Pochmann, 1998; Lourenço, 2002)

Tabela 3 - Taxas de Desemprego das Crianças entre 10 e 14 anos, segundo sexo. Agrupamentos de Regiões Metropolitanas selecionadas, 1992 e 1999.

	Nordeste		Sudeste		São Paulo		Sul	
	1992	1999	1992	1999	1992	1999	1992	1999
Meninos	20,7	17,0	17,3	33,7	29,0	42,4	19,5	30,2
Meninas	17,1	28,0	26,7	44,6	32,2	41,7	20,8	24,5
Total	19,5	21,0	20,8	37,0	30,3	42,1	20,1	28,1

Fonte: PNADs 1992 e 1999.

Observa-se um incremento expressivo do desemprego aberto entre as crianças de 10 a 14 anos que, se examinadas segundo os critérios de agrupamentos de RMs, emergem as heterogeneidades regionais.

Excetuando-se os meninos das RMs do Nordeste, as variações positivas encontradas para todos os agrupamentos sugerem que possivelmente as diferenças na dinâmica econômica inter-regionais sejam decisivas neste aspecto,

[12] Este conceito sociológico, cunhado por Durkheim, designa um sistema autônomo determinado – de crenças, de sentimentos, de ideais, e de valores próprios a uma sociedade, que transcende as partes que a compõem. O emprego deste termo, no entanto, não é literal, uma vez que o poder de coação sobre os indivíduos não pode ser tomado de modo absoluto. Além disso, não se ignora aqui o pluralismo da realidade social que atua como pano de fundo e para além da rigidez do conceito sociológico de consciência coletiva.

[13] (Desempregados/PEA).100

mercados de trabalho mais complexos e competitivos, tais como a RM de São Paulo e das RMs do Sudeste, excluem com maior contundência as crianças desta faixa etária.

Numa outra perspectiva, as taxas de ocupação[14] permitem visualizar o quanto, percentualmente, representam as crianças efetivamente ocupadas em relação a população em idade ativa da mesma faixa etária.

Tabela 4 - Taxas de Ocupação das Crianças entre 10 a 14 anos, segundo sexo. Agrupamentos de Regiões Metropolitanas selecionadas, 1992 e 1999.

	Nordeste		Sudeste		São Paulo		Sul	
	1992	1999	1992	1999	1992	1999	1992	1999
Meninos	10,6	7,7	7,4	3,7	6,1	3,8	9,4	5,4
Meninas	5,9	3,8	3,8	1,4	3,9	2,8	6,5	3,4
Total	8,3	5,8	5,6	2,5	5,0	3,3	7,9	4,4

Fonte: PNADs 1992 e 1999.

Nota-se reduções substanciais nas taxas de ocupação das crianças entre 10 e 14 anos de idade em todos os agrupamentos considerados. Comparados entre si, as maiores reduções percentuais situam-se nas RMs do Sudeste e Sul. Contraditoriamente, as menores reduções percentuais encontram-se nas RMs do Nordeste e a RM de São Paulo, duas regiões metropolitanas situadas em pólos de desenvolvimento econômico classicamente colocados como opostos.

As reduções na taxa de ocupação das crianças entre 10-14 anos foram maiores ainda para as meninas do que para os meninos, em todos os agrupamentos considerados.

Tabela 5 - Distribuição das Crianças de 10 a 14 anos ocupadas, segundo sexo. Agrupamentos de Regiões Metropolitanas selecionadas, 1992 e 1999.

	Nordeste		Sudeste		São Paulo		Sul	
	1992	1999	1992	1999	1992	1999	1992	1999
Meninos	49.058	36.493	50.961	22.999	52.554	31.985	25.535	14.980
Meninas	26.622	17.794	26.007	8.462	31.850	23.570	17.677	9.417
Total	75.680	54.287	76.968	31.461	84.404	55.555	43.212	24.397

Fonte: PNADs 1992 e 1999.

[14] (Ocupados/PIA).100.

O conjunto das taxas consideradas mostram, dinâmicas econômicas inter-reginais diferentes que, provavelmente, excercem influência na incorporação de crianças.

Ao mesmo tempo, a efetiva redução do trabalho das crianças entre 10 e 14 anos nas Regiões Metropolitanas entre 1992 e 1999 pode ser contraposta à elevação dos patamares das taxas de desemprego aberto no período.

Neste sentido, elas evidenciam a busca por trabalho por uma expressiva parcela dos meninos e meninas nas RMs selecionadas. Em outras palavras, estes menores queriam trabalhar mas não encontraram trabalho, o que levaria à indagação se, eventualmente, uma modificação positiva na conjuntura econômica teria efeitos imediatos nas taxas observadas.

As taxas observadas entre os dois períodos considerados podem ser contrapostas com as obtidas para o ano de 1995[15], meados da década e logo após a implementação do Plano Real, quando houve um período de relativa recuperação da atividade econômica e da ocupação. Assim, de acordo com o modelo desenvolvido por Goldbaum, 2002, seria esperado uma maior inserção das crianças no mercado de trabalho.

Entretanto, visto como um processo, o que se observa é uma *queda constante*[16], tanto para o total das RMs como consideradas isoladamente, das taxas de participação das crianças desta faixa etária. Em outras palavras, as taxas de participação em 1995 são menores que as observadas para o ano de 1992 e maiores que as obtidas para 1999, excetuando-se uma elevação mínima em 1995, se comparado a 1992, de 0,4%, nas RMs do Sul.

Da mesma forma se comportaram as taxas de ocupação obtidas para o ano de 1995, se comparadas com 1992 e 1999, tanto considerando-se o total das RMs como também observadas isoladamente, observando-se uma elevação, no ano de

[15] Anexo I, obtidas segundo os mesmos critérios utilizados para 1992 e 1999, já explicitados.
[16] Dados completos contidos no Anexo1.

1995 se comparada a 1992, de apenas 1% nas RMs do Sul e 0,3% no agrupamento de RMs do Nordeste.

II – Características do trabalho das crianças ocupadas, nas Regiões Metropolitanas selecionadas, entre 1992 e 1999

A segunda parte deste trabalho dedica-se a analisar comparativamente as características da inserção no mercado de trabalho das crianças que se encontravam efetivamente trabalhando nos anos de 1992 e 1999.

Usualmente, os estudos sobre trabalho infantil costumam analisar faixas etárias agrupadas em séries de quatro anos. Entretanto, maiores serão os prejuízos sociais que rondam as crianças quanto mais cedo trabalharem. Preliminarmente, portanto, o desdobramento em séries de dois anos – 10 a 12 anos e 13 a 14 anos - torna-se útil para uma melhor compreensão da distribuição dos meninos e meninas que trabalharam entre 1992 e 1999.

Com a exceção das RMs do Nordeste, uma primeira observação diz respeito à tendência geral de uma maior concentração nas idades mais elevadas em todos os agrupamentos de RMs observados. Neste sentido, a RM de São Paulo mostrou-se menos permeável aos menores de 13 anos em 1999 do que as demais RMs, seguida das RMs do Sul e Sudeste, respectivamente.

Para os totais, verifica-se que apenas as RMs do Nordeste mantiveram em sua composição, em 1999, a mesma relação entre as crianças mais jovens, entre 10 e 12 anos, e as mais velhas, 13 e 14 anos, observadas em 1992.

Tabela 6 - Distribuição das Crianças entre 10 a12 anos e entre 13 a 14 anos ocupadas, segundo sexo. Agrupamentos de Regiões Metropolitanas selecionadas, 1992 e 1999

	Nordeste		Sudeste		São Paulo		Sul	
	1992	1999	1992	1999	1992	1999	1992	1999
10 - 12 anos								
Meninos	26,8	23,7	22,5	22,2	17,9	12,1	23,3	20,0
Meninas	9,0	11,9	8,4	5,6	11,3	9,1	12,2	7,2
Total (10-12 anos)	35,8	35,6	30,9	27,8	29,2	21,2	35,5	27,2
13 - 14 anos								
Meninos	38,0	43,6	43,7	50,9	44,3	45,5	35,8	41,4
Meninas	26,2	20,8	25,4	21,3	26,4	33,3	28,7	31,4
Total (13-14 anos)	64,2	64,4	69,1	72,2	70,8	78,8	64,5	72,8
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: PNADs 1992 e 1999.

Na composição por sexo, verifica-se também que as maiores quedas entre os meninos mais jovens se deu na RM de São Paulo e entre as meninas da mesma idade, nas RMs do Sul. Ao contrário, a proporção entre as meninas de 10-12 anos subiu em 3% nas RMs do Nordeste.

A comparação entre os sexos mostra que os meninos mais jovens estão sistematicamente mais expostos ao trabalho precoce que as meninas da mesma idade, nos dois períodos considerados. Mas esta relação se comporta de modo heterogêneo: enquanto, por exemplo, em 1992 nas RMs do Nordeste as proporções de meninos entre 10-12 anos de idade era 3 vezes maior que das meninas, em 1999, esta diferença caiu para 2. A Região Metropolitana de São Paulo mostra diferenças bem menores que as demais, nos dois períodos considerados entre os meninos e meninas entre 10 e 12 anos. Assim, se em 1992 o contingente de meninos ocupados era 1,6 maior que as meninas, esta diferença praticamente se mantém em 1999: 1,3.

Estas mesmas relações se elevaram entre 1992 e 1999 nas RMs do Sudeste, de 2,68 para 3,93. Nas RMs do Sul, de 1,91 para 2,77 vezes mais meninos que meninas ocupados entre 10 e 12 anos.

Entre os mais velhos, como já dito, se concentram as maiores proporções

de ocupados, com elevações nos percentuais entre os meninos em todos os agrupamentos considerados e, inversamente, com diminuição da participação das meninas nas RMs do Nordeste e Sudeste, mas com um expressivo aumento da participação das meninas entre 13 e 14 anos na Região Metropolitana de São Paulo. Da mesma forma, mas em menor escala, nas Regiões Metropolitanas do Sul.

Uma outra perspectiva a ser considerada é saber quais os setores de atividade estão absorvendo o trabalho das crianças nestes agrupamentos de RMs.

Nas RMs no Nordeste e São Paulo, o peso do setor agrícola no meio urbano passa por transformações importantes, diminuindo substancialmente os percentuais de crianças ocupadas. Entretanto, observa-se um incremento considerável nas RMs do Sul entre os meninos: se em 1992 agregava 15,2%, em 1999 eram 25,2% meninos ocupados neste setor.

Outra observação relevante é a redução significativa daqueles inseridos os setores tipicamente industriais, em todos os agrupamentos, para ambos os sexos. Assim, somados – Indústria da Transformação, Indústria da Construção e Outras Industrias – em 1992, estes setores eram responsáveis nas RMs do Nordeste por 21,6 % das crianças ocupadas entre 10 e 14 anos, em 1999, passaram a agregar apenas 10,9 %.

Da mesma forma, o conjunto das RMs do Sul também apresenta uma redução da ordem de –8,1% entre os dois períodos; na RM de São Paulo, a importância destes setores de atividade diminuiu em –9,2%. Os menores percentuais de queda são encontrados no conjunto das RMs do Sudeste, apenas – 0,1%.

Tabela 7 - Distribuição dos ocupados entre 10 e 14 anos, segundo sexo e Setor de Atividade. Regiões Metropolitanas selecionadas, 1992 e 1999

Meninos								
SETORES DE ATIVIDADE	Nordeste		Sudeste		São Paulo		Sul	
	1992	1999	1992	1999	1992	1999	1992	1999
Agrícola	17,1	9,4	3,7	4,4	7,6	-	15,2	25,0
Indústria (Transformação+Construção)	15,9	8,2	14,8	9,3	13,6	7,9	21,5	13,8
Outras Indústrias	5,7	2,7	8,5	13,9	6,1	2,6	6,3	5,9
Comércio	39,9	38,6	32,8	19,9	27,3	47,4	30,3	25,2
Transporte e Comunicação	1,3	5,4	1,0	6,0	-	2,6	2,8	-
Alojamento e Alimentação	6,7	12,6	8,3	15,0	7,6	15,8	6,3	3,1
Reparação	5,8	13,8	8,6	9,3	21,2	10,5	7,1	15,2
Serviços Auxiliares da Atividade Econômica	0,4	1,6	2,6	5,7	4,5	-		4,9
Outros setores de atividade*	7,2	7,7	19,7	16,5	12,1	13,2	10,5	6,9
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Meninas								
SETORES DE ATIVIDADE	Nordeste		Sudeste		São Paulo		Sul	
	1992	1999	1992	1999	1992	1999	1992	1999
Agrícola	5,0	5,8	2,0	-	5,0	3,6	6,4	2,2
Indústria (Transformação + Construção)	16,8	12,5	11,3	6,0	15,0	-	24,1	12,0
Comércio	10,5	30,5	15,4	29,9	37,5	35,7	24,2	34,0
Social **	2,4	3,3	1,0	9,6	7,5	7,1	5,2	14,3
Alojamento e Alimentação	5,8	18,2	9,0	6,0	7,5	25,0	1,2	9,3
Emprego Doméstico	53,9	24,0	51,9	45,5	17,5	21,4	37,7	26,0
Outros setores de atividade***	5,6	5,7	9,4	3,0	10,0	7,2	1,2	2,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: PNADs 1992 e 1999.
* Foram agregados: administração pública, social, serviços pessoais e domiciliares, emprego doméstico e outras atividades.
** Foram agregados: serviços médicos, odontológicos, veterinários e de ensino.
*** Foram agregados: outras atividades industriais, transporte e comunicação, administração pública, reparação, serviços pessoais e domiciliares, divertimentos, serviços auxiliares da atividade econômica e outras atividades.

Por outro lado, o comércio de mercadorias foi, destacadamente, o setor que mais absorveu as crianças ocupadas em todos os agrupamentos considerados, tanto em 1992 como em 1999.

Ainda que seja o setor de atividade mais relevante na absorção da mão de obra das crianças, entre os meninos ocupados houve reduções importantes nas RMs do Sudeste, em -12,9 pontos percentuais, seguidas das RMs do Sul e RMs do Nordeste, em -5,1 e -1,3 pontos percentuais, respectivamente. Ao contrário, a RM de São Paulo acrescentou 20,1 pontos percentuais de meninos trabalhando no comércio de mercadorias em 1999 que em 1992.

Excetuando-se a Região Metropolitana de São Paulo, este setor também teve acréscimos substanciais de meninas ocupadas em 1999, se comparados aos percentuais encontrados em 1992. Assim, as RMs do Nordeste acrescentaram 20 pontos percentuais nas meninas ocupadas no comércio de mercadorias, seguidas das RMs do Sudeste, em 14,5 pontos percentuais e das RMs do Sul, em 9,7 pontos percentuais.

Coerentemente, há uma retração bastante considerável no emprego doméstico entre as meninas ocupadas desta faixa etária. Assim, se as RMs do Nordeste absorviam 53,9% das meninas ocupadas no emprego doméstico em 1992, este valor cai em 1999 para 24,0%. Da mesma forma se comportam as RMs do Sul, com uma queda de meninas no emprego doméstico de -11,7% e as RMs do Sudeste, com uma menor redução, de – 6,4%. A RM de São Paulo é a única que se observa um aumento na absorção das meninas no emprego doméstico, em 1992 este setor já abrigava 17,5% delas, em 1999 passaram a representar 21,4% do total das meninas ocupadas.

Entre as crianças de 10 e 12 anos este padrão se repete, nos dois períodos considerados, com forte concentração em 1999 das crianças trabalhando no setor de comércio de mercadorias. Entre os meninos destas idades pesa também o setor agrícola nas RMs do Sul, em 1999, 50,2% dos menores até doze anos estavam sendo absorvidos por este setor. Mesmo observando uma clara tendência de diminuição, entre as meninas até 12 anos há um forte peso do setor de serviço doméstico, logo após o setor de comércio de mercadorias.

Chama a atenção também a expansão dos percentuais das crianças ocupadas no setor denominado de alojamento e alimentação[17], especialmente entre as meninas ocupadas, em todos os agrupamentos de RMs. Para os totais das crianças, este setor se atividade teve uma expansão notável na RM de São Paulo, nas RMs do Nordeste e Sudeste e, em menor proporção, nas RMs do Sul.

[17] Foram agregados: hospedagem e restaurantes.

Em grande medida, as modificações na dinâmica de inserção das crianças inter-setores de atividade observadas no período têm como pano de fundo, um leque de fatores interligados.

Em primeiro lugar, é interessante notar ainda que a maior absorção em 1999, se comparado a 1992, das crianças nestes setores de atividade relacionadas ao comércio e aos serviços caminha *paripassu* com os movimentos mais gerais do mercado de trabalho urbano nos anos 90 na incorporação dos adultos.

De um lado, há a retração na atividade industrial pelo desaquecimento da economia e também pela adoção, cada vez mais recorrente, de estratégias organizacionais internas às empresas, poupadoras de trabalho e custos. A sensível redução na incorporação das crianças no período foi acompanhada de drástica redução para as faixa etária seguinte – 15 a 19 anos, conforme observado por Lourenço, 2002, este movimento foi mais intenso na RM de São Paulo e está relacionado não apenas ao fato desta ser a maior concentração industrial do país e, portanto, mais sensível a retração do emprego, mas também por causa da desconcentração industrial da RMs de São Paulo e Rio de Janeiro em direção a outras regiões do país e interior de São Paulo.(Ibidem, p. 57)

De outro há que se considerar que a legislação cada vez mais restritiva adotada ao longo de toda a década de noventa, inibe a utilização da mão de obra das crianças naqueles setores de atividade onde os níveis de informalidade são tradicionalmente menores.

E, de modo complementar, a maior concentração dos meninos e meninas ocupados nos setores de comércio de mercadorias e em alguns nichos do setor de serviços, tais como o emprego doméstico e alojamento e alimentação estão claramente ligados tanto às possibilidades de maiores graus de informalização que são típicos destes setores, quanto podem estar referidos às estratégias de sobrevivência não das crianças tomadas como indivíduos, mas dos grupos familiares em que estão inseridas, na medida em que eventualmente trabalhem

em pequenos negócios familiares, que teriam poucas chances de sobreviver se não contassem com a mão de obra de seus membros.

Embora os dados secundários tenham limitações claras quanto às possibilidades de respostas para este tipo de questão, pode-se tentar algumas inferências neste sentido através do exame da posição na ocupação destes trabalhadores, bem como através da ocupação efetivamente exercida por eles.

A posição na ocupação das crianças trabalhadoras entre 10 e 14 anos mostra que se aquelas crianças que tinham o *status* de empregado com carteira assinada que, em 1992, já se constituíam percentuais muito pequenos, diminuíram drasticamente em 1999, com a exceção das RMs do Nordeste, que já apresentavam percentuais menores em relação aos demais agrupamentos e a RM de São Paulo.

Esta situação é sensivelmente mais contundente para as crianças menores, entre 10 e 12 anos. Se, por exemplo, em 1992 a RM de São Paulo tinha 16,1% dos meninos desta faixa etária na categoria dos “empregados com carteira”, em 1999, desaparecem, o mesmo ocorrendo nas demais agrupamentos de RMs. Para este grupo, as meninas estão, sistematicamente, em situação mais que precária; já em 1992, os dados da PNAD não apontam a existência de qualquer uma com carteira assinada. Evidentemente, esta situação pode ser creditada à elevação dos patamares mínimos legais para o ingresso no mercado de trabalho.

Ao mesmo tempo, verifica-se um aumento nos graus de informalidade e precariedade através das expressivas variações positivas entre 1992 e 1999 dos empregados sem carteira e daqueles classificados sob a categoria dos classificados como trabalhadores por “conta própria” e os “não remunerados” – estas duas ultimas categorias, sem grande risco de errar, podem estar associadas a estratégias familiares de sobrevivência, dado que estes meninos e meninas podem estar auxiliando pais e/ou irmãos em pequenos empreendimentos.

O aumento dos trabalhadores não remunerados é expressivamente maior para os meninos nas RMs do Sul, de 43,5% em 1992 para 58,2% em 1999,

seguidas das RMs do Nordeste e Sudeste, tendo como única exceção a diminuição dos não remunerados na RM de São Paulo.

Entre as meninas, estes acréscimos entre os não remunerados foram ainda maiores nas RMs do Nordeste, de 21,1% para 46,5%, na RM de São Paulo e, por último, o agrupamento das RMs do Sul. Apenas nas RMs do Sudeste observa-se um ligeiro decréscimo entre as meninas não remuneradas entre os dois períodos considerados.

Tabela 8 - Distribuição dos ocupados entre 10 e 14 anos, segundo sexo e posição na ocupação. Agrupamentos de Regiões Metropolitanas selecionadas, 1992 e 1999

Meninos								
Posição na Ocupação	Nordeste		Sudeste		São Paulo		Sul	
	1992	1999	1992	1999	1992	1999	1992	1999
Empregados com cart. assinada	0,4	0,6	7,5	4,9	9,1	5,3	13,0	4,5
Empregados sem carteira	43,7	34,2	45,6	47,8	48,5	52,6	31,4	25,6
Domésticos com carteira	-	-	-	-	-	-	-	-
Domésticos sem carteira	2,6	1,6	8,0	3,3	1,5		1,6	1,4
Trab. por conta própria	21,1	23,4	22,4	23,5	4,5	13,2	10,5	10,4
Não remunerados	32,2	40,2	16,6	20,5	36,4	29,0	43,5	58,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Meninas								
Posição na Ocupação	**Nordeste**		**Sudeste**		**São Paulo**		**Sul**	
	1992	**1999**	**1992**	**1999**	**1992**	**1999**	**1992**	**1999**
Empregados com cart. assinada	1,6	1,2	5,1	-	12,5	3,6	6,1	2,2
Empregados sem carteira	11,2	13,6	15,4	30,6	32,5	17,8	22,8	28,0
Domésticos com carteira	0,8	-	2,1	3,0	-	3,6	-	2,2
Domésticos sem carteira	53,1	24,0	49,8	42,5	17,5	17,9	37,7	23,8
Trab. por conta própria	12,2	14,8	11,3	9,0	5,0	10,7	9,6	15,9
Não remunerados	21,1	46,5	16,2	14,9	32,5	46,4	23,7	28,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: PNADs 1992 e 1999.

O emprego doméstico informal tem sido, classicamente, o nicho das meninas trabalhadoras e continua com uma participação considerável, mas observa-se uma redução dos empregados domésticos sem carteira em todos os agrupamentos, à exceção da RM de São Paulo que manteve basicamente os mesmos percentuais.

Somadas estas categorias – empregados sem carteira, domésticos sem carteira, trabalhadores por conta própria e os não remunerados – os valores encontrados dão a dimensão da vulnerabilidade destes pequenos trabalhadores: em 1999, nas RMs do Nordeste eram 99,3%; nas RMs do Sudeste, 95,6%, na RM

de São Paulo representavam 94% das crianças, e nas RMs do Sul, 95,5%. Estes valores são, sistematicamente, maiores que os obtidos para o ano de 1992 em todos os agrupamentos de RMs e na RM de São Paulo.

Portanto, mesmo que se observe uma diminuição do número de crianças trabalhadoras entre os dois períodos examinados, as informações sobre a posição na ocupação das crianças entre 1992 e 1999 revela que, embora o trabalho das crianças brasileiras tenha sido desde sempre pautado pela precariedade, aqueles que permaneceram trabalhando nos anos noventa tiveram sua fragilidade ainda mais exposta.

A informação sobre a ocupação das crianças na semana de referência é um importante indicador sobre o que, concretamente, faziam nos anos pesquisados. Os dados mostram, em primeiro lugar, e com a exceção das RMs do Nordeste, um movimento de enorme concentração em torno de algumas ocupações durante a década de noventa.

Assim, se os dados obtidos em 1992 para as RMs do Nordeste listaram nada menos de 44 ocupações distintas, elas sobem para 47 em 1999. Entretanto, nas demais RMs estes números decrescem consideravelmente: nas RMs do Sudeste cai de 46 ocupações, encontradas para o ano de 1992, para apenas 29 delas em 1999, da mesma forma na RM de São Paulo, de 37 ocupações para apenas 20 e, nas RMs do Sul, de 43 para 38 ocupações.

Para uma melhor visualização, os dados a seguir foram organizados de forma a privilegiar, nos dois anos considerados, aquelas ocupações que tivessem pelo menos 1,5% das crianças trabalhadoras, elencados em ordem decrescente referida aos valores encontrados para 1999. Também para uma melhor compreensão, dada a forte guetização de algumas ocupações, foram separados em quadros distintos os dados obtidos para os meninos e meninas ocupados.

Tabela 9 - Distribuição dos meninos ocupados entre 10 e 14 anos, segundo ocupações. Agrupamentos de Regiões Metropolitanas selecionadas, 1992-1999

RMs do Nordeste			RMs do Sudeste			RM de São Paulo			RMs do Sul		
	1992	1999		1992	1999		1992	1999		1992	1999
Ambulantes	14,3	18,2	Balconistas atendentes	10,5	11,7	Feirante(não empregador)	3,0	15,8	Trabalhador rural	14,2	23,3
Balconistas atendentes	16,9	16,4	Ajudante diversos	6,5	10,6	Copeiro balconista		13,2	Ajudante diversos	6,9	13,5
Ajudante diversos	6,2	10,9	Ajudante de mecânico	4,8	9,5	Diversos	6,1	13,2	Balconistas atendentes	10,5	11,4
Trabalhador rural	16,7	8,8	Ajudante de Pedreiro e Pintor	5,8	9,0	Ambulantes	4,5	13,2	Ambulantes	13,3	5,9
Ajudante Mecânico	2,7	6,0	Ambulante	17,9	8,2	Balconistas atendentes	16,7	10,5	Ajudante ind. calçados	7,3	5,5
Copeiro balconista	1,8	6,0	Diversos	3,6	8,2	Ajudantes de Mecânicos	9,1	5,3	Continuo	3,5	4,5
Diversos	3,6	4,4	Copeiro balconista	4,7	4,6	Ajudante diversos	3,0	5,3	Ajudantes de mecânicos	3,6	4,5
Ajudantes de pedreiro e pintor	4,0	2,2	Trabalhador rural	3,7	4,4	Serviços conta própria	3,0	5,3	Diversos	9,7	2,8
Serviços conta própria	3,1	2,2	Serviços domesticos	8,0	3,3	Ajudante ind borr plast		2,6	Jardineiro		2,8
Aprendiz		1,7	Jornaleiro	2,2	2,4	Acondicionador	7,6	2,6	Pedreiro		2,8
Garçon		1,7	Cozinheiro (não doméstico)		2,4	Trabalhador rural	7,6		Marceneiro	1,8	1,7
Ferreiro	1,7	1,7	Serviços conta própria		2,4	Boleeiro		2,6	Copeiro balconista	5,1	1,7
Serviços domesticos	2,6	1,6	Artista teatro radio tv		2,4	Continuo	9,1	2,6	Ajudantes de pedreiro e pintor	5,5	1,7
Feirante(não empregador)	2,2	1,6	Operador proc. dados		2,4	Auxiliar costureiro	4,5	2,6	Amurnador de prateleiras		1,7
Servente faxineiro	4,0		Pedreiro		2,4	Aprendiz	1,5	2,6	Caixa recebedor		1,7
Cesteiro	3,2		Trocador de onibus		2,4	Engraxate		2,6	Forneiro em olaria		1,7
Ajudante ind. calçados	1,8		Garçon		2,2	Capoteiro	3,0		Eletricista		1,7
Continuo	1,8		Guardador de carros		2,2	Ajudante de pedreiro e pintor	3,0		Motorista		1,7
Acondicionador	1,7		Polidor de metal		2,2	Ajustador mecânico	1,5		Provedor serviços lazer		1,7
Forneiro em olaria	1,7		Aprendiz	2,2		Amurnador de prateleiras	1,5		Aprendiz		1,7
			Guarda - vigia	2,7		Jornaleiro	1,5		Cesteiro		1,7
			Continuo	3,1		Servente faxineiro	1,5		Serviços domesticos	1,6	
			Feirante(não empregador)	3,3		Serviços domesticos	1,5		Acondicionador	2,6	
						Ajudante administrativo	1,5				
						Concretista dragueista	1,5				
						Conferente despachador	1,5				
						Forneiro	1,5				
						Funileiro	1,5				
						Lanterneiro	1,5				
						Sapateiro	1,5				
	90,0	**82,6**		**80,9**	**93,4**					84,6	95,9
Ocupações com menos de 1,5%	10,0	17,6	Ocupações com menos de 1,5%	19,1	6,6				Ocupações com menos de 1,5%	15,4	4,1
Total	100	100	Total	100,0	100		100,0	100,0		100	100

Fonte: PNAD de 1992 e 1999

Tabela 10 - Distribuição das meninas ocupadas entre 10 e 14 anos, segundo ocupações. Agrupamentos de Regiões Metropolitanas selecionadas, 1992-1999

RMs do Nordeste			RMs do Sudeste			RM de São Paulo			RMs do Sul		
	1992	1999		1992	1999		1992	1999		1992	1999
Serviços domesticos	53,9	24,0	Serviços domesticos	51,9	45,5	Serviços domesticos	17,5	21,4	Serviços domesticos	37,7	26,0
Balconistas atendentes	12,2	22,7	Balconistas atendentes	5,1	15,0	Balconistas atendentes	20,0	21,4	Balconistas atendentes	7,6	13,7
Ambulantes		14,7	Secretário taquígrafo		6,6	Ambulantes	7,5	14,3	Ambulantes	10,8	9,3
Copeiro balconista	1,7	11,4	Ambulantes	10,4	6,0	Copeiro balconista	7,5	10,7	Copeiro balconista		7,1
Trabalhador rural	5,0	5,8	Caixa recebedor	2,0	3,0	Serviços conta própria		7,1	Atend infantil (não dom)	2,6	6,6
Auxiliar costureiro		2,3	Agrondiz		3,0	Trabalhador rural	5,0	3,6	Acondicionador		6,6
Diversos		2,2	Continuo		3,0	Cozinheiro (não doméstico)		3,6	Atendentes de serviços		5,5
Prof. pre-escolar		2,2	Garçon		3,0	Caixa recebedor		3,6	Servente faxineiro		4,4
Cesteiro	4,2		Jornaleiro		3,0	Continuo		3,6	Doceiro otec		2,8
Chapeleiro (palha)	3,9		Atendo		3,0	Diversos		3,6	Atendo		2,8
Acondicionador	1,6		Artista plástico		3,0	Demonstrador modelo		3,6	Tecnicos industriais dir	3,8	2,2
Continuo	1,6		Atend infantil (não dom)		3,0	Propagandista		3,6	Ajudante administrativo		2,2
Rendeira	1,6		Telefonista		3,0	Agrondiz	2,5		Amurnador de prateleiras		2,2
Trab extração pedras	1,6		Trabalhador rural	2,0		Auxiliar costureiro	2,5		Caixa recebedor		2,2
			Artista teatro radio tv	2,1		Almoxarifes	2,5		Forneiro		2,2
			Ajudantes de Pedreiro e Pintor	2,1		Artista teatro radio tv	2,5		Bilheteiro cambista		2,2
			Curtidor	2,1		Conferente despachador	2,5		Trabalhador rural	6,4	2,2
			Patisseiro etc	2,1		Costureiro alfaiate	2,5		Jornaleiro	1,5	
			Ajudante administrativo	3,1		Forneiro em olaria	2,5		Prof. pre-escolar	1,5	
			Auxiliar costureiro	4,1		Prof. pre-escolar	2,5		Secretário taquígrafo	1,5	
			Copeiro balconista	7,1		Protético	2,5		Serviços conta própria	2,9	
						Secretário taquígrafo	2,5		Ajudante ind. calçados	12,9	
						Ajudante ind borr plast	2,5				
						Atend infantil (não dom)	2,5				
						Telefonista	2,5				
						Acondicionador	5,0				
						Ajudante administrativo	5,0				
Sub-total	**87,2**	**85,2**		**94,1**	**100,0**					89,2	100,0
Ocupações com menos de 1,5%	12,8	14,8	Ocupações com menos de 1,5%	5,9					Ocupações com menos de 1,5%	10,8	
	100,0	100,0		100			100,0	100,0		100,0	

Fonte: PNAD de 1992 e 1999

Uma primeira observação refere-se à concentração em torno de algumas ocupações em 1999. Embora em ordem de importância variável em cada agrupamento, para os meninos entre 10 e 14 anos, as ocupações de balconistas atendentes, ambulantes, ajudantes diversos, copeiros balconistas, ajudantes de pedreiro e pintor, ajudantes de mecânicos agregam, em geral, em torno de 60% dos meninos ocupados.

Excetuando as RMs do Nordeste, nota-se uma perda da importância, para os anos examinados, da categoria dos ambulantes[18] entre os meninos. Por outro lado, nota-se um crescimento mais que proporcional dos denominados copeiros balconistas nas RMs do Nordeste e RM de São Paulo.

Há também uma regularidade bastante significativa entre as RMs na permanência dos chamados balconistas atendentes.

Evidentemente, as especificidades regionais emergem também neste aspecto. Assim, apenas para a RM de São Paulo a categoria dos "feirantes não empregadores" adquire relevância especial e, nas RMs do Sul, os trabalhadores rurais e também os ajudantes na indústria de calçados, embora esta última categoria tenha mostrado uma redução discreta entre 1992 e 1999.

Para as meninas, as modificações no leque das ocupações demonstram, por um lado, a permanência do serviço doméstico, não obstante a visível redução nas RMs do Nordeste, Sudeste e Sul, mas com um aumento de 3,9% de adesão das meninas na RM de São Paulo, bem uma variabilidade muito mais estreita entre as ocupações que exercem. Por outro, há um crescimento mais que significativo das categorias das balconistas atendentes em todos os agrupamentos considerados, excetuando-se a RM de São Paulo que, já em 1992, agregava um grande contingente de meninas ocupadas nesta condição.

Há também um crescimento considerável das meninas ocupadas como ambulantes nas RMs do Nordeste e na RM de São Paulo e, mesmo com

[18] Foram agregadas, nesta classificação, os ambulantes de balas, frutas, carnes e outros, listados separadamente pela PNAD.

diminuição discreta entre 1992 e 1999, ocupa um percentual considerável das meninas nas RMs do Sul. Para estas três, esta ocupação é a terceira em ordem de importância. Nas RMs do Sudeste, entretanto, observa-se uma decréscimo em torno de 4% em 1999, se comparado ao ano de 1992.

A quarta ocupação mais freqüente entre as meninas é a chamada de copeiro balconista, com variações positivas bastante importantes nas RMs do Nordeste, São Paulo e Sul. Apenas nas RMs do Sudeste esta ocupação praticamente desaparece em 1999, agregando menos de 1,5% das meninas ocupadas neste ano.

Os percentuais obtidos para o ano de 1999 indicam, portanto, uma dinâmica restritiva do leque de ocupações disponíveis para as crianças e adolescentes trabalhadores desta faixa etária. Por outro lado, a indicação de uma diminuição das meninas engajadas no serviço doméstico – ainda que esta ocupação continue altamente relevante – e o concomitante aumento das que trabalham como ambulantes, por estar indicando um aumento da precarização das condições de sobrevivência das famílias as quais pertencem. Assim é que os estudos qualitativos que tratam da educação das crianças nas classes populares têm mostrado que as suas meninas são mais protegidas “da rua”, sendo encaminhadas para tarefas no interior da própria casa ou alheia (Dauster, 1992; Sarti, 2000; Madeira, 1997). Desta forma, o rompimento deste padrão, antes de uma forma de abandono ou descaso, pode ser indicativo de um aumento do nível de precariedade das suas famílias.

Ao mesmo tempo, estas ocupações a agregar grande parte dos meninos e meninas trabalhadores em 1999, especialmente aquelas ligadas ao setor de comércio e serviços, se associadas aos dados obtidos de posição na ocupação, novamente indicam que provavelmente de estão trabalhando em pequenos negócios familiares.

Um dos pontos negativos sobre o fato de trabalhar desde a infância, como já mencionado, que está recorrentemente nas pautas dos organismos

internacionais, refere-se à jornada de trabalho. Assim, entre outros aspectos, tem sido considerado intolerável qualquer trabalho que envolva longas jornadas por comprometer desenvolvimento dos demais aspectos desta fase da vida humana, especialmente o lazer e a escolarização.

Os dados revelam, entretanto, que a maioria das crianças ocupadas, tanto em 1992 como em 1999, ainda trabalhavam muito.

Mesmo considerando-se um movimento geral em todos os agrupamentos de RMs e na RM de São Paulo em direção à uma maior concentração entre os que trabalham até 19 horas semanais – hipoteticamente, a situação menos prejudicial - e aqueles que trabalham de 20 a 39 horas por semana; em 1999 ainda permaneciam bastante altos os percentuais daqueles que trabalham de 40 a 44 horas semanais e os que trabalhavam mais de 45 horas semanais.

Tabela 11 - Distribuição das crianças ocupadas entre 10 e 14 anos, segundo sexo e horas semanais trabalhadas. Agrupamentos de Regiões Metropolitanas selecionadas, 1992 e 1999

Meninos								
Horas trabalhadas	**Nordeste**		**Sudeste**		**São Paulo**		**Sul**	
	1992	**1999**	**1992**	**1999**	**1992**	**1999**	**1992**	**1999**
Até 19 horas	14,2	26,4	15,8	17,5	9,1	21	14,6	12,1
de 20 a 39 horas	54,8	52,3	37,3	39,7	47	52,6	59,1	68,8
de 40 a 44 horas	11,9	8,8	20,2	15,3	21,2	21,1	18,4	11,1
45 horas ou mais	19,2	12,5	26,7	27,5	22,7	5,3	7,9	8
TOTAL	100	100	100	100	100	100	100	100
Meninas								
Horas trabalhadas	**Nordeste**		**Sudeste**		**São Paulo**		**Sul**	
	1992	**1999**	**1992**	**1999**	**1992**	**1999**	**1992**	**1999**
Até 19 horas	7,3	19,2	14,9	20,9	7,5	7,1	14,3	30,7
de 20 a 39 horas	36,4	53,5	30,7	49,2	47,5	53,6	35,7	42,3
de 40 a 44 horas	14,7	5,7	17,7	14,9	20	17,9	22,8	17,1
45 horas ou mais	41,6	21,6	36,6	14,9	25	21,4	27,2	9,9
TOTAL	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: PNAD de 1992 e 1999

Analisando-se por sexo, os meninos são bem mais exigidos que as meninas da mesma faixa etária, em todos os agrupamentos considerados e na RM de São Paulo. Entretanto, a dinâmica do período analisado revela variações positivas bastante significativas, em torno de 12 pontos percentuais maiores que em 1992, daqueles que trabalham até 19 horas entre os meninos trabalhadores nas RMs do Nordeste e na RM de São Paulo. Nas RMs do Sudeste este

incremento foi bastante discreto, apenas de 1,6 pontos percentuais maior que em 1992 e, ao contrário, nas RMs do Sul houve uma variação negativa, de –2,5%.

Em melhor situação estão também as meninas trabalhadoras das RMs do Nordeste e Sul que trabalham até 19 horas semanais: entre 1992 e 1999 estes dois agrupamentos apresentaram um incremento de 11,9 e 16,4 pontos percentuais, respectivamente.

A faixa que representa aqueles que trabalham entre 20 a 39 horas semanais – jornadas já bastante elevadas, considerando-se a faixa etária - teve aumentos positivos em todos os agrupamentos considerados, excetuando-se os meninos das RMs do Nordeste, com uma variação negativa discreta, de apenas –2,5%.

De forma complementar, portanto, observa-se uma diminuição bastante significativa em 1999, se comparado aos dados obtidos para 1992, dos percentuais das crianças trabalhadoras que tinham cargas horárias semanais extensas, entre 40 e 44 horas semanais e aqueles que trabalhavam mais de 45 horas por semana.

Entretanto, há que se observar que as maiores beneficiadas neste aspecto foram as meninas, dado que em todos os agrupamentos foram maiores as variações negativas para elas do que para os meninos, excetuando-se a RM de São Paulo, que observa uma diminuição de meninos com longas jornadas – mais de 45 horas semanais, de -17,7%.

Para os totais, somados os dois últimos grupos – aqueles que trabalham 40 horas semanais ou mais - estes percentuais representavam em 1999, exatamente 39,3% das crianças trabalhadoras nas RMs do Sudeste; na RM de São Paulo, 31,8%; seguida das RMs do Nordeste, 23,3% e, por último, as RMs do Sul, com 22,1% do total dos ocupados. Estes dados apontam, por um lado, tendências de redução das jornadas semanais do trabalho das crianças, por outro, também indicam que uma parte bastante significativa dos menores trabalhadores ainda mantém um ritmo de trabalho de adultos, especialmente os meninos.

Desta forma, os dados encontrados para os dois períodos da década de noventa, recolocam a escolarização das crianças que trabalham como questão crucial. Há um razoável consenso na literatura acadêmica a respeito das relações perversas entre entrada precoce no mercado de trabalho e a escolarização obtida na vida adulta.

Utilizando-se dos dados da PNAD em pontos distintos da década de noventa, os estudos empíricos desenvolvidos nesta área mostram uma relação fortemente positiva entre a idade em que o adulto começou a trabalhar, a escolarização atingida e o nível dos rendimentos obtidos no momento da entrevista, mostrando que a escolaridade atingida cresce com a idade em que o indivíduo entra no mercado de trabalho, sendo necessário atrasar, em média, 3 anos na força de trabalho para obter um ano a mais de escolaridade. (Barros e Santos, 1991; Barros e Mendonça, 1996)

De Toni, 1998, analisando crianças e adolescentes ocupados na RM de Porto Alegre no período entre 1995-97, descreve a relação trabalho-escola para este estrato da população como, no mínimo, tensa, mostrando que a freqüência à escola entre os ocupados era bastante inferior *vis-à-vis* aos não economicamente ativos da mesma faixa etária.

Neste sentido, pode-se dizer que há um consenso entre os autores de que a entrada precoce no mercado de trabalho penalizaria duplamente estes trabalhadores, afetando decisivamente o grau de escolaridade obtido na vida adulta. Assim, estariam destinados aos postos de trabalho mais precários e mal remunerados, de forma a perpetuar o ciclo da pobreza e da desigualdade existentes.

Colocados como pano de fundo contra as transformações no mundo do trabalho, estas informações restabelecem novamente a relação entre as formas de inserção produtiva e níveis de escolarização e desigualdade de renda do país (SEADE/DIEESE, 1995; Ferreira, 2002). Estas questões se tornam mais complexas porque as exigências impostas pelos novos paradigmas produtivos

deveriam estar, pelo menos no plano ideal, contempladas na educação básica oferecida aos estratos mais jovens da população.

Este foi, por exemplo, o tema principal do Partido Trabalhista inglês nas eleições de 1997, onde a modernização do sistema educacional inglês foi posta como condição *sine qua non* para a retomada da liderança inglesa e também diminuir os indicadores de violência e uso de drogas entre os jovens ingleses. Estas questões também permearam toda a campanha do partido socialista francês governo de Jospin na França e em muitos pronunciamentos feitos durante todo o governo Clinton. (Madeira e Rodrigues, 1998; Jobert, A., 2001)

Há, portanto, uma percepção generalizada de que a exclusão do mercado de trabalho é mais acentuada entre os segmentos menos escolarizados da população, dado que não possuem os requerimentos necessários para um bom desempenho dentro das novas condições técnicas. Desta forma, também as chamadas novas "competências" adquirem relevância especial como categoria discursiva.

Ainda que discutíveis[19] e pouco precisas, estas noções são geralmente revestidas de uma grande plasticidade que permite o seu acionamento numa gama variadíssima de situações: no processo de seleção das empresas e na alocação dos trabalhadores no processo produtivo como forma de reduzir custos, por exemplo. Uma variante importante, sob a denominação de "empregabilidade", é termo recorrente na mídia para designar um leque de qualidades desejáveis ao novo perfil do trabalhador ideal, podendo indicar e variar desde níveis mínimos de escolaridade, cursos de especialização variados, domínio de idiomas e da

[19] Embora articulada e aparentemente lógica, esta proposição é " totalmente incorreta. A qualificação da força de trabalho (....) seu fundamento decorre da forma como é estruturado o processo de trabalho. Isto é, como se organizam as máquinas e os homens em uma base produtiva (...) determinada pelas instituições: Estado, representação patronal (empresas) e sindicatos (...) pelas relações que estabelecem entre si e pelas regras e normas que entre elas são pactuadas" Dedecca, 1998:271.

O mesmo autor alerta que a determinação da qualificação, no pós-guerra, foi fundamentalmente estruturada durante os acordos coletivos que delimitavam os requerimentos básicos para cada posto de trabalho, expressadas por uma estrutura de ocupações, vinculando um conjunto de tarefas e funções a uma formação profissional, formal ou não. Assim, a regulação social que se impunha às relações de trabalho tornava o debate sobre qualificação bastante claro e, portanto, passível de mensurações propícias para o desenho de políticas educacionais voltadas para o seu suprimento.

informática, até atitudes e qualidades individuais que não dependem, estritamente, de nenhum critério objetivo e mensurável, o que torna a formulação de políticas educacionais extremamente problemática em nível nacional, no mínimo, impraticáveis.

Neste sentido, estariam, de pronto, mais aptos para o mercado de trabalho aquelas crianças e jovens provindos do sistema de ensino privado, hipoteticamente mais ágil na captação das tendências do mercado e que, ao mesmo tempo, tivessem tido a oportunidade de desenvolver uma espécie de currículo oculto extremamente valioso no mercado e que exige anos de altos investimentos por parte dos pais: a escola de inglês, de informática, de dança ou esportes variados, entre outras.

Ainda que tenha-se verificado, desde os anos 80, uma universalização do acesso a escola e uma elevação dos índices de alfabetização brasileiros, especialmente entre os estratos mais jovens da população[20], as informações obtidas para as crianças e adolescentes trabalhadoras, no período examinado, não são muito animadoras.

Em primeiro lugar, colocando-se as mesmas informações sobre o número de horas semanais trabalhadas *versus* freqüência a escola, os dados revelam a relação inversa e perversa esperada: freqüentam menos a escola quanto mais horas trabalharem.

Excetuando-se a Região Metropolitana de São Paulo, embora se reconheça uma considerável melhora na freqüência a escola entre as crianças trabalhadoras em 1999, em todos os agrupamentos considerados, se comparados aos percentuais obtidos para 1992, é evidente que o número de horas semanais trabalhadas tem uma relação fortemente positiva na vida escolar deste grupo, especialmente entre aqueles que trabalham mais de 39 horas semanais.

---

[20] "Em 1995, o índice de alfabetização entre os jovens brasileiros de 15 a 24 anos era bastante alto (92,9%) significando que mais de 9 entre 10 pessoas deste grupo etário se consideravam em condição de ler e escrever (....) o conjunto das Regiões Metropolitanas apresenta um valor mais favorável, 97,3%" (Saboia, A. N., 1998: 501)

A incompatibilidade entre trabalho e estudo parece ser muito mais contundente entre os meninos que as meninas, mesmo nas menores escalas de horas semanais trabalhadas, em todos os agrupamentos selecionados. Esta constatação pode estar relacionada tanto com a maior exigência sobre o sexo masculino como provedor e a imposição valor do trabalho aos meninos, como também o tipo de ocupação diferenciada exercida por meninos e meninas. Assim, por exemplo, o fato do serviço doméstico ocupar, destacadamente, um nicho importante de trabalho das meninas, pode agir como fator de elasticidade de tempo liberado para a freqüência a escola.

Tabela 12 - Proporção de crianças ocupadas entre 10 e 14 anos que não freqüenta escola, segundo sexo e horas semanais trabalhadas. Proporção de crianças entre 10 e 14 anos da população residente que não freqüenta escola, segundo sexo. Agrupamentos de Regiões Metropolitanas selecionadas, 1992 e 1999

Meninos								
	Nordeste		Sudeste		São Paulo		Sul	
	1992	1999	1992	1999	1992	1999	1992	1999
Até 19 horas	24,8	4,4	12,7	2,9	-	2,4	12,5	2,3
de 20 a 39 horas	21,7	8,1	9,9	19,5	-	5,0	20,5	6,5
de 40 a 44 horas	44,1	37,6	34,0	7,2	28,6	37,5	71,4	71,9
45 horas ou mais	45,1	39,0	55,6	35,6	60,0	50,0	56,4	43,7
Total Ocupados	29,3	14,8	27,4	20,2	19,7	15,8	31,6	18,1
Total População	10,7	5,1	7,6	3,6	6,0	2,8	8,6	3,1
Meninas								
	Nordeste		Sudeste		São Paulo		Sul	
	1992	1999	1992	1999	1992	1999	1992	1999
Até 19 horas	23,6	4,1	19,8	2,7	-	1,3	10,2	2,6
de 20 a 39 horas	18,1	4,1	16,6	-	-	6,7	27,0	11,0
de 40 a 44 horas	49,0	19,2	41,7	20,0	12,5	-	78,2	16,3
45 horas ou mais	62,8	26,3	65,9	-	40,0	33,3	76,3	27,9
Total Ocupados	41,8	9,1	39,6	3,0	12,5	10,7	49,7	8,3
Total População	9,8	4,3	6,4	2,7	6,0	1,6	11,0	3,0

Fonte: PNADs 1992 e 1999

No caso da RM de São Paulo, os percentuais de freqüência a escola se mostraram ainda mais perversos em 1999 do que em 1992, para ambos os sexos, em todos as escalas de horas semanais trabalhadas, excetuando-se apenas as meninas que trabalham entre 40 e 44 horas semanais.

Estes dados, se comparados aos percentuais daqueles que efetivamente trabalhavam mais de 39 horas semanais em 1999, ou seja, 23,3% nas RMs do Nordeste, 39,3% nas RMs do Sudeste, 31,8% na RM de São Paulo e 22,1% nas

RMs do Sul, mostram a magnitude e os desdobramentos futuros de um problema social que, embora mostre claros sinais de avanços no decorrer da década, não foram suficientes para garantir a presença de largos percentuais das crianças trabalhadoras desta faixa etária nos bancos escolares.

Numa outra perspectiva, é também importante saber o quanto, em termos percentuais, a freqüência escolar das crianças ocupadas se distancia da população residente da mesma faixa etária nos agrupamentos selecionados. Esta comparação, ainda que de forma sintética, oferece subsídios importantes.

Em primeiro lugar, nota-se que a diferença entre os percentuais obtidos de freqüência a escola em 1992, para a população residente e ocupados, diminuiu consideravelmente em 1999. Estes dados podem ter vários significados, por um lado, podem estar expressando uma maior extensão do acesso do aparato escolar por parte das crianças trabalhadoras, por outro, uma valorização da escolarização por parte das famílias das crianças que trabalham, mesmo que isso signifique um esforço adicional ao cotidiano já sobrecarregado.

Neste sentido, trabalhando com a perspectiva de difusão de valores, pode estar significando uma apropriação da lógica de inserção no mercado de trabalho – via maior escolarização - por parte destas famílias e suas crianças. Mas também pode estar significando uma certa seletividade do mercado de trabalho no meio urbano já para esta faixa etária, ou seja, conseguem algum tipo de trabalho aqueles que estiverem na escola.

Mas sobretudo, há que se considerar que os percentuais de não freqüência a escola entre os ocupados, mesmo que menores em 1999, permanecem sempre maiores para as crianças que trabalham em todos os agrupamentos considerados. Chama a atenção as diferenças entre os percentuais obtidos por sexo, em 1992 e 1999, para as meninas e meninos trabalhadores.

Se, excetuando-se a RM de São Paulo, em 1992 os percentuais de não freqüência a escola era notadamente maior entre as meninas trabalhadoras nos agrupamentos das RMs do Nordeste, Sudeste e Sul, em 1999 esta situação se

inverte dramaticamente em favor das meninas. Em outras palavras, mesmo que menores em no final da década, a não freqüência a escola é mais dramática entre os meninos que trabalham.

Uma outra perspectiva importante refere-se ao curso que freqüenta. Por limites da amostra da PNAD 1999 das crianças ocupadas, a desagregação desejável por idades separadas para um melhor exame destes dados em idades separadas não foi possível. Portanto, estas informações foram organizadas de forma sintética, considerando a faixa etária de 10 a 14 anos como um todo.

Na verdade, para esta faixa etária, é esperado que a grande maioria esteja no primeiro grau regular, excetuando-se os casos daqueles já com 14 anos completos. Uma comparação com a população residente desta faixa etária e as crianças ocupadas não mostram melhoras significativas na comparação entre os dois períodos considerados, excetuando-se as RMs do Sudeste e a RM de São Paulo, as quais apresentaram percentuais maiores – ainda que mínimos para os dois grupos - de crianças trabalhadoras freqüentando o segundo grau regular e os cursos que se poderia considerar como suplentes na falta de uma escolarização adequada (alfabetização de adultos, supletivo de primeiro grau) que os obtidos para a população residente.

Nas RMs do Nordeste e Sul, a situação daqueles que trabalham piorou em relação a 1992, não estando presentes na amostra de 1999 daqueles que trabalham nenhum dos ocupados matriculado no curso de regular de segundo grau no primeiro agrupamento e, no segundo, com percentuais menores para as meninas e total que os obtidos para o ano de 1992

Tabela 13 - Distribuição das crianças entre 10 e 14 anos, segundo o curso que frequenta. População residente e ocupados. Agrupamentos de Regiões Metropolitanas selecionadas, 1992 e 1999.

Meninos								
Curso que freqüenta	Nordeste		Sudeste		São Paulo		Sul	
	1992	1999	1992	1999	1992	1999	1992	1999
População residente								
Regular de Primeiro Grau	97,7	98,5	98,6	98,8	99,6	98,5	98,1	98,5
Regular de Segundo Grau	0,3	0,5	0,4	0,4	0,3	0,7	1,5	1,1
Outros*	2,0	0,9	1,0	0,7	0,1	0,7	0,4	0,4
Ocupados								
Regular de Primeiro Grau	99,3	98,7	98,5	100, 0	98,1	93,8	96,4	94,1
Regular de Segundo Grau	-	-	-	-	1,9	3,1	2,4	3,8
Outros*	0,7	1,3	1,5	-	-	3,1	1,2	2,1
Meninas								
Curso que freqüenta	Nordeste		Sudeste		São Paulo		Sul	
	1992	1999	1992	1999	1992	1999	1992	1999
População residente								
Regular de Primeiro Grau	97,9	98,6	99,2	98,1	99,1	98,2	98,0	98,7
Regular de Segundo Grau	0,5	0,8	0,3	1,1	0,8	1,4	1,9	1,0
Outros*	1,5	0,6	0,6	0,8	0,1	0,4	0,2	0,4
Ocupadas								
Regular de Primeiro Grau	98,6	100,0	100,0	96,9	100,0	92,0	91,9	97,6
Regular de Segundo Grau	1,4	-	-	3,1	-	4,0	8,1	2,4
Outros*	-	-	-	-	-	4,0	-	-

Fonte: PNADs 1992 e 1999. Elaboração própria.
* Supletivo de primeiro grau e alfabetização de adultos.

Os dados mostram, sobretudo, menores graus de permeabilidade do sistema escolar para as crianças que trabalham, em todos os agrupamentos considerados, excetuando-se a RM de São Paulo e RMs do Sul nos dois períodos considerados.

Entretanto, talvez o indicador mais robusto para a questão educacional das crianças que trabalham seja, exatamente, o número de anos de estudos completados[21], valendo a pena considerar algumas particularidades interessantes.

[21] "A classificação segundo os anos de estudo foi obtida em função da série e do grau que a pessoa estava freqüentando ou havia freqüentado, considerando a última série concluída com aprovação. A correspondência foi feita de forma que cada série concluída com aprovação correspondeu a 1 ano de estudo. A contagem dos anos de estudo teve início em 1 ano, a partir da primeira série concluída com aprovação de curso de ensino fundamental, de primeiro grau ou elementar; em 5 anos de estudo, a partir da primeira série concluída com aprovação de curso de médio primeiro ciclo; em 9 anos de estudo, a partir da primeira série concluída com aprovação de curso de ensino médio, de segundo grau ou de médio segundo ciclo; em 12 anos de estudo, a partir da primeira série concluída com aprovação de curso superior de graduação. As pessoas que não declararam a série e o grau ou com informações incompletas ou que não permitissem a sua classificação foram reunidas no grupo de anos de estudo "não determinados ou sem declaração". Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: Notas Metodológicas 1999: 21

A classificação dos dados com uma sub-totalidade apontando para a soma daqueles que possuem até 4 anos de estudos, baseia-se no trabalho de Saboia,1998:499-515 que, a partir dos dados da PNAD 1995, traça o perfil educacional da população jovem de 15 a 24 anos.

Neste sentido, esta autora utiliza como parâmetros complementares para a análise do analfabetismo os anos de estudo, pois “a alfabetização por si só não é suficiente e, para tornar-se um processo permanente e duradouro, é necessário que a pessoa tenha, para superar as barreiras iniciais da formação educacional, pelo menos, quatro anos de estudos. Segundo Ferrari (1991) (.....) uma pessoa só pode ser considerada alfabetizada se tiver, no mínimo 4 anos de estudo.” (Saboia, 1998:502) Portanto, seu trabalho evidencia a proporção de *analfabetos funcionais* que resulta da soma das pessoas sem instrução e com menos de um ano de estudo com aquelas com 1 e 3 anos de estudos.

Naturalmente não se pode transplantar, rigorosamente, este conceito cunhado para uma faixa etária acima da estudada nesta dissertação, até porque é esperado que uma proporção desta faixa etária possua até 4 anos de estudo, especialmente aqueles com 10 anos completos apenas no segundo semestre de 1999. Entretanto, estes dados podem ser úteis no sentido de indicar tendências para esta faixa etária um futuro bastante próximo.

Em primeiro lugar, é preciso que se diga que houve uma melhora significativa em todas os agrupamentos de RMs estudados, daqueles que, na data da pesquisa, se declararam sem instrução ou com menos de um ano de estudo, para ambos os grupos, exceto as meninas ocupadas na RM de São Paulo, cujos percentuais encontrados para ambos os períodos analisados permaneceram praticamente iguais, mas o dobro dos percentuais obtidos para a população residente em 1992 e praticamente sete vezes maior, na mesma comparação, em 1999.

Tabela 14 - Distribuição das crianças entre 10 e 14 anos, segundo sexo e anos de estudos completos, população residente e ocupados. Agrupamentos de Regiões Metropolitanas selecionadas, 1992 e 1999

Meninos																
Anos de estudos completos	Nordeste				Sudeste				São Paulo				Sul			
	População		Ocupados		População		Ocupados		População		Ocupados		População		Ocupados	
	1992	1999	1992	1999	1992	1999	1992	1999	1992	1999	1992	1999	1992	1999	1992	1999
sem instrução/ menos 1 ano	16,6	6,4	25,4	8,2	9,4	3,5	9,2	8,2	3,5	2,2	7,6	2,6	4,8	2,5	6,6	3,5
Até 4 anos	83,4	73,0	87,6	77,3	79,0	66,3	74,3	55,5	72,4	57	57,6	34,2	71,2	59,8	70,3	42,2
5 anos e mais	16,5	27,0	12,5	22,6	21,0	33,7	25,7	44,5	27,6	43,0	42,3	65,8	28,8	40,3	29,6	57,8
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Meninas																
Anos de estudos completos	Nordeste				Sudeste				São Paulo				Sul			
	População		Ocupados		População		Ocupados		População		Ocupados		População		Ocupados	
	1992	1999	1992	1999	1992	1999	1992	1999	1992	1999	1992	1999	1992	1999	1992	1999
sem instrução/ menos 1 ano	11,3	4,5	14,8	5,7	4,6	2,4	9,5	3,0	3,2	0,7	7,5	7,1	4,0	1,2	4,1	2,2
Até 4 anos	79,3	66,0	82,9	60,3	69,1	61,7	73,2	49,1	63,3	50,3	45,0	50,0	62,7	54,4	57,1	14,9
5 anos e mais	20,7	34,1	17,1	39,7	31,0	38,3	26,7	50,9	36,7	49,7	55,0	50,1	37,4	45,7	43,0	85,1
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: PNAD 1992 e 1999.

Excetuando-se os meninos das RMs do Nordeste, são sistematicamente menores os percentuais daqueles que possuem entre 1 e 4 anos de estudos entre os ocupados em relação à população total da mesma faixa etária, em 1999, nas RMs do Nordeste e Sudeste, mas esta situação se inverte nas RMs de São Paulo e nas RMs do Sul

Uma análise da faixa subsequente indica que, possivelmente, quando ultrapassados os obstáculos das primeiras séries iniciais, os percentuais entre os ocupados daqueles com 5 anos ou mais de estudos completos, via de regra, os percentuais obtidos para os ocupados chegam a ser maiores que os da população da mesma faixa etária, em percentuais significativamente maiores que em 1992, excetuando-se, mais uma vez, os meninos no conjunto das RMs do Nordeste.

Entretanto, estes dados, mais do que percentuais olhados isolada ou conjuntamente, obrigam à algumas reflexões importantes quanto ao tema relação escola/trabalho. Em primeiro lugar, as diferenças inter-regionais ficam evidenciadas quando estas informações são olhadas mais criticamente.

Assim, as RMs do Nordeste possuem, no todo, indicadores que são muito paradigmáticos. Quando se confronta com os dados sobre anos de estudos completos é possível concluir que, embora regularmente matriculados, estas crianças e adolescentes, no todo, *progridem pouco*, ou seja, *passam mais tempo* na escola para completar os anos estudos regulares, pois são os maiores percentuais apresentados para os com até 4 anos de estudos completos, nos dois grupos estudados.

Outros argumentos reforçam estas conclusões, dado que numa situação simetricamente oposta, as RMs do Sul apresentam, no conjunto, melhores indicadores neste aspecto.

As assimetrias inter- regionais começam a aparecer quando se verifica que os dados da PNAD 99 apontam entre os ocupados das RMs do Sudeste, Sul e RM de São Paulo – nesta ordem crescente - maiores percentuais que suas populações da mesma faixa etária freqüentando cursos regulares do segundo grau – e nenhuma das crianças e adolescentes ocupados na amostra da PNAD 99 examinada estava freqüentando o segundo grau regular no conjunto das RMs do Nordeste.

Neste sentido, estas questões ficam recolocadas a partir de um outro ponto de vista. As simetrias encontradas nas comparações intra e inter-regiões metropolitanas podem estar apontando para os problemas internos aos sistemas escolares, ou seja, a idéia corrente de que a criança e adolescente que trabalha deixa a escola deve ser relativizada, pelo menos nas Regiões Metropolitanas aqui estudadas.

Senão, como explicar que aos maiores percentuais de não freqüência à escola entre a população total da faixa etária estão ligados, via de regra, também a maiores percentuais de não freqüência entre os ocupados? E, de modo complementar, tomando-se o caso da Região Metropolitana de São Paulo e das RMs do Sul como exemplos, como explicar maiores percentuais de ocupados freqüentando cursos regulares de segundo grau que os observados para a

população total da mesma faixa etária nos dois períodos considerados neste trabalho?

Portanto, mesmo que *seja inegável o prejuízo sobre a escolaridade que a entrada precoce no mercado de trabalho produza* – o que, de fato, ficou comprovado - este será tão mais profundo quanto maiores forem as inadequações e impermeabilidades do sistema escolar à realidade das crianças e adolescentes trabalhadores.

Neste sentido, estes dados referendam estudos anteriores que já trabalharam com este enfoque. Madeira: 1993 e 1998 discute amplamente esta questão, mostrando que o aluno brasileiro, quer trabalhe ou não, tem níveis de desempenho bastante inadequados.

Assim, sugere que mesmo que se tenha observado uma real democratização do acesso à escola na década de 80, na verdade tratou-se de uma democratização de curtíssima duração: "a proporção dos que já freqüentaram a escola mas não freqüentam mais acentua-se no correr da década para todo o grupo dos 7 aos 14 anos, inclusive na faixa dos recém ingressantes (7-9 anos) (...) A dificuldade que o sistema apresenta em reter as crianças afeta as populações menos favorecidas (...) Em torno de 25% das crianças (10-14 anos) pertencentes a famílias com renda média per capita de até meio salário mínimo já participaram da vida escolar mas não conseguiram permanecer nela". (Madeira, 1993:84)

Neste sentido, esta autora sugere inclusive uma alternativa para explicar a inserção precoce no mundo do trabalho cuja trajetória pode ser inversa: "crianças e adolescentes com baixo desempenho acabam abandonando a escola e indo para o mercado" (Ibidem,1998:451)

Os dados obtidos indicam, portanto, que:

a) ainda que se tenha observado uma sensível redução do trabalho infantil nas áreas estudadas, houve uma *permanência da necessidade e/ou vontade de trabalhar para largos contingentes de crianças,* especialmente indicada pelas taxas de desemprego aberto. Neste

sentido, ainda que as políticas e programas tenham, evidentemente, tido algum impacto na redução do trabalho das crianças, esta pode ser credita também a uma redução importante das oportunidades efetivas de trabalho, especialmente encontradas nos mercados de trabalho mais estruturados e competitivos, como é o caso das Regiões Metropolitanas do Sudeste e de São Paulo.

b) Comparados os dois períodos, nota-se um aprofundamento do grau de precariedade do trabalho desenvolvido pelas crianças, evidenciados pelos tanto pelo indicadores de posição na ocupação como pelas ocupações efetivamente exercidas e pelas horas semanais trabalhadas. Estes três indicadores, tomados em conjunto, mostram que aumentou o número de crianças que trabalharam sem nenhum tipo de proteção social, estando mais expostas a riscos – pelo aumento, por exemplo, dos que exercem a ocupação de ambulantes, inclusive entre as meninas – e também que continuam trabalhando como adultos, se conferidas as horas semanais que dedicam ao trabalho.

c) O sensível aumento dos que trabalham sem remuneração pode estar indicando que, em 1999, parte do trabalho desempenhado pela criança nas RMs pesquisadas, está ligado a formas de sobrevivência que envolve estratégias familiares nas quais a sua contribuição é parte essencial, aspecto que será melhor explorado no capítulo a seguir.

d) Ainda que os indicadores de escolaridade, para estes grupos, tenham melhorado, eles são recorrentemente piores do que os obtidos para a população da mesma faixa etária. Entretanto, há uma forte relação entre estes indicadores e os graus de desenvolvimento inter-regionais. Assim, estes indicadores são piores onde são piores *também para a população da mesma faixa etária.* Portanto, mesmo que, evidentemente, o trabalho infantil esteja vinculado a maiores incompatibilidades com o aparato escolar, ele também está relacionado com a qualidade e a possibilidade efetiva de oferta compatível com a realidade destes grupos.

Capítulo III

Crianças trabalhadoras, domicílios e suas famílias

Uma análise do domicílio e família da criança que trabalha é essencial, dado que é o *locus* da articulação de práticas que norteiam o processo de reprodução social, determinando a alocação do tempo e das responsabilidades entre seus membros, incluindo, evidentemente, a alocação de suas crianças no mercado de trabalho. Busca-se, portanto, verificar o lugar social destes domicílios e famílias que se utilizam do trabalho de suas crianças

Em primeiro lugar, é necessário que se diga que domicílios e famílias chefiadas homens e mulheres são qualitativamente diferentes. Enquanto os primeiros são, na maioria esmagadora, biparentais, os domicílios e famílias chefiados por mulheres são, em geral, monoparentais.

O incremento de domicílios e famílias de chefia feminina tem sido destacado em diversos estudos da área de demografia e de mercado de trabalho, os quais têm mostrado que estes domicílios e famílias, em geral, estão situados entre aqueles com maiores níveis de precariedade, seja de rendimentos ou de condições concretas de vida, dadas as já conhecidas discriminações no mercado de trabalho que definem, *a priori*, trajetórias de inserção diferentes para homens e mulheres, com grande prejuízo para estas últimas. (Leone, 1999; Bilac, 1995; Oliveira e Berquó, 1990; Montali, data ; Oliveira e Marina, 1997)

Além disto, estas famílias são marcadamente prejudicadas em um duplo sentido. Em primeiro lugar, pela falta de políticas sociais que amenizem a delicada equação e tensão entre as diversas dimensões da reprodução e o mundo do trabalho e, adicionalmente, porque – diferente do arranjo biparental – possuem menos potencial na variabilidade de arranjos possíveis para “ganhar a vida” em tempos de escassas oportunidades.

Embora representem percentuais muito pequenos em relação ao total de domicílios em todos os agrupamentos de RMs, os números absolutos daqueles

que tinham pelo menos uma criança entre 10 e 14 anos ocupada não são desprezíveis. No total das RMs consideradas, eram 234.357 domicílios em 1992 e 144.852 em 1999.

Uma primeira visão destes domicílios requer localiza-los como proporções dos domicílios que tenham crianças entre 10 e 14 anos e estes últimos como parcelas da população total, como mostra a tabela a seguir.

Tabela 15 - Percentual de domicílios com crianças entre 10 e 14 anos em relação ao total de domicílios e percentual de domicílios com crianças de 10 a 14 anos ocupadas, segundo o sexo da pessoa de referência. Agrupamentos de Regiões Metropolitanas selecionadas, 1992 e 1999.

	Nordeste				Sudeste			
	1992		1999		1992		1999	
	% de domicílios com crianças de 10 a 14 anos	% de domicílios com crianças ocupadas	% de domicílios com crianças de 10 a 14 anos	% de domicílios com crianças ocupadas	% de domicílios com crianças de 10 a 14 anos	% de domicílios com crianças ocupadas	% de domicílios com crianças de 10 a 14 anos	% de domicílios com crianças ocupadas
Homem	34,5	9,2	29,8	6,5	29,5	6,2	24,2	3,1
Mulher	28,7	8,0	28,8	6,9	22,5	9,3	16,2	2,7
Total	33,0	8,9	29,5	6,6	27,8	6,8	22,0	3,0
	São Paulo				Sul			
	1992		1999		1992		1999	
	% de domicílios com crianças de 10 a 14 anos	% de domicílios com crianças ocupadas	% de domicílios com crianças de 10 a 14 anos	% de domicílios com crianças ocupadas	% de domicílios com crianças de 10 a 14 anos	% de domicílios com crianças ocupadas	% de domicílios com crianças de 10 a 14 anos	% de domicílios com crianças ocupadas
Homem	31,3	6,0	26,9	3,3	30,2	8,9	26,5	5,7
Mulher	21,3	7,3	23,6	6,2	22,6	8,8	19,7	4,0
Total	29,3	6,2	26,0	4,0	28,5	8,9	24,5	5,3

Fonte: PNAD 1992 e 1999

Uma primeira constatação diz respeito aos totais obtidos para os dois períodos considerados, os quais refletem as quedas nas taxas de fecundidade em nível nacional, ainda que com diferenças regionais: em 1999, os domicílios com crianças nesta faixa etária têm peso menor no total dos domicílios se comparados com 1992.

Examinando-se pelo sexo da pessoa de referência, observa-se que as maiores quedas nos percentuais de domicílios com presença de trabalho infantil deram-se entre os domicílios de chefia feminina nas RMs do Sudeste e Sul e, a seguir, nos de chefia masculina em todos os agrupamentos de RMs e, inversamente, as menores quedas deram-se nos domicílios de chefia feminina nas RMs do Nordeste e RM de São Paulo.

Mas sobretudo, os totais obtidos para os dois anos considerados caminham em simetria muito próxima com as taxas de ocupação obtidas para esta faixa etária em 1992 e 1999, explicitadas na tabela 4 no capítulo anterior, o que significa que a grande maioria tinha, em 1992 e em 1999, apenas uma criança trabalhando. Para o ano de 1992, em torno de apenas 1% dos domicílios de chefia masculina tinha mais de uma criança desta faixa etária ocupada, em todos os agrupamentos, sendo mais concentrado nos domicílios de chefia feminina: 2,8%, 1,6% e 1,5%, nas RMs do Sudeste, São Paulo e Sul, respectivamente, tinham mais de uma criança ocupada.

Entretanto em 1999, excetuando-se a RM de São Paulo, estes percentuais se mantém em torno da mesma proporção para os domicílios de chefia masculina nos demais agrupamentos, e diminuem drasticamente nos domicílios de chefia feminina, tendo se concentrado mais apenas na RM de São Paulo, apenas 2,4% destes domicílios tinha mais de uma criança ocupada.

Estes dados, de um lado, reforçam o argumento, já exposto por Bilac, 1998 e Oliveira, 1998, de que não há evidências que os domicílios de chefia feminina utilizam-se mais intensamente da mão de obra infantil, pois, excetuando-se a RM de São Paulo nos dois períodos considerados e o conjunto das RMs do Sudeste em 1992, os percentuais obtidos para os domicílios chefiados por homens e mulheres caminham muito próximos.

E, de outro, estes dados também desmistificam o senso comum de que o trabalho infantil se dá num contexto de exploração de pais inescrupulosos, aspecto também já levantado e questionado por Di Giovanni et al, 2002 em análise do trabalho infantil na Região Metropolitana de Campinas.

Este argumento pode ser reforçado a partir de duas dimensões, expostas na tabela 16. Em primeiro lugar, estes domicílios tinham, nos dois períodos, um maior número médio de moradores – e também os maiores desvios-padrão - que os que têm crianças da mesma faixa etária que não trabalham e também um

número médio de moradores muito maior do que o total dos domicílios em cada um dos agrupamentos de RMs considerados.

Também é importante frisar que estas unidades são mais sobrecarregadas pela maior proporção de moradores com idades abaixo de 15 anos e/ou acima de 65, explicitadas pelas maiores razões de dependência encontradas, tanto comparados com os domicílios cujos chefes estão, muito provavelmente, num mesmo patamar do ciclo de vida, como para o conjunto de domicílios que compõe cada um dos agrupamentos.

Tabela 16 - Número médio de moradores e razão de dependência dos domicílios com crianças entre 10 e 14 anos ocupadas, com crianças entre 10 e 14 anos que não trabalham e total dos domicílios, segundo sexo da pessoa de referência. Agrupamentos de RMs selecionadas e RM de São Paulo, 1992 e 1999

	Nordeste						Sudeste					
	1992			1999			1992			1999		
Homem	**N. médio**	**Desvio padrão**	**Razão Dep.**	**N. médio**	**Desvio padrão**	**Razão Dep.**	**N. médio**	**Desvio padrão**	**Razão Dep.**	**N. médio**	**Desvio padrão**	**Razão Dep.**
C/crianças ocupadas	6,7	2,2	1,4	5,7	2,1	1,1	5,9	1,9	1,1	5,4	1,4	0,8
C/ crianças inativas	5,6	1,8	1,1	4,9	1,5	0,9	5,0	1,5	0,9	4,6	1,3	0,9
Total dos domicílios	4,1	1,9	0,9	3,7	1,6	0,8	3,7	1,6	0,8	3,4	1,4	0,8
Mulher												
C/crianças ocupadas	5,4	2,0	1,5	4,4	1,8	1,1	4,2	1,4	1,3	3,9	1,3	1,0
C/ crianças inativas	4,4	1,9	1,4	3,9	1,6	1,2	4,0	1,5	1,3	3,6	1,3	1,3
Total dos domicílios	3,1	1,7	1,2	3,0	1,4	1,1	2,8	1,4	1,1	2,5	1,2	1,1
	São Paulo						Sul					
	1992			1999			1992			1999		
Mulher	N. médio	Desvio padrão	Razão Dep.	N. médio	Desvio padrão	Razão Dep.	N. médio	Desvio padrão	Razão Dep.	N. médio	Desvio padrão	Razão Dep.
C/crianças ocupadas	5,7	1,8	1,0	5,4	1,7	0,8	5,4	1,7	1,0	4,9	1,5	0,9
C/ crianças inativas	5,0	1,4	0,9	4,7	1,3	0,8	4,9	1,4	1,0	4,6	1,3	0,9
Total dos domicílios	3,8	1,6	0,9	3,6	1,4	0,8	3,6	1,5	0,9	3,5	1,4	0,8
Mulher												
C/crianças ocupadas	4,1	1,7	1,2	4,6	1,8	1,2	4,2	1,7	1,9	4,9	1,7	1,5
C/ crianças inativas	4,0	1,6	1,3	4,1	1,5	1,2	3,7	1,3	1,3	3,8	1,5	1,2
Total dos domicílios	2,6	1,4	1,2	2,8	1,4	1,1	2,5	1,3	1,2	2,5	1,3	1,1

Fonte: PNAD 1992 e 1999

Assim, o conjunto destes dados mostram, de pronto, que a fragilidade ronda estes grupos de domicílios que têm crianças trabalhando: agregam mais pessoas, têm mais bocas para alimentar e um maior percentual de pessoas potencialmente improdutivas, crianças e velhos. Chama a atenção ainda que embora as razões de dependência tenham, em geral, diminuído em 1999, elas permanecem mais

altas nos domicílios chefiados por mulheres, se comparados aos de chefia masculina, em todos os agrupamentos de RMs e na RM de São Paulo.

A tabela a seguir mostra como se situam os rendimentos dos domicílios com crianças que trabalham em relação ao conjunto de domicílios e também em relação aos domicílios que não possuem crianças trabalhando na mesma faixa etária. Os dados foram dispostos de forma a privilegiar uma melhor visualização[22], assim foram classificados como "pobres" os domicílios classificados entre aqueles sem rendimentos até um salário mínimo *per capita* e "não pobres" aqueles que tinham acima de um salário mínimo *per capita* em todos os grupos.

Tabela 17 - Distribuição dos domicílios por renda domiciliar *per capita, ordenados como pobres e não pobres, com crianças entre 10 e 14 anos que trabalham, com crianças entre 10 e 14 anos que não trabalham e total dos domicílios, segundo sexo da pessoa de referência. Agrupamentos de RMs selecionadas e RM de São Paulo, 1992 e 1999**

Homem	Nordeste		Sudeste		São Paulo		Sul	
	1992	1999	1992	1999	1992	1999	1992	1999
com crianças ocupadas								
pobres	80,0	79,5	62,8	45,3	35,4	35,1	49,7	37,6
não pobres	20,0	20,5	37,2	54,7	64,6	64,9	50,3	62,4
com crianças inativas								
pobres	27,0	65,3	11,4	43,5	9,6	35,3	12,0	39,8
não pobres	73,0	34,8	88,6	56,5	90,4	64,7	88,0	60,2
Total dos domicílios								
pobres	53,6	53,8	32,2	29,1	25,4	25,6	31,2	28,3
não pobres	46,4	46,2	67,8	70,9	74,6	74,4	68,8	71,7
Mulher								
com crianças ocupadas								
pobres	90,7	87,2	71,8	60,8	41,2	54,5	59,4	48,1
não pobres	9,3	12,8	28,2	39,2	58,8	45,5	40,6	51,9
com crianças inativas								
pobres	59,6	88,0	36,3	81,2	32,7	81,6	32,8	75,3
não pobres	40,4	12,0	63,7	18,8	67,3	18,4	67,2	24,7
Total dos domicílios								
pobres	59,6	60,2	36,3	34,5	32,7	34,4	32,8	29,0
não pobres	40,4	39,8	63,7	65,5	67,3	65,6	67,2	71,0

Fonte: PNAD 1992 e 1999. * Em salários mínimos de 1999, base INPC corrigido 1993=100

Chama a atenção, em primeiro lugar, um substancial aumento da pobreza nos domicílios com crianças entre 10 e 14 anos que não trabalham no período. Enquanto, por exemplo, para o total dos domicílios os percentuais dos classificados como "pobres" e "não pobres" se mantiveram praticamente nos mesmos patamares, observa-se uma elevação mais que proporcional entre

[22] Tabelas com os totais no Anexo 1

aqueles que têm crianças nesta faixa etária, tanto para os domicílios chefiados por homens como por mulheres, mas estas últimas estão em muito pior situação; nos dois períodos apresentam percentuais elevadíssimos do que se poderia considerar como, rigorosamente, pobres.

Na comparação entre os domicílios com crianças que trabalham, em 1999, há que se notar que os domicílios de chefia masculina encontram-se patamares mais elevados de pobres do que os que não se utilizam do trabalho de suas crianças, excetuando-se a RM de São Paulo, na qual estes percentuais são praticamente iguais para os dois grupos e ligeiramente menores nas RMs do Sul.

Entretanto, nos domicílios de chefia feminina este padrão se inverte. Enquanto, em 1992, havia diferenças consideráveis entre os dois grupos – domicílios com crianças que não trabalham e os com crianças ocupadas – em 1999 os percentuais de pobres encontrados para aqueles que possuem crianças trabalhando é menor em todas os agrupamentos de RMs e na RM de São Paulo.

Estes dados indicam, por um lado, aquilo que já foi apontado por Bilac, 1998: 112 "a idade da criança é significativa da "idade" da família em diferentes idades, ou seja, em fases diferentes de seu ciclo de vida sofrem constrangimentos e apresentam carências específicas" e, por outro, que o trabalho da criança é fundamental para manter grande parte destes domicílios nos níveis mínimos de subsistência.

A tabela 18 mostra que não é desprezível – e nem dispensável, portanto – os percentuais daqueles domicílios que, nos dois períodos, a renda da criança que trabalha representa até 20% da renda domiciliar. Observa-se ainda que, neste mesmo patamar, o peso da renda da criança nos domicílios de chefia feminina é ainda mais importante em 1999 nas RMs do Nordeste, Sudeste e Sul, menor apenas, se comparado a 1992, na RM de São Paulo.

Também não são pequenos os percentuais dos domicílios que tem a contribuição da criança que trabalha representando até 40% da renda do

domicílio, em 1999, especialmente nos de chefia masculina das RMs do Sudeste e nos domicílios de chefia feminina de São Paulo.

Tabela 18 - Peso da renda da criança na renda domiciliar, segundo sexo da pessoa de referência. Agrupamentos de RMs selecionadas e RM de São Paulo, 1992 e 1999

	Nordeste		Sudeste		São Paulo		Sul	
Homem	**1992**	**1999**	**1992**	**1999**	**1992**	**1999**	**1992**	**1999**
até 20%	48,2	39,6	64,3	45,4	50,7	40,7	39,1	47,2
até 40%	14,6	14,1	16,9	22,9	15,5	9,3	16,8	7,1
mais de 40%	5,5	3,3	3,5	12,8	1,4	3,1	2,5	
Nenhum	31,7	43,0	15,3	18,9	32,4	46,9	41,6	45,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Mulher								
até 20%	44,2	48,3	38,4	59,1	70,6	40,0	56,8	68,7
até 40%	19,4	19,6	23,6	18,3	11,8	35,0	6,4	11,7
mais de 40%	12,7	4,8	20,6	9,6	11,8	15,0	28,8	-
Nenhum	23,7	27,3	17,4	13,0	5,8	10,0	8,0	19,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: PNAD 1992 e 1999

Chama a atenção, entretanto, o aumento dos percentuais obtidos para aqueles domicílios cujo trabalho da criança não tem nenhum peso, o que pode ser explicado, em parte, pelo aumento já demonstrado de trabalhadores não remunerados desta faixa etária.

Estes dados, entretanto, só fazem sentido se examinados em conjunto com os dados sobre a condição de atividade dos chefes de domicílio nos dois períodos, contidos na tabela 19.

Uma primeira observação diz respeito a um aumento da precariedade de praticamente todos os domicílios, excetuando-se os chefiados por homens nas RMs do Sul e por mulheres na RM de São Paulo, pela diminuição daqueles que apresentam relações de assalariamento formal. Mas algumas particularidades destas unidades merecem ser ressaltadas. Na tabela 19 pode-se observar entre os domicílios de chefia masculina um aumento mais do que proporcional daqueles que declararam trabalhar por conta própria ou serem empregadores, chegando a representar praticamente a metade dos domicílios onde há pelo menos uma criança desta faixa etária ocupada, e na RM de São Paulo, cerca de 60% deles.

Tabela 19 - Distribuição dos domicílios com crianças entre 10 a 14 anos ocupadas segundo condição de atividade da pessoa de referência. Agrupamentos de RMs selecionadas e RM de São Paulo, 1992 e 1999.

Homem	**NORDESTE**		**SUDESTE**		**SÃO PAULO**		**SUL**	
	1992	**1999**	**1992**	**1999**	**1992**	**1999**	**1992**	**1999**
Empregados com carteira	27,6	23,2	34,3	29,0	32,9	16,2	31,9	33,6
Militares ou funcionários públicos	3,4	2,0	4,3	4,7	2,5	13,5	3,0	1,1
Empregado sem carteira/sem declaração	13,9	12,6	17,8	4,4	6,3	-	13,0	8,6
Domésticos	0,5	0,7	2,7	-	1,3	-	1,5	1,1
Conta própria + empregadores	45,4	47,7	30,2	47,4	45,6	59,5	43,4	50,0
Não remunerados	0,5	-	0,5	-	-	-	0,7	-
Inativos	7,3	9,9	8,1	10,2	7,6	5,4	4,1	2,1
Desempregados	1,4	4,0	2,0	4,4	3,8	5,4	2,4	3,5
	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Mulher								
Empregado com carteira	13,0	12,8	9,8	4,2	17,6	18,2	40,5	29,9
Militar ou funcionárias públicas	-	1,4	4,3	4,1	11,8	-	-	11,7
Empregadas sem carteira/sem declaração	5,4	8,5	5,6	-	11,8	4,5	3,4	11,7
Domésticas	18,5	14,1	19,7	24,9	29,4	22,7	12,1	11,7
Conta própria + empregadoras	22,3	35,2	22,4	25,8	11,8	22,7	21,0	18,2
Não remuneradas	-	-	-	-	-	-	-	6,5
Inativas	31,5	19,6	29,5	41,0	5,9	22,7	20,3	10,3
Desempregadas	9,3	8,5	8,7		11,8	9,1	2,7	-
	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Percentual de trabalhadores entre 10 e 14 anos por conta própria (total)	**17,9**	**20,6**	**18,6**	**19,6**	**4,7**	**12,1**	**10,2**	**12,5**
Percentual de trabalhadores entre 10 e 14 anos não remunerados (total)	**28,3**	**42,3**	**16,5**	**19,0**	**34,9**	**36,4**	**35,4**	**46,5**

Fonte: PNAD 1992 e 1999

Entre os domicílios chefiados por mulheres nota-se também um incremento generalizado daquelas que se declararam estar nas categorias de trabalhadoras por conta própria ou empregadoras, excetuando-se as RMs do Sul, que tiveram um pequeno decréscimo em 1999, mas ainda assim com percentuais expressivos. Embora de modo imperfeito, estes percentuais, nos dois períodos analisados, caminham em simetria com o incremento dos percentuais de meninos e meninas ocupados classificados na categoria de não remunerados e também dos que declararam trabalhar por conta própria..

Estes achados podem estar indicando que se trata de uma estratégia conjunta para a sobrevivência destes grupos de domicílios e famílias. Em outras palavras, há uma razoável chance destas crianças e adolescentes estarem

trabalhando em pequenos empreendimentos de suas próprias famílias, os quais, pelos rendimentos domiciliares observados, teriam poucas ou nenhuma chance de sobrevivência sem uma mobilização conjunta que inclua o trabalho da criança como apoio. Estas suposições são ainda mais consistentes quando contrastados com os estudos qualitativos sobre o trabalho da criança (Dauster, 1992; Zaluar, 1994; Sarti, 1996), os quais demonstraram que, entre as classes populares, o trabalho da criança é legitimado dentro de um sistema relacional de troca e ajuda, como já discutido.

Uma segunda dimensão que vale ser destacada é o fato dos domicílios de chefia masculina apresentarem percentuais bastante pequenos de inativos em todos os agrupamentos, com um pequeno acréscimo apenas nas RMs do Nordeste e Sudeste e, ao contrário, nos de chefia feminina nas duas RMs situadas na região mais rica do país, terem um incremento considerável, em 1999, dos percentuais de chefes inativas nestes domicílios. Excetuando-se estes dois casos, entretanto, chama a atenção o fato de que estes chefes de domicílios estão, na grande maioria, embuídos na busca de sustento das suas famílias, ou seja, na grande maioria dos casos, o trabalho da criança permanece essencial para a manutenção de níveis mínimos de sobrevivência, mas isso não se dá a custa de adultos inoperantes ou exploradores.

Um dos pontos mais recorrentes a respeito dos determinantes do trabalho infantil, apontados pelos autores consultados, gira em torno da escolaridade dos pais. De um modo geral, a argumentação dos autores caminha em dois sentidos: de um lado, os chefes de família tendem a ter menores rendimentos quanto menor o nível de escolaridade que tenham obtido e, desta forma, recorreriam ao trabalho de seus filhos para a sobrevivência do grupo familiar.

De outro, os argumentos são os de que pais com maiores níveis de escolaridade tendem a valorizar mais a escola, retardando a entrada de seus filhos no mercado de trabalho.

Ainda que bastante discutível, dado que todos os estudos qualitativos examinados mostram que a escola é bastante valorizada pelas classes populares, este aspecto também não é de todo descartável. Uma análise por regressão logística feita por Aidar, 1998, tomando como base os dados sobre trabalho infantil da PNAD 1995, mostraram uma forte associação entre escolaridade do chefe e renda do domicílio, mas que "a escolaridade do chefe do domicílio pesa mais nas atividades da criança do que propriamente a renda domiciliar" (Ibidem, p. 300)

De fato, independente da direção do viés explicativo, o que se nota na comparação entre famílias num mesmo estágio do ciclo de vida – todas têm pelo menos uma crianças entre 10 e 14 anos entre seus componentes – são os percentuais muito mais elevados daqueles classificados como "sem instrução ou menos de um ano de estudo" e aqueles que possuem até 4 anos de estudo entre as famílias com crianças ocupadas, em todos os agrupamentos, nos dois períodos.

Tabela 20 - Distribuição das famílias com crianças entre 10 e 14 anos cujos chefes têm até 4 anos de estudos completos, segundo sexo do chefe. Agrupamentos de RMs selecionadas e RM de São Paulo , 1992 e 1999.

	Nordeste		Sudeste		São Paulo		Sul	
	1992	1999	1992	1999	1992	1999	1992	1999
Homem								
com crianças ocupadas								
sem instrução/menos de um ano	40,8	18,7	16,5	11,5	16,5	13,5	20,4	7,3
2 a 4 anos	25,3	22,6	25,8	21,0	19,0	24,3	23,8	23,2
Total	66,2	41,3	42,3	32,6	35,4	37,8	44,3	30,4
sem crianças ocupadas								
sem instrução/menos de um ano	18,8	15,0	9,2	6,9	9,7	6,6	8,0	1,1
2 a 4 anos	16,9	14,0	13,7	11,1	18,0	12,6	15,9	6,1
Total	35,7	29,0	22,9	18,0	27,7	19,3	24,0	7,2
Mulher								
com crianças ocupadas								
sem instrução/menos de um ano	52,1	22,6	25,5	30,9	5,9	36,4	3,4	11,7
2 a 4 anos	18,3	28,1	23,9	22,6	17,7	13,6	22,3	6,5
Total	70,4	50,7	49,4	53,4	23,5	50,0	25,6	18,2
sem crianças ocupadas								
sem instrução/menos de um ano	23,4	17,8	15,0	11,9	20,5	13,7	0,9	8,4
2 a 4 anos	16,8	15,1	17,2	13,4	19,7	13,7	9,8	16,4
Total	40,2	32,9	32,2	25,3	40,2	27,5	10,7	24,9

Fonte: PNAD 1992 e 1999

Entretanto, para o ano de 1999, estes diferenciais se comportam de forma diferente entre as famílias chefiadas por homens e mulheres e entre as RMs. Assim, para as famílias de chefia masculina, os diferenciais entre os dois grupos – com crianças ocupadas e com crianças que não trabalham – permanecem sempre maiores, de fato, mas crescem numa forte simetria com a região do país onde as RMs estão inseridas. Assim, por exemplo, se a diferença entre os dois grupos para o conjunto das RMs do Nordeste é de 12,3 pontos percentuais, na RM de São Paulo esta diferença sobe para 18,5 pontos percentuais, o que pode ser um indicativo da exclusão de oportunidades de trabalho nos mercados de trabalho das regiões mais ricas do país que, certamente, são mais competitivas.

Entre as famílias chefiadas por mulheres, os percentuais daquelas sem instrução ou menos de um ano de estudo é muito mais elevado que os obtidos para as famílias de chefia masculina e também para as famílias de chefia feminina sem trabalho infantil.

Assim, estes dados indicam, por um lado, que a ocorrência do trabalho das crianças e adolescentes desta faixa etária está fortemente relacionada com o baixo nível de escolaridade do chefe, mas esta relação se mostra mais forte, em 1999, nas famílias chefiadas por mulheres, excetuando-se o agrupamento das RMs do Sul. Entre as que têm crianças ocupadas, para os totais obtidos em 1999, o que se observa é uma elevação nas RMs do Sudeste e São Paulo daquelas que têm baixos níveis de escolaridade que, da mesma forma, indica uma relação forte com a região do país onde estão estas famílias.

E, finalmente, a tabela 21 mostra, como último panorama geral, algumas características das condições mais básicas e concretas de moradia dos domicílios com crianças que trabalham dão a dimensão da carência que permeou o cenário cotidiano destes meninos e meninas trabalhadores.

Tabela 21 - Características dos domicílios com crianças ocupadas entre 10 e 14 anos com crianças ocupadas entre 10 e 14 anos que trabalham, com crianças entre 10 e 14 anos que não trabalham e total dos domicílios, segundo o sexo da pessoa de referência. Agrupamentos de RMs selecionadas e RM de São Paulo, 1992 e 1999

	Nordeste		Sudeste		São Paulo		Sul	
Homem	**1992**	**1999**	**1992**	**1999**	**1992**	**1999**	**1992**	**1999**
sem água canalizada em algum cômodo								
Com crianças ocupadas	40,6	23,9	14,1	5,8	6,3	-	11,3	3,5
Sem crianças ocupadas	18,9	12,0	6,4	2,4	1,5	1,4	5,8	2,4
Todos os domicílios	20,4	12,6	7,2	2,1	2,2	1,6	7,3	2,9
sem rede de esgoto para o sanitário								
Com crianças ocupadas	90,8	70,4	55,0	40,8	35,5	32,4	87,7	80,8
Sem crianças ocupadas	75,8	59,2	45,8	38,3	25,6	21,3	75,8	73,7
Todos os domicílios	73,7	58,1	41,5	36,8	23,0	18,4	73,5	75,1
sem coleta de lixo								
Com crianças ocupadas	41,7	22,5	45,5	11,7	7,6	8,1	23,0	15,1
Sem crianças ocupadas	23,7	11,2	24,2	6,3	3,2	1,2	8,1	2,5
Todos os domicílios	23,2	10,5	20,9	5,4	3,0	1,0	7,9	2,7
sem geladeira								
Com crianças ocupadas	44,7	18,5	22,3	3,3	8,9	2,7	18,7	4,8
Sem crianças ocupadas	20,1	10,9	5,9	2,2	3,9	0,9	9,3	3,7
Todos os domicílios	24,5	13,7	7,9	3,1	6,5	2,1	11,7	5,2
Mulher								
sem água canalizada em algum cômodo								
Com crianças ocupadas	42,8	26,6	22,8	-	11,8	-	3,5	5,2
Sem crianças ocupadas	22,7	13,0	8,1	2,9	4,2	2,5	10,2	3,5
Todos os domicílios	19,1	11,0	7,8	2,3	2,5	1,1	6,7	2,2
sem rede de esgoto para o sanitário								
Com crianças ocupadas	90,2	58,5	49,2	39,2	50,0	31,8	89,9	68,7
Sem crianças ocupadas	70,4	55,7	41,0	35,5	27,7	23,9	70,9	78,0
Todos os domicílios	69,0	53,5	35,3	32,9	18,0	15,8	64,4	76,5
sem coleta de lixo								
Com crianças ocupadas	33,8	14,1	39,6	8,3	5,9	-	10,4	-
Sem crianças ocupadas	21,4	10,0	17,7	5,3	3,8	1,1	7,0	1,8
Todos os domicílios	20,5	7,7	17,3	4,1	2,3	0,5	5,3	1,3
Sem geladeira								
Com crianças ocupadas	44,3	21,2	25,0	8,3	17,6	9,1	30,5	18,2
Sem crianças ocupadas	30,4	15,9	11,6	5,0	13,1	3,0	17,5	6,3
Todos os domicílios	27,6	13,5	10,0	2,9	9,4	2,5	13,4	5,0

Fonte: PNAD 1992 e 1999

Para os dois períodos analisados, foram pesquisados material das paredes e telhado, a existência de banheiro ou sanitário, água canalizada em algum cômodo, o tipo de escoamento do banheiro ou sanitário[23], destino do lixo, tipo de

[23] Foram agrupados aqueles domicílios que tinham como forma de escoamento fossa ligada a rede, fossa não ligada, fossa rudimentar, vala, jogado no rio ou lago e outras formas de escoamento. Naturalmente não se assume que a existência de fossas seja, em si mesma, uma condição insatisfatória de moradia, até porque, como visto, é um padrão bastante comum nas RMs do Nordeste e Sul. A intenção deste quadro é apenas demonstrar os graus de desigualdade na incidência de políticas de saneamento entre estes domicílios.

combustível do fogão, forma de iluminação e a existência ou não de alguns bens considerados “básicos” numa sociedade urbana e de consumo de massa: filtro de água, rádio, televisão, geladeira.

Não se mostraram relevantes as diferenças, para os dois períodos considerados: o material de paredes e telhado, o tipo de combustível do fogão e a forma de iluminação, bem como a existência de filtro de água, rádio e televisão.

Naturalmente estes indicadores estão fortemente relacionados com os níveis de desenvolvimento regionais, para os quais o conjunto das RMs do Nordeste é paradigmático.

Mas saltam aos olhos, na tabela 21, algumas características que distinguem estes estas moradias do conjunto dos domicílios em cada um dos agrupamentos considerados e explicitam, de um lado, as diferenças inter-regionais e, de outro, colocam a nu as carências de políticas de saneamento básicos que afetam decisivamente a vida e o cotidiano destes grupos.

Ainda que se verifique uma melhora geral das condições mais básicas de saneamento em todas as RMs estudadas, os percentuais de carência generalizada entre os domicílios com crianças ocupadas continuam, em 1999, sistematicamente maiores, tanto se comparados com aqueles que têm crianças na mesma faixa etária como com o total dos domicílios.

Estes dados completam, portanto, o nível generalizado de carências presentes no cenário dos domicílios e famílias cujas crianças trabalharam nos anos 90.

Capítulo IV

Principais conclusões

Em primeiro lugar é preciso que se diga que houve, ao longo da década, uma queda constante do trabalho das crianças em todas as RMs estudadas, mesmo no período recuperação da atividade econômica e relativa expansão da ocupação total, após a implementação do Plano Real, explicitadas pelas taxas de participação e ocupação desta faixa etária, obtidas para o ano de 1992, 1995[24] e 1999

Ainda que seja extremamente difícil uma adequada aferição dos seus efeitos, a redução do trabalho infantil nas áreas metropolitanas estudadas provavelmente está refletindo, em alguma medida, as políticas e programas em parcerias com a sociedade civil com enfoque nas crianças que trabalham e suas famílias, e talvez uma crescente sedimentação da idéia socialmente partilhada contrária do trabalho desde a infância.

Vale destacar que mesmo que se pudesse estabelecer um vínculo preciso entre as políticas e programas implementados a partir da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente e a redução do trabalho infantil, o mesmo não se pode dizer da proteção da criança ***no*** trabalho.

O enfoque que ganha maior relevância no ECA, evidentemente, são os aspectos dos direitos da infância e a vedação ao trabalho. Entretanto, não se pode esquecer que todo o Capítulo 5 – "Do direito à profissionalização e à proteção no trabalho", cujo patamar mínimo de ingresso nas atividades laborais era de 14 anos[25]– em vigor durante toda a década de 90 – contempla a exceção na figura do *aprendiz,* com limites precisos para o exercício do trabalho das crianças, parece não ter tido efeito algum sobre aquelas que permaneceram trabalhando nos anos 90, dado os níveis de precariedade na vinculação com o mercado de trabalho,

[24] Anexo 1.

bem como a intensidade das horas trabalhadas observadas, para a grande maioria destes meninos e meninas.

É importante observar que a diminuição das taxas de participação e ocupação foram acompanhadas por uma significativa elevação das taxas de desemprego, ampliação que sinaliza, por um lado, a vontade de trabalhar destas crianças e, por outro, a dificuldade de inserção no mercado de trabalho. Em outras palavras o mercado de trabalho não está oferecendo oportunidades para as crianças, o que é reforçado pelas taxas de ocupação encontradas. A diminuição das taxas de participação podem estar indicando que parte da redução do trabalho infantil pode ser creditado à passagem para a inatividade de boa parte das crianças, pelo desalento na busca de infrutífera de trabalho. Estes achados certamente significam que persiste um leque de fatores – materiais e simbólicos, como já discutidos – pressionando estes menores em busca de trabalho.

De forma simétrica e complementar, houve um encolhimento sensível do leque de ocupações exercidas pelas crianças neste período, permanecendo, em 1999, como principais ocupações a agregar estes trabalhadores aquelas que são típicas do comércio e dos serviços, setores onde o nível de informalidade das relações de trabalho são maiores e, portanto, mais propícias ao engajamento de crianças.

Entretanto, a hipótese de que a efetiva oportunidade de trabalhar (Madeira, 1993) é bastante plausível. Considerando-se a distribuição do contingente das crianças examinadas no *conjunto* das RMs estudadas, o aumento da representatividade da RM de São Paulo e das RMs do Nordeste em 1999*,* nesta ordem, esta explicação ganha coerência, se considerado que a RM de São Paulo permanece sendo o pólo econômico mais importante do país e, por outro lado, o incremento de 2% observado na participação das RMs do Nordeste para o conjunto das RMs poderia ser creditado ao incremento, ao longo da década de 90,

[25] Elevado para 16 anos apenas a partir de dezembro de 2000, lei 10.097.

da indústria de turismo, por exemplo, a qual, sabidamente, gera a emergência de postos de trabalho, ainda que temporários, nos setores do comércio e serviços, os quais absorveram a maior parte das crianças trabalhadoras no período analisado.

Mesmo considerando-se que houve quedas expressivas nas taxas observadas, é também preciso que se diga que permaneceu trabalhando um número considerável de crianças no meio urbano e que as mudanças na forma de inserção no mercado de trabalho observadas na comparação entre os dois períodos, 1992 e 1999, refletem e caminham passo a passo com as transformações experenciadas pelos jovens e adultos trabalhadores neste mesmo espaço de tempo. Assim, mesmo que legalmente subsistisse a condição de "aprendiz" como meio de proteção dos direitos daqueles que se inserem na atividade econômica desta faixa etária, é visível o aumento da precariedade em 1999, se comparado com 1992.

Merece atenção o fato de persistir um diferencial entre os sexos bastante expressivo entre as crianças ocupadas, dado que os meninos têm sido tradicionalmente mais exigidos, estando mais expostos ao trabalho desde cedo e trabalhando com maior intensidade que as meninas. Por outro lado, ainda que se tenha verificado uma diminuição dos percentuais das meninas ocupadas em serviços domésticos, esta ocupação permanece sendo o nicho mais importante a abriga-las. Este aspecto, já abordado em diversos outros estudos qualitativos em diferentes dimensões, implicam a adoção de uma dimensão de gênero no âmbito de políticas e programas destinados a coibir o trabalho infantil.

Há uma lógica de complementaridade hierárquica da família fundada na assimetria de gênero que atua como pano de fundo que leva crianças e adolescentes ao trabalho (Dauster, 1992; Zaluar, 1994; Sarti; 1996), cuja dinâmica explica tanto a permanência do emprego doméstico entre as meninas quanto o maior número de meninos trabalhando, dado que a construção social da masculinidade se dá também por assumir o papel de provedor. Entretanto, ignorar o modo como estes grupos organizam e pensam o trabalho de suas crianças é

incidir no desconhecimento sobre os valores que norteiam essa visão de mundo (Heilborn, 2000)

Os dados obtidos sobre a escolaridade destes meninos e meninas trabalhadoras, por um lado, mostram que a universalização do acesso ao ensino básico atingiu também as crianças que trabalham; freqüentam a escola em proporções maiores em 1999 do que o faziam no início da década. Por outro, entretanto, ainda permanecem proporções muito maiores de não freqüência a escola, se comparados com a população residente da mesma faixa etária, bem como persiste um diferencial negativo bastante significativo dos anos de estudo completos obtidos por estas crianças em relação a população da mesma faixa etária. Assim, ao adotar-se o ponto de vista da educação formal como uma das ferramentas para melhor inserção profissional, o futuro destas crianças estaria desde já comprometido, com as conhecidas conseqüências a longo prazo.

Estes prejuízos, entretanto, foram muito maiores para os meninos do que meninas, as quais tiveram ganhos maiores em 1999, na comparação com 1992. Assim, ainda que se reconheça alguma melhora nestes indicadores, mais uma vez, a dimensão de gênero como organizadora destas experiências sociais – incluindo-se a decisão de freqüentar – ou não - a escola, para estes grupos, deve ser pensada como um problema de muitas dimensões que extrapolam a simples oferta de vagas nos bancos escolares.

Assim, mais do que a aquisição de conteúdos, está em jogo, decisivamente, a capacidade do aparato escolar desenvolver projetos e perspectivas de vida articulados com a realidade destas crianças e suas famílias na equação dos custos indiretos – materiais e simbólicos - implicados na presença da criança que trabalha nos bancos escolares mas que, sobretudo, ofereça saídas profissionais reais e de melhor qualidade, diminuindo a vulnerabilidade dos meninos e ampliando as perspectivas de inserção das meninas (Zaluar e Leal, 1997).

No que tange ao contexto escolar, está em jogo também a capacidade do poder público em manter a segurança e a ordem destes espaços, ameaçados com

freqüência pela violência que permeia o seu cotidiano, o que torna a escola pública um espaço pleno de ambigüidades e inóspito.

A questão da não freqüência ou abandono efetivo dos bancos escolares está, para todos os alunos das classes populares – e não apenas para os que trabalham – intimamente ligado com as inadequações e impermeabilidades do sistema escolar com a realidade destes alunos, já detectadas na análise feita por Madeira, 1993, as quais produzem resistências e ressentimentos (Heilborn, 2003, Madeira, 1993)

Resta, entretanto, uma questão de difícil resposta: em que medida estas dimensões, se idealmente alcançadas e implementadas, se transformariam em saídas reais da condição de pobreza e carência destas crianças e adolescentes num contexto declarado de crise econômica, cuja superação não se pode prever a curto ou médio prazo. (Zaluar, 1996)

Por outro lado, as crianças e adolescentes trabalhadores não podem ser isolados das condições de existência de suas famílias. Em primeiro lugar, cabe ressaltar o “caráter discriminatório do trabalho infantil – trabalham mais as crianças e adolescentes provindos de domicílios e famílias pobres” (Heilborn, 2000). Entretanto, esta dimensão é agudizada por outros indicadores que dão o caráter distintivo destas famílias.

Assim, um leque de outras carências está associado com os baixos rendimentos destas famílias: um maior número de membros para manter, maiores razões de dependência, condições extremamente precárias de moradia e níveis educacionais muito baixos dos chefes de família. Este quadro indica que sobre a dinâmica do trabalho das crianças incidem outros fatores além da pobreza que adquirem um caráter sinérgico positivo no ingresso das crianças e adolescentes no trabalho precoce (Lezcano, 1998).

Merece atenção o fato dos domicílios chefiados por mulheres terem, em geral, os maiores leques de carências associadas: agregam mais pessoas que os de chefia masculina, tem maiores razões de dependência, vivem em condições

mais precárias e dependem, com maior intensidade do que os domicílios de chefia masculina, dos rendimentos de suas crianças para se manterem. No entanto, não há, concretamente, indicações consistentes de que se utilizem de forma mais intensiva da mão de obra de seus filhos. Estas características, tomadas em conjunto, os torna especialmente elegíveis e objeto de proteção especial de políticas e programas de proteção.

Numa articulação entre o leque de carências verificado em todos os domicílios e o trabalho da criança, o que se nota é que este último está, claramente, respondendo a uma lógica de sobrevivência conjunta destes grupos, os quais se encontram em situação de desvantagem social. (Bilac, 1998; Montali, 1998; Montali, 1991)

Estas dimensões colocam em questão alguns pressupostos que estão na base da proteção aos direitos da criança e do adolescente. Ao instituir um caráter universal e universalizante a respeito da proteção aos direitos da criança e do adolescente – incluindo-se a vedação ao trabalho – confere-se um caráter hegemônico de uma determinada concepção de infância que, em primeiro lugar, objetiva proteger aqueles que ainda não podem se defender, para que tenham um desenvolvimento integral e adequado ao que se poderia chamar de preceitos mais contemporâneos da psicologia do desenvolvimento humano.

Entretanto, há que se reconhecer também que na base desta concepção está um determinado ideário de um padrão individualizante que se institui como modelo hagemônico (Heilborn, 2003), bastante difundido entre as camadas médias e, de certa forma, compartilhado pelas agências de proteção à infância.

Por um efeito ideológico, esta operação ignora e produz um apagamento de outras lógicas culturais que permeiam as relações familiares das classes trabalhadoras, nas quais é especialmente importante a solidariedade e ajuda mútua, a prevalência do grupo sobre o indivíduo na construção da identidade social. Diversos estudos têm demonstrado que o trabalho da criança não é visto de forma inteiramente negativa mas, ao contrário, se insere nas categorias de

obrigação e *ajuda* que ordenam o universo das relações familiares. (Dauster, 1992; Sarti, 1996)

Estas observações, aliás, encontram respaldo nas observações encontradas nos dados do NSFH (*National Survey of Families and Households*) de 1993. Numa amostra de 10.008 questionários, foram identificadas diferenças significativas entre as famílias "brancas" e famílias provindas das chamadas "minorias" – negras e hispânicas – na divisão de responsabilidades, número de tarefas – e trabalho – desempenhados com muito maior intensidade pelas crianças e adolescentes de famílias negras e hispânicas. O trabalho conclui: "American youth display a strong work ethic. This reflected not only in the amount of work they do in the home, but also in the record number of American teens who are employed outside the home." (Summerill, 2003)

Não se está tratando, evidentemente, de uma defesa do trabalho infantil, especialmente na forma de exploração, mas ignorar o modo como determinados grupos organizam e pensam o trabalho de suas crianças é, antes de tudo, incidir no desconhecimento de um dos fatores que inviabilizam, em muitos casos, a plena aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente. (Heilborn, 2003)

E, finalmente, resta discutir o que se concebe como equidade numa sociedade profundamente desigual que, ao mesmo tempo, oferece bens e difunde valores que permanecem na forma de incompletudes, virtualidades nunca concretizadas para a grande maioria da população.

Através dos indicadores de condições concretas de moradia destas famílias, não é difícil imagina-las no contexto-cenário das periferias das Regiões Metropolitanas brasileiras, as quais são marcadas pelo que *falta*: infra-estrutura básica, espaços de sociabilidade, escolas de boa qualidade e atrativas, possibilidades de interação efetiva com a sociedade mais ampla, em resumo, equipamento concretos – e simbólicos – que possibilitem a emergência de projetos de vida em consonância com os valores de uma sociedade mais inclusiva, com destinos e valores socialmente partilhados.

Neste contexto deplorável, o trabalho da criança pode inclusive assumir um caráter de proteção por parte das famílias: mante-las ocupadas é uma das formas de retira-las destes cenários desoladores e inseguros, onde freqüentemente o único exemplo de “sucesso” é o chefe do tráfico de drogas.

Esta perspectiva transcende, portanto, o suprimento de privações absolutas ou relativas do mínimo essencial para a sobrevivência – aliás, o nível básico de carência destes domicílios e famílias – mas que os sujeitos sociais envolvidos sejam investidos dos equipamentos concretos e simbólicos necessários para o desempenho do papel que deles se espera.

Os jovens sabem disso há muito tempo e se expressam de forma muito mais contundente e bela:

Você tem sede de que ?
Você tem fome de que ?
A gente não quer só comida,
A gente quer comida, diversão e arte.
A gente não quer só comida,
A gente quer saída para qualquer parte.
(...)

A gente não quer só dinheiro,
A gente quer dinheiro e felicidade.
A gente não quer só dinheiro,
A gente quer inteiro e não pela metade.

(...)

Desejo, necessidade e vontade
Necessidade, desejo, necessidade e vontade
Necessidade ...

(*Comida*, Titãs, 1987)

A N E X O S

Distribuição da População em Idade Ativa,segundo faixas etárias e sexo. Regiões Metropolitanas do Nordeste*, 1992, 1995 e 1999.

	1992						1995						1999					
Faixas etárias	**Homens**	**%**	**Mulheres**	**%**	**Total**	**%**	**Homens**	**%**	**Mulheres**	**%**	**Total**	**%**	**Homens**	**%**	**Mulheres**	**%**	**Total**	**%**
10 a 14	460.814	16,1	454.788	14,0223	915.602	15,0	445.856	14,8	472.797	13,4	918.653	14,1	474.189	14,2	466.034	12,1	940.223	13,1
15 a 19	398.948	13,9	429.139	13,2	828.087	13,6	451.454	15,0	477.522	13,6	928.976	14,2	493.364	14,8	513.266	13,4	1.006.630	14,0
20 a 24	379.766	13,3	411.669	12,7	791.435	13,0	370.608	12,3	436.758	12,4	807.366	12,4	426.932	12,8	465.273	12,1	892.205	12,4
25 a 29	332.245	11,6	380.451	11,7	712.696	11,7	339.486	11,3	394.521	11,2	734.007	11,2	352.092	10,5	404.650	10,5	756.742	10,5
30 a 34	298.458	10,4	326.145	10,1	624.603	10,2	308.444	10,2	365.499	10,4	673.943	10,3	332.099	9,9	379.484	9,9	711.583	9,9
35 a 39	223.846	7,8	268.331	8,3	492.177	8,1	265.139	8,8	312.963	8,9	578.102	8,8	293.764	8,8	369.435	9,6	663.199	9,2
40 a 44	199.168	7,0	229.820	7,1	428.988	7,0	223.020	7,4	251.705	7,2	474.725	7,3	255.009	7,6	297.915	7,8	552.924	7,7
45 a 49	151.592	5,3	169.648	5,2	321.240	5,3	169.202	5,6	195.265	5,5	364.467	5,6	190.998	5,7	244.441	6,4	435.439	6,1
50 a 54	111.169	3,9	149.276	4,6	260.445	4,3	117.434	3,9	148.277	4,2	265.711	4,1	156.931	4,7	183.091	4,8	340.022	4,7
55 a 59	90.661	3,2	126.065	3,9	216.726	3,5	106.552	3,5	135.370	3,8	241.922	3,7	117.121	3,5	132.197	3,4	249.318	3,5
60 ou mais	216.357	7,6	297.780	9,2	514.137	8,4	219.436	7,3	328.313	9,3	547.749	8,4	248.228	7,4	385.360	10,0	633.588	8,8
idade ignorada	215	0,0	215	0,0	430	0,0	203	0,0	-	-	203	0,0	407	0,0	1.018	0,0	1.425	0,0
Total	**2.863.239**	**100,0**	**3.243.327**	**100,0**	**6.106.566**	**100,0**	**3.016.834**	100,0	**3.518.990**	100,0	**6.535.824**	100,0	**3.341.134**	**100,0**	**3.842.164**	**100,0**	**7.183.298**	**100,0**

* RMs de Fortaleza, Recife e Salvador
Fonte : PNADs 1992, 1995 e 1999.

Distribuição da População em Idade Ativa,segundo faixas etárias e sexo, Regiões Metropolitanas do Sudeste*, 1992, 1995 e 1999.

	1992						1995						1999					
Faixas etárias	**Homens**	**%**	**Mulheres**	**%**	**Total**	**%**	**Homens**	**%**	**Mulheres**	**%**	**Total**	**%**	**Homens**	**%**	**Mulheres**	**%**	**Total**	**%**
10 a 14	692.711	13,3	680.602	11,7	1.373.313	12,5	714.678	13,1	648.119	10,5	1.362.797	11,7	619.864	10,8	616.859	9,5	1.236.723	10,1
15 a 19	611.700	11,8	628.812	10,8	1.240.512	11,3	661.810	12,1	687.798	11,2	1.349.608	11,6	683.335	12,0	680.178	10,5	1.363.513	11,2
20 a 24	603.949	11,6	619.315	10,7	1.223.264	11,1	601.692	11,0	622.211	10,1	1.223.903	10,5	603.134	10,6	663.366	10,2	1.266.500	10,4
25 a 29	559.307	10,7	605.960	10,4	1.165.267	10,6	531.388	9,7	583.418	9,5	1.114.806	9,6	546.561	9,6	607.753	9,4	1.154.314	9,5
30 a 34	494.994	9,5	603.110	10,4	1.098.104	10,0	543.988	10,0	597.871	9,7	1.141.859	9,8	517.490	9,1	611.407	9,4	1.128.897	9,2
35 a 39	466.228	9,0	536.351	9,2	1.002.579	9,1	490.900	9,0	590.831	9,6	1.081.731	9,3	564.275	9,9	593.738	9,1	1.158.013	9,5
40 a 44	437.792	8,4	469.063	8,1	906.855	8,2	439.210	8,0	540.888	8,8	980.098	8,4	486.341	8,5	579.896	8,9	1.066.237	8,7
45 a 49	310.876	6,0	357.530	6,2	668.406	6,1	386.194	7,1	432.844	7,0	819.038	7,0	433.019	7,6	475.226	7,3	908.245	7,4
50 a 54	262.373	5,0	315.612	5,4	577.985	5,2	282.838	5,2	346.143	5,6	628.981	5,4	338.693	5,9	408.441	6,3	747.134	6,1
55 a 59	223.415	4,3	271.579	4,7	494.994	4,5	243.484	4,5	295.072	4,8	538.556	4,6	260.981	4,6	315.192	4,8	576.173	4,7
60 ou mais	541.153	10,4	721.621	12,4	1.262.774	11,5	559.916	10,3	820.560	13,3	1.380.476	11,9	658.445	11,5	945.358	14,5	1.603.803	13,1
idade ignorada	-	0	-	0	-	0	1.072	0,0	1.251	0,0	2.323	0,0	3.064	0,1	1.687	0,0	4.751	0,0
Total	**5.204.498**	**100,0**	**5.809.555**	**100,0**	**11.014.053**	**100,0**	**5.457.170**	**100,0**	**6.167.006**	**100,0**	**11.624.176**	**100,0**	**5.715.202**	**100,0**	**6.499.101**	**100,0**	**12.214.303**	**100,0**

*RMs do Rio de Janeiro e Belo Horizonte
Fonte : PNADs 1992, 1995 e 1999.

Distribuição da Populção em Idade Ativa, segundo faixas etárias e sexo, Região Metropolitana de São Paulo, 1992, 1995 e 1999.

	1992						1995						1999					
Faixas etárias	**Homens**	**%**	**Mulheres**	**%**	**Total**	**%**	**Homens**	**%**	**Mulheres**	**%**	**Total**	**%**	**Homens**	**%**	**Mulheres**	**%**	**Total**	**%**
10 a 14	859.111	14,2	812.951	12,3	1.672.062	13,2	882.718	13,7	876.915	12,3	1.759.633	13,0	831.633	12,0	834.183	11,0	1.665.816	11,5
15 a 19	718.199	11,9	775.533	11,8	1.493.732	11,8	769.992	11,9	830.514	11,7	1.600.506	11,8	922.556	13,3	920.869	12,1	1.843.425	12,7
20 a 24	695.920	11,5	751.637	11,4	1.447.557	11,4	711.965	11,0	730.209	10,3	1.442.174	10,6	821.544	11,8	819.869	10,8	1.641.413	11,3
25 a 29	659.275	10,9	714.238	10,8	1.373.513	10,9	648.967	10,1	710.312	10,0	1.359.279	10,0	681.809	9,8	738.198	9,7	1.420.007	9,8
30 a 34	622.654	10,3	683.161	10,4	1.305.815	10,3	634.895	9,8	716.940	10,1	1.351.835	10,0	660.751	9,5	738.214	9,7	1.398.965	9,6
35 a 39	600.364	9,9	639.381	9,7	1.239.745	9,8	609.195	9,4	673.013	9,5	1.282.208	9,5	654.056	9,4	702.861	9,3	1.356.917	9,3
40 a 44	530.289	8,8	593.175	9,0	1.123.464	8,9	587.640	9,1	613.356	8,6	1.200.996	8,9	561.449	8,1	660.790	8,7	1.222.239	8,4
45 a 49	382.196	6,3	385.378	5,8	767.574	6,1	408.607	6,3	456.674	6,4	865.281	6,4	491.584	7,1	574.085	7,6	1.065.669	7,3
50 a 54	288.231	4,8	324.864	4,9	613.095	4,8	374.622	5,8	382.915	5,4	757.537	5,6	401.517	5,8	414.973	5,5	816.490	5,6
55 a 59	233.290	3,8	263.557	4,0	496.847	3,9	243.685	3,8	290.093	4,1	533.778	3,9	287.877	4,1	302.209	4,0	590.086	4,1
60 ou mais	470.570	7,8	644.154	9,8	1.114.724	8,8	580.178	9,0	823.047	11,6	1.403.225	10,3	617.866	8,9	881.318	11,6	1.499.184	10,3
idade ignorada	-	0	-	0	-	0	2.487	0,0	3.315	0,0	5.802	0,0	5.050	0,1	3.367	0,0	8.417	0,1
Total	**6.060.099**	**100,0**	**6.588.029**	**100,0**	**12.648.128**	**100,0**	**6.454.951**	**100,0**	**7.107.303**	**100,0**	**13.562.254**	**100,0**	**6.937.692**	**100,0**	**7.590.936**	**100,0**	**14.528.628**	**100,0**

Fonte : PNADs 1992, 1995 e 1999.

Distribuição da População em Idade Ativa,segundo faixas etárias e sexo, Regiões Metropolitanas do Sul*, 1992, 1995 e 1999.

	1992						1995						1999					
Faixas etárias	**Homens**	**%**	**Mulheres**	**%**	**Total**	**%**	**Homens**	**%**	**Mulheres**	**%**	**Total**	**%**	**Homens**	**%**	**Mulheres**	**%**	**Total**	**%**
10 a 14	272.846	13,9	272.321	12,6	545.167	13,2	290.227	13,7	283.636	12,1	573.863	12,8	275.693	11,9	273.083	10,7	548.776	11,3
15 a 19	242.609	12,4	226.358	10,5	468.967	11,4	242.777	11,4	270.297	11,5	513.074	11,5	281.952	12,2	295.723	11,6	577.675	11,9
20 a 24	218.860	11,1	240.354	11,1	459.214	11,1	223.211	10,5	237.708	10,1	460.919	10,3	268.018	11,6	266.785	10,4	534.803	11,0
25 a 29	219.088	11,2	255.521	11,8	474.609	11,5	225.769	10,6	244.296	10,4	470.065	10,5	228.922	9,9	263.708	10,3	492.630	10,1
30 a 34	233.414	11,9	234.493	10,9	467.907	11,3	239.584	11,3	248.646	10,6	488.230	10,9	244.894	10,6	264.537	10,3	509.431	10,5
35 a 39	186.754	9,5	208.752	9,7	395.506	9,6	210.487	9,9	237.214	10,1	447.701	10,0	233.404	10,1	247.080	9,7	480.484	9,9
40 a 44	153.541	7,8	179.105	8,3	332.646	8,1	183.837	8,7	197.779	8,4	381.616	8,5	200.298	8,7	222.079	8,7	422.377	8,7
45 a 49	118.293	6,0	127.339	5,9	245.632	6,0	142.713	6,7	149.404	6,4	292.117	6,5	159.109	6,9	195.441	7,6	354.550	7,3
50 a 54	94.363	4,8	100.694	4,7	195.057	4,7	105.860	5,0	121.343	5,2	227.203	5,1	133.877	5,8	143.868	5,6	277.745	5,7
55 a 59	69.430	3,5	92.053	4,3	161.483	3,9	82.739	3,9	102.345	4,4	185.084	4,1	90.117	3,9	104.726	4,1	194.843	4,0
60 ou mais	154.272	7,9	222.206	10,3	376.478	9,1	177.044	8,3	252.327	10,8	429.371	9,6	191.046	8,3	281.305	11,0	472.351	9,7
idade ignorada	-	0,0	-	0	-	0	258	0,0	516	0,0	774	0,0	-	0,0	522	0,0	522	0,0
Total	**1.963.470**	**100,0**	**2.159.196**	**100,0**	**4.122.666**	**100,0**	**2.124.506**	**100,0**	**2.345.511**	**100,0**	**4.470.017**	**100,0**	**2.307.330**	**100,0**	**2.558.857**	**100,0**	**4.866.187**	**100,0**

RMs de Curitiba a Porto Alegre

Fonte : PNADs 1992, 1995 e 1999.

Distribuição da População Economicamente Ativa, segundo faixas etárias e sexo. Regiões Metropolitanas do Nordeste*, 1992, 1995 e 1999.

	1992						1995						1999					
Faixas etárias	**Homens**	**%**	**Mulheres**	**%**	**Total**	**%**	**Homens**	**%**	**Mulheres**	**%**	**Total**	**%**	**Homens**	**%**	**Mulheres**	**%**	**Total**	**%**
10 a 14	61.873	3,2	32.096	2,4	93.969	2,8	56.695	2,7	34.219	2,2	90.914	2,5	43.991	2,0	24.698	1,4	68.689	1,7
15 a 19	212.415	10,8	142.656	10,5	355.071	10,7	236.070	11,3	166.737	10,5	402.807	10,9	231.857	10,4	183.827	10,2	415.684	10,3
20 a 24	326.254	16,6	225.769	16,6	552.023	16,6	317.984	15,2	256.936	16,2	574.920	15,6	366.221	16,4	288.427	16,0	654.648	16,2
25 a 29	310.734	15,8	224.552	16,6	535.286	16,1	314.956	15,0	241.290	15,2	556.246	15,1	322.284	14,4	263.455	14,6	585.739	14,5
30 a 34	283.498	14,5	198.394	14,6	481.892	14,5	292.878	14,0	239.484	15,1	532.362	14,5	312.300	14,0	257.426	14,3	569.726	14,1
35 a 39	210.968	10,8	166.251	12,3	377.219	11,4	251.424	12,0	213.068	13,4	464.492	12,6	276.534	12,4	253.205	14,1	529.739	13,1
40 a 44	187.433	9,6	137.644	10,2	325.077	9,8	210.118	10,0	164.700	10,4	374.818	10,2	231.021	10,3	200.636	11,2	431.657	10,7
45 a 49	139.623	7,1	92.777	6,8	232.400	7,0	156.519	7,5	111.173	7,0	267.692	7,3	169.342	7,6	146.512	8,1	315.854	7,8
50 a 54	93.418	4,8	65.204	4,8	158.622	4,8	97.818	4,7	71.878	4,5	169.696	4,6	124.158	5,5	87.293	4,9	211.451	5,2
55 a 59	59.981	3,1	38.855	2,9	98.836	3,0	72.801	3,5	47.200	3,0	120.001	3,3	77.403	3,5	47.666	2,6	125.069	3,1
60 ou mais	75.536	3,9	31.619	2,3	107.155	3,2	85.535	4,1	40.425	2,5	125.960	3,4	82.854	3,7	45.196	2,5	128.050	3,2
idade ignorada	-	0,0	215	0,0	215	0,0	203	0,0	-	-	203	0,0	203	0,0	611	0,0	814	0,0
Total	**1.961.733**	**100,0**	**1.356.032**	**100,0**	**3.317.765**	**100,0**	**2.093.001**	**100,0**	**1.587.110**	**100,0**	**3.680.111**	**100,0**	**2.238.168**	**100,0**	**1.798.952**	**100,0**	**4.037.120**	**100,0**

* RMs de Fortaleza, Recife e Salvador

Fonte : PNADs 1992, 1995 e 1999.

Distribuição da População Economicamente Ativa, segundo faixas etárias e sexo. Regiões Metropolitanas do Sudeste*, 1992, 1995 e 1999.

	1992						1995						1999					
Faixas etárias	Homens	%	Mulheres	%	Total	%	**Homens**	**%**	**Mulheres**	**%**	**Total**	**%**	Homens	%	Mulheres	%	Total	%
10 a 14	61.636	1,711	35.491	1,5	97.127	1,6	52.788	1,4	20.347	0,8	73.135	1,1	34.665	0,9	15.265	0,5	49.930	0,7
15 a 19	347.576	9,649	203.383	8,6	550.959	9,2	335.576	8,9	233.043	8,7	568.619	8,8	325.883	8,3	229.804	7,9	555.687	8,1
20 a 24	527.813	14,65	352.209	15,0	880.022	14,8	532.553	14,2	391.067	14,5	923.620	14,3	530.986	13,5	419.261	14,5	950.247	13,9
25 a 29	526.194	14,61	343.383	14,6	869.577	14,6	501.805	13,4	370.417	13,8	872.222	13,5	519.550	13,2	398.099	13,7	917.649	13,4
30 a 34	476.541	13,23	353.694	15,0	830.235	13,9	524.891	14,0	374.534	13,9	899.425	13,9	497.670	12,6	400.370	13,8	898.040	13,1
35 a 39	445.085	12,36	312.427	13,3	757.512	12,7	469.905	12,5	377.111	14,0	847.016	13,1	536.954	13,6	387.673	13,4	924.627	13,5
40 a 44	410.237	11,39	274.709	11,7	684.946	11,5	418.359	11,1	335.609	12,5	753.968	11,7	457.556	11,6	374.877	12,9	832.433	12,2
45 a 49	278.495	7,731	187.144	7,9	465.639	7,8	348.219	9,3	235.307	8,7	583.526	9,0	388.211	9,8	269.307	9,3	657.518	9,6
50 a 54	209.149	5,806	118.742	5,0	327.891	5,5	231.234	6,2	156.757	5,8	387.991	6,0	271.998	6,9	194.082	6,7	466.080	6,8
55 a 59	129.506	3,595	86.306	3,7	215.812	3,6	164.408	4,4	103.363	3,8	267.771	4,2	168.249	4,3	100.113	3,5	268.362	3,9
60 ou mais	189.950	5,273	87.717	3,7	277.667	4,7	174.505	4,6	95.784	3,6	270.289	4,2	208.342	5,3	108.076	3,7	316.418	4,6
idade ignorada	-	0	-	0,0	-	0,0	822	0,0	501	0,0	1.323	0,0	1.378	0,0	563	0,0	1.941	0,0
Total	**3.602.182**	**100**	**2.355.205**	**100,0**	**5.957.387**	**100,0**	**3.755.065**	**100,0**	**2.693.840**	**100,0**	**6.448.905**	**100,0**	**3.941.442**	**100,0**	**2.897.490**	**100,0**	**6.838.932**	**100,0**

*RMs do Rio de Janeiro e Belo Horizonte

Fonte : PNADs 1992, 1995 e 1999.

Distribuição da População Economicamente Ativa, segundo faixas etárias e sexo. Região Metroplitana de São Paulo, 1992, 1995 e 1999.

	1992						1995						1999					
Faixas etárias	**Homens**	**%**	**Mulheres**	**%**	**Total**	**%**	**Homens**	**%**	**Mulheres**	**%**	**Total**	**%**	**Homens**	**%**	**Mulheres**	**%**	**Total**	**%**
10 a 14	74.053	1,7	46.978	1,6	121.031	1,6	69.621	1,5	31.494	1,0	101.115	1,3	55.554	1,1	40.406	1,1	95.960	1,1
15 a 19	484.913	10,9	382.979	13,2	867.892	11,8	482.387	10,3	382.927	12,0	865.314	11,0	530.303	10,8	438.561	12,1	968.864	11,4
20 a 24	645.758	14,5	504.805	17,4	1.150.563	15,6	649.801	13,9	498.125	15,7	1.147.926	14,6	731.483	15,0	556.394	15,3	1.287.877	15,1
25 a 29	636.981	14,3	437.147	15,1	1.074.128	14,6	615.815	13,2	437.635	13,8	1.053.450	13,4	637.195	13,0	496.612	13,7	1.133.807	13,3
30 a 34	599.559	13,5	428.361	14,8	1.027.920	14,0	608.375	13,0	440.119	13,8	1.048.494	13,3	626.244	12,8	516.836	14,2	1.143.080	13,4
35 a 39	578.865	13,0	349.550	12,0	928.415	12,6	585.161	12,5	421.043	13,2	1.006.204	12,8	624.590	12,8	455.392	12,5	1.079.982	12,7
40 a 44	504.010	11,3	323.274	11,1	827.284	11,3	556.148	11,9	374.654	11,8	930.802	11,8	525.253	10,7	405.743	11,2	930.996	10,9
45 a 49	346.368	7,8	172.781	6,0	519.149	7,1	376.281	8,0	246.155	7,7	622.436	7,9	427.611	8,7	331.656	9,1	759.267	8,9
50 a 54	230.111	5,2	126.612	4,4	356.723	4,9	309.971	6,6	169.911	5,3	479.882	6,1	313.139	6,4	183.491	5,1	496.630	5,8
55 a 59	164.018	3,7	62.109	2,1	226.127	3,1	180.694	3,9	93.657	2,9	274.351	3,5	193.599	4,0	108.590	3,0	302.189	3,5
60 ou mais	185.514	4,2	67.681	2,3	253.195	3,4	241.192	5,2	83.716	2,6	324.908	4,1	223.071	4,6	93.434	2,6	316.505	3,7
idade ignorada	-	0,0	-	0,0	-	0,0	1.658	0,0	-	-	1.658	0,0	4.208	0,1	3.367	0,1	7.575	0,1
Total	**4.450.150**	**100,0**	**2.902.277**	**100,0**	**7.352.427**	**100,0**	**4.677.104**	**100,0**	**3.179.436**	**100,0**	**7.856.540**	**100,0**	**4.892.250**	**100,0**	**3.630.482**	**100,0**	**8.522.732**	**100,0**

Fonte : PNADs 1992, 1995 e 1999.

Distribuição da População Economicamente Ativa, segundo faixas etárias e sexo. Regiões Metroplitanas do Sul*, 1992, 1995 e 1999.

	1992						1995						1999					
Faixas etárias	**Homens**	**%**	**Mulheres**	**%**	**Total**	**%**	**Homens**	**%**	**Mulheres**	**%**	**Total**	**%**	**Homens**	**%**	**Mulheres**	**%**	**Total**	**%**
10 a 14	31.740	2,2	22.328	2,2	54.068	2,2	38.436	2,4	20.841	1,8	59.277	2,2	21.462	1,3	12.479	1,0	33.941	1,1
15 a 19	168.335	11,5	107.486	10,4	275.821	11,1	161.346	10,2	127.869	11,1	289.215	10,6	167.760	9,9	134.879	10,3	302.639	10,1
20 a 24	201.074	13,7	156.018	15,2	357.092	14,3	201.119	12,8	155.607	13,5	356.726	13,1	239.312	14,2	180.607	13,8	419.919	14,0
25 a 29	211.803	14,5	156.706	15,2	368.509	14,8	217.258	13,8	160.278	13,9	377.536	13,8	218.351	12,9	188.379	14,4	406.730	13,6
30 a 34	226.177	15,5	150.963	14,7	377.140	15,1	230.881	14,7	173.928	15,1	404.809	14,8	236.561	14,0	186.767	14,3	423.328	14,1
35 a 39	180.505	12,3	136.735	13,3	317.240	12,7	203.447	12,9	162.909	14,1	366.356	13,4	223.794	13,3	172.365	13,2	396.159	13,2
40 a 44	148.527	10,1	112.107	10,9	260.634	10,5	176.682	11,2	138.247	12,0	314.929	11,5	189.740	11,2	149.710	11,5	339.450	11,3
45 a 49	110.536	7,6	71.590	7,0	182.126	7,3	134.409	8,5	86.583	7,5	220.992	8,1	144.062	8,5	122.819	9,4	266.881	8,9
50 a 54	78.227	5,3	47.891	4,7	126.118	5,1	87.730	5,6	59.410	5,1	147.140	5,4	110.129	6,5	75.611	5,8	185.740	6,2
55 a 59	48.934	3,3	33.746	3,3	82.680	3,3	58.431	3,7	37.519	3,2	95.950	3,5	67.314	4,0	41.279	3,2	108.593	3,6
60 ou mais	57.650	3,9	33.927	3,3	91.577	3,7	64.984	4,1	31.387	2,7	96.371	3,5	68.308	4,0	39.964	3,1	108.272	3,6
idade ignorada	-	0,0	-	0,0	-	0,0	258	0,0	258	0,0	516	0,0	-	0,0	261	0,0	261	0,0
Total	**1.463.508**	**100,0**	**1.029.497**	**100,0**	**2.493.005**	**100,0**	**1.574.981**	**100,0**	**1.154.836**	**100,0**	**2.729.817**	**100,0**	**1.686.793**	**100,0**	**1.305.120**	**100,0**	**2.991.913**	**100,0**

*RMs de Curitiba a Porto Alegre

Fonte : PNADs 1992, 1995 e 1999.

Distribuição da população ocupada, segundo faixas etárias e sexo. Regiões Metropolitanas do Nordeste*, 1992, 1995 e 1999.

	1992						1995						1999					
faixas etárias	Homens	%	Mulheres	%	Total	%	Homens	%	Mulheres	%	Total	%	Homens	%	Mulheres	%	Total	%
10 a 14	49.058	2,8	26.622	2,3	75.680	2,6	49.786	2,6	29.330	2,1	79.116	2,4	36.493	1,9	17.794	1,2	54.287	1,6
15 a 19	166.689	9,5	101.240	8,7	267.929	9,2	186.682	9,8	127.536	9,1	314.218	9,5	157.055	8,1	111.373	7,6	268.428	7,9
20 a 24	267.706	15,3	175.724	15,1	443.430	15,2	275.454	14,4	207.275	14,7	482.729	14,5	295.479	15,3	206.869	14,1	502.348	14,8
25 a 29	280.088	16,0	187.841	16,2	467.929	16,0	287.943	15,1	211.449	15,0	499.392	15,0	277.507	14,4	212.236	14,5	489.743	14,4
30 a 34	265.009	15,1	174.326	15,0	439.335	15,1	271.440	14,2	219.033	15,6	490.473	14,8	276.122	14,3	209.867	14,3	485.989	14,3
35 a 39	197.798	11,3	149.281	12,9	347.079	11,9	240.176	12,6	196.123	13,9	436.299	13,1	255.237	13,2	220.818	15,1	476.055	14,0
40 a 44	176.674	10,1	127.981	11,0	304.655	10,4	201.728	10,6	156.322	11,1	358.050	10,8	214.488	11,1	181.340	12,4	395.828	11,7
45 a 49	133.254	7,6	86.497	7,4	219.751	7,5	149.982	7,8	106.067	7,5	256.049	7,7	158.997	8,2	132.810	9,1	291.807	8,6
50 a 54	87.950	5,0	62.970	5,4	150.920	5,2	94.353	4,9	69.837	5,0	164.190	4,9	113.433	5,9	81.852	5,6	195.285	5,8
55 a 59	56.913	3,2	38.180	3,3	95.093	3,3	70.351	3,7	45.765	3,3	116.116	3,5	69.765	3,6	45.034	3,1	114.799	3,4
60 ou mais	74.232	4,2	30.713	2,6	104.945	3,6	82.661	4,3	39.001	2,8	121.662	3,7	76.582	4,0	43.002	2,9	119.584	3,5
idade ignorada	-	-	215	0,0	215	0,0	203	0,0	-	-	203	0,0	203	0,0	407	0,0	610	0,0
Total	**1.755.371**	**100,0**	**1.161.590**	**100,0**	**2.916.961**	**100,0**	**1.910.759**	**100,0**	**1.407.738**	**100,0**	**3.318.497**	**100,0**	**1.931.361**	**100,0**	**1.463.402**	**100,0**	**3.394.763**	**100,0**

* RMs de Fortaleza, Recife e Salvador

Fonte : PNADs 1992, 1995 e 1999.

Distribuição da população ocupada, segundo faixas etárias e sexo. Regiões Metropolitanas do Sudeste*, 1992, 1995 e 1999.

	1992						1995						1999					
faixas etárias	Homens	%	Mulheres		Total	%	Homens	%	Mulheres	%	Total	%	Homens	%	Mulheres	%	Total	%
10 a 14	50.961	1,5	26.007	1,2	76.968	1,4	40.166	1,1	14.482	0,6	54.648	0,9	22.999	0,6	8.462	0,3	31.461	0,5
15 a 19	289.017	8,6	155.546	7,3	444.563	8,1	274.100	7,8	180.465	7,4	454.565	7,6	221.343	6,2	142.713	5,9	364.056	6,1
20 a 24	466.731	13,9	293.689	13,8	760.420	13,9	482.696	13,7	333.526	13,7	816.222	13,7	446.995	12,6	308.537	12,7	755.532	12,6
25 a 29	497.583	14,9	308.223	14,5	805.806	14,7	473.299	13,4	329.318	13,5	802.617	13,5	472.049	13,3	333.227	13,7	805.276	13,5
30 a 34	442.664	13,2	323.747	15,2	766.411	14,0	503.254	14,3	338.520	13,9	841.774	14,1	465.655	13,1	346.935	14,2	812.590	13,6
35 a 39	422.147	12,6	293.629	13,8	715.776	13,1	453.958	12,9	354.615	14,5	808.573	13,6	506.849	14,3	337.558	13,8	844.407	14,1
40 a 44	395.883	11,8	266.125	12,5	662.008	12,1	407.913	11,6	316.436	13,0	724.349	12,1	431.524	12,2	335.837	13,8	767.361	12,8
45 a 49	270.122	8,1	176.461	8,3	446.583	8,2	337.313	9,6	226.367	9,3	563.680	9,5	361.650	10,2	249.603	10,2	611.253	10,2
50 a 54	201.501	6,0	113.528	5,3	315.029	5,8	222.292	6,3	150.536	6,2	372.828	6,3	259.263	7,3	179.438	7,4	438.701	7,3
55 a 59	126.471	3,8	83.315	3,9	209.786	3,8	161.939	4,6	100.574	4,1	262.513	4,4	156.951	4,4	93.789	3,8	250.740	4,2
60 ou mais	183.155	5,5	86.051	4,0	269.206	4,9	167.709	4,8	93.494	3,8	261.203	4,4	195.352	5,5	101.863	4,2	297.215	5,0
idade ignorada	-	-	-	-	-	-	822	0,0	501	0,0	1.323	0,0	1.378	0,0	563	0,0	1.941	0,0
Total	**3.346.235**	**100,0**	**2.126.321**	**100,0**	**5.472.556**	**100,0**	**3.525.461**	**100,0**	**2.438.834**	**100,0**	**5.964.295**	**100,0**	**3.542.008**	**100,0**	**2.438.525**	**100,0**	**5.980.533**	**100,0**

*RMs do Rio de Janeiro e Belo Horizonte

Fonte : PNADs 1992, 1995 e 1999.

Distribuição da população ocupada, segundo faixas etárias e sexo. Região Metropolitanas de São Paulo, 1992, 1995 e 1999.

	1992						1995						1999					
faixas etárias	Homens	%	Mulheres	%	Total	%	Homens	%	Mulheres	%	Total	%	Homens	%	Mulheres	%	Total	%
10 a 14	52.554	1,3	31.850	1,3	84.404	1,3	49.729	1,2	23.208	0,8	72.937	1,0	31.985	0,8	23.570	0,8	55.555	0,8
15 a 19	375.032	9,3	285.044	11,3	660.076	10,1	390.385	9,1	289.265	10,1	679.650	9,5	323.234	7,6	246.642	8,5	569.876	8,0
20 a 24	565.342	14,0	425.974	16,9	991.316	15,1	572.726	13,3	433.480	15,1	1.006.206	14,0	607.747	14,3	406.561	14,0	1.014.308	14,2
25 a 29	586.025	14,5	379.820	15,0	965.845	14,7	572.716	13,3	399.510	13,9	972.226	13,5	570.702	13,4	403.183	13,8	973.885	13,6
30 a 34	558.952	13,8	376.608	14,9	935.560	14,2	576.877	13,4	401.996	14,0	978.873	13,6	567.325	13,3	428.452	14,7	995.777	13,9
35 a 39	534.278	13,2	317.703	12,6	851.981	13,0	552.840	12,8	393.691	13,7	946.531	13,2	571.564	13,4	398.997	13,7	970.561	13,6
40 a 44	480.126	11,9	300.182	11,9	780.308	11,9	526.310	12,2	353.103	12,3	879.413	12,2	489.909	11,5	352.714	12,1	842.623	11,8
45 a 49	331.236	8,2	164.820	6,5	496.056	7,6	359.705	8,3	238.694	8,3	598.399	8,3	406.571	9,6	293.776	10,1	700.347	9,8
50 a 54	216.574	5,4	121.040	4,8	337.614	5,1	299.196	6,9	165.767	5,8	464.963	6,5	289.569	6,8	166.658	5,7	456.227	6,4
55 a 59	158.443	3,9	59.720	2,4	218.163	3,3	176.549	4,1	91.999	3,2	268.548	3,7	180.132	4,2	99.330	3,4	279.462	3,9
60 ou mais	181.533	4,5	64.496	2,6	246.029	3,7	233.732	5,4	81.230	2,8	314.962	4,4	209.602	4,9	89.225	3,1	298.827	4,2
idade ignorada	-	-	-	-	-	-	1.658	0,0	-	-	1.658	0,0	1.683	0,0	2.526	0,1	4.209	0,1
Total	**4.040.095**	**100,0**	**2.527.257**	**100,0**	**6.567.352**	**100,0**	**4.312.423**	**100,0**	**2.871.943**	**100,0**	**7.184.366**	**100,0**	**4.250.023**	**100,0**	**2.911.634**	**100,0**	**7.161.657**	**100,0**

Fonte : PNADs 1992, 1995 e 1999.

Distribuição da população ocupada, segundo faixas etárias e sexo. Regiões Metropolitanas do Sul*, 1992, 1995 e 1999.

	1992						1995						1999					
faixas etárias	Homens	%	Mulheres	%	Total	%	Homens	%	Mulheres	%	Total	%	Homens	%	Mulheres	%	Total	%
10 a 14	25.535	1,9	17.677	1,9	43.212	1,9	32.958	2,2	17.916	1,7	50.874	2,0	14.980	1,0	9.417	0,8	24.397	0,9
15 a 19	140.476	10,3	83.814	9,0	224.290	9,7	132.678	9,0	100.446	9,6	233.124	9,2	130.829	8,5	88.643	7,9	219.472	8,3
20 a 24	184.275	13,5	135.375	14,5	319.650	13,9	181.462	12,3	132.802	12,6	314.264	12,4	212.319	13,8	144.498	12,8	356.817	13,4
25 a 29	199.292	14,6	139.431	14,9	338.723	14,7	206.341	14,0	147.017	14,0	353.358	14,0	203.358	13,3	159.742	14,2	363.100	13,7
30 a 34	215.214	15,8	143.469	15,3	358.683	15,6	220.865	15,0	161.023	15,3	381.888	15,1	220.962	14,4	164.541	14,6	385.503	14,5
35 a 39	175.025	12,8	128.414	13,7	303.439	13,2	196.195	13,3	154.235	14,7	350.430	13,9	209.653	13,7	157.152	14,0	366.805	13,8
40 a 44	142.940	10,5	107.189	11,4	250.129	10,9	170.384	11,6	131.560	12,5	301.944	12,0	178.865	11,7	141.059	12,5	319.924	12,0
45 a 49	106.759	7,8	68.794	7,3	175.553	7,6	130.012	8,8	83.238	7,9	213.250	8,4	135.977	8,9	112.523	10,0	248.500	9,3
50 a 54	75.436	5,5	45.977	4,9	121.413	5,3	83.098	5,6	56.695	5,4	139.793	5,5	101.235	6,6	71.012	6,3	172.247	6,5
55 a 59	45.989	3,4	33.280	3,6	79.269	3,4	56.606	3,8	35.902	3,4	92.508	3,7	62.386	4,1	38.534	3,4	100.920	3,8
60 ou mais	55.013	4,0	32.996	3,5	88.009	3,8	63.207	4,3	30.546	2,9	93.753	3,7	62.664	4,1	38.041	3,4	100.705	3,8
idade ignorada	-	0,0	-	0,0	-	0,0	-	-	258	0,0	258	0,0	-	0,0	261	0,0	261	0,0
Total	**1.365.954**	**100,0**	**936.416**	**100,0**	**2.302.370**	**100,0**	**1.473.806**	**100,0**	**1.051.638**	**100,0**	**2.525.444**	**100,0**	**1.533.228**	**100,0**	**1.125.423**	**100,0**	**2.658.651**	**100,0**

*RMs de Curitiba a Porto Alegre

Fonte : PNADs 1992, 1995 e 1999.

Taxas de participação, de ocupação e de desemprego desemprego aberto, segundo sexo e faixas etárias. Regiões Metropolitanas do Nordeste, 1992, 1995 e1999.

Faixas etárias	Taxas de participação									Taxas de ocupação									Taxas de desemprego aberto								
	1992			1995			1999			1992			1995			1999			1992			1995			1999		
	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
10 a 14	**13,4**	**7,1**	**10,3**	**12,7**	**7,2**	**9,9**	**9,3**	**5,3**	**7,3**	**10,6**	**5,9**	**8,3**	**11,2**	**6,2**	**8,6**	**7,7**	**3,8**	**5,8**	**20,7**	**17,1**	**19,5**	**12,2**	**14,3**	**13,0**	**17,0**	**28,0**	**21,0**
15 a 19	53,2	33,2	42,9	52,3	34,9	43,4	47,0	35,8	41,3	41,8	23,6	32,4	41,4	26,7	33,8	31,8	21,7	26,7	21,5	29,0	24,5	20,9	23,5	22,0	32,3	39,4	35,4
20 a 24	85,9	54,8	69,7	85,8	58,8	71,2	85,8	62,0	73,4	70,5	42,7	56,0	74,3	47,5	59,8	69,2	44,5	56,3	17,9	22,2	19,7	13,4	19,3	16,0	19,3	28,3	23,3
25 a 29	93,5	59,0	75,1	92,8	61,2	75,8	91,5	65,1	77,4	84,3	49,4	65,7	84,8	53,6	68,0	78,8	52,4	64,7	9,9	16,3	12,6	8,6	12,4	10,2	13,9	19,4	16,4
30 a 34	95,0	60,8	77,2	95,0	65,5	79,0	94,0	67,8	80,1	88,8	53,5	70,3	88,0	59,9	72,8	83,1	55,3	68,3	6,5	12,1	8,8	7,3	8,5	7,9	11,6	18,5	14,7
35 a 39	94,2	62,0	76,6	94,8	68,1	80,3	94,1	68,5	79,9	88,4	55,6	70,5	90,6	62,7	75,5	86,9	59,8	71,8	6,2	10,2	8,0	4,5	8,0	6,1	7,7	12,8	10,1
40 a 44	94,1	59,9	75,8	94,2	65,4	79,0	90,6	67,3	78,1	88,7	55,7	71,0	90,5	62,1	75,4	84,1	60,9	71,6	5,7	7,0	6,3	4,0	5,1	4,5	7,2	9,6	8,3
45 a 49	92,1	54,7	72,3	92,5	56,9	73,4	88,7	59,9	72,5	87,9	51,0	68,4	88,6	54,3	70,3	83,2	54,3	67,0	4,6	6,8	5,4	4,2	4,6	4,3	6,1	9,4	7,6
50 a 54	84,0	43,7	60,9	83,3	48,5	63,9	79,1	47,7	62,2	79,1	42,2	57,9	80,3	47,1	61,8	72,3	44,7	57,4	5,9	3,4	4,9	3,5	2,8	3,2	8,6	6,2	7,6
55 a 59	66,2	30,8	45,6	68,3	34,9	49,6	66,1	36,1	50,2	62,8	30,3	43,9	66,0	33,8	48,0	59,6	34,1	46,0	5,1	1,7	3,8	3,4	3,0	3,2	9,9	5,5	8,2
60 ou mais	34,9	10,6	20,8	39,0	12,3	23,0	33,4	11,7	20,2	34,3	10,3	20,4	37,7	11,9	22,2	30,9	11,2	18,9	1,7	2,9	2,1	3,4	3,5	3,4	7,6	4,9	6,6
idade ignorada	0,0	100,0	50,0	100,0	-	100,0	49,9	60,0	57,1	0,0	100,0	50,0	100,0	-	100,0	49,9	40,0	42,8				0	-	0			
Total	68,5	41,8	54,3	69,4	45,1	56,3	67,0	46,8	56,2	61,3	35,8	47,8	63,3	40,0	50,8	57,8	38,1	47,3	10,5	14,3	12,1	8,7	11,3	9,8	13,7	18,7	15,9

Fonte : PNADs 1992, 1995 e 1999.

Taxas de participação, de ocupação e de desemprego desemprego aberto, segundo sexo e faixas etárias. Regiões Metropolitanas do Sudeste, 1992, 1995 e 1999.

Faixas etárias	Taxas de participação									Taxas de ocupação									Taxas de desemprego aberto								
	1992			1995			1999			1992			1995			1999			1992			1995			1999		
	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
10 a 14	**8,9**	**5,2**	**7,1**	**7,4**	**3,1**	**5,4**	**5,6**	**2,5**	**4,0**	**7,4**	**3,8**	**5,6**	**5,6**	**2,2**	**4,0**	**3,7**	**1,4**	**2,5**	**17,3**	**26,7**	**20,8**	**23,9**	**28,8**	**25,3**	**33,7**	**44,6**	**37,0**
15 a 19	56,8	32,3	44,4	50,7	33,9	42,1	47,7	33,8	40,8	47,2	24,7	35,8	41,4	26,2	33,7	32,4	21,0	26,7	16,8	23,5	19,3	18,3	22,6	20,1	32,1	37,9	34,5
20 a 24	87,4	56,9	71,9	88,5	62,9	75,5	88,0	63,2	75,0	77,3	47,4	62,2	80,2	53,6	66,7	74,1	46,5	59,7	11,6	16,6	13,6	9,4	14,7	11,6	15,8	26,4	20,5
25 a 29	94,1	56,7	74,6	94,4	63,5	78,2	95,1	65,5	79,5	89,0	50,9	69,2	89,1	56,4	72,0	86,4	54,8	69,8	5,4	10,2	7,3	5,7	11,1	8,0	9,1	16,3	12,2
30 a 34	96,3	58,6	75,6	96,5	62,6	78,8	96,2	65,5	79,6	89,4	53,7	69,8	92,5	56,6	73,7	90,0	56,7	72,0	7,1	8,5	7,7	4,1	9,6	6,4	6,4	13,3	9,5
35 a 39	95,5	58,3	75,6	95,7	63,8	78,3	95,2	65,3	79,8	90,5	54,7	71,4	92,5	60,0	74,7	89,8	56,9	72,9	5,2	6,0	5,5	3,4	6,0	4,5	5,6	12,9	8,7
40 a 44	93,7	58,6	75,5	95,3	62,0	76,9	94,1	64,6	78,1	90,4	56,7	73,0	92,9	58,5	73,9	88,7	57,9	72,0	3,5	3,1	3,3	2,5	5,7	3,9	5,7	10,4	7,8
45 a 49	89,6	52,3	69,7	90,2	54,4	71,2	89,7	56,7	72,4	86,9	49,4	66,8	87,3	52,3	68,8	83,5	52,5	67,3	3,0	5,7	4,1	3,1	3,8	3,4	6,8	7,3	7,0
50 a 54	79,7	37,6	56,7	81,8	45,3	61,7	80,3	47,5	62,4	76,8	36,0	54,5	78,6	43,5	59,3	76,5	43,9	58,7	3,7	4,4	3,9	3,9	4,0	3,9	4,7	7,5	5,9
55 a 59	58,0	31,8	43,6	67,5	35,0	49,7	64,5	31,8	46,6	56,6	30,7	42,4	66,5	34,1	48,7	60,1	29,8	43,5	2,3	3,5	2,8	1,5	2,7	2,0	6,7	6,3	6,6
60 ou mais	35,1	12,2	22,0	31,2	11,7	19,6	31,6	11,4	19,7	33,8	11,9	21,3	30,0	11,4	18,9	29,7	10,8	18,5	3,6	1,9	3,0	3,9	2,4	3,4	6,2	5,7	6,1
idade ignorada	-	-	-	76,7	40,0	57,0	45,0	33,4	40,9	-	-	-	76,7	40,0	57,0	45,0	33,4	40,9				0	0	0			
Total	69,2	40,5	54,1	68,8	43,7	55,5	69,0	44,6	56,0	64,3	36,6	49,7	64,6	39,5	51,3	62,0	37,5	49,0	7,1	9,7	8,1	6,1	9,5	7,5	10,1	15,8	12,6

Fonte : PNADs 1992, 1995 e 1999.

Taxas de participação, de ocupação e de desemprego desemprego aberto, segundo sexo e faixas etárias. Região Metropolitana de São Paulo, 1992, 1995 e 1999.

Faixas etárias	Taxas de participação									Taxas de ocupação									Taxas de desemprego aberto								
	1992			1995			1999			1992			1995			1999			1992			1995			1999		
	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
10 a 14	**8,6**	**5,8**	**7,2**	**7,9**	**3,6**	**5,7**	**6,7**	**4,8**	**5,8**	**6,1**	**3,9**	**5,0**	**5,6**	**2,6**	**4,1**	**3,8**	**2,8**	**3,3**	**29,0**	**32,2**	**30,3**	**28,6**	**26,3**	**27,9**	**42,4**	**41,7**	**42,1**
15 a 19	67,5	49,4	58,1	62,6	46,1	54,1	57,5	47,6	52,6	52,2	36,8	44,2	50,7	34,8	42,5	35,0	26,8	30,9	22,7	25,6	23,9	19,1	24,5	21,5	39,0	43,8	41,2
20 a 24	92,8	67,2	79,5	91,3	68,2	79,6	89,0	67,9	78,5	81,2	56,7	68,5	80,4	59,4	69,8	74,0	49,6	61,8	12,5	15,6	13,8	11,9	13,0	12,3	16,9	26,9	21,2
25 a 29	96,6	61,2	78,2	94,9	61,6	77,5	93,5	67,3	79,8	88,9	53,2	70,3	88,3	56,2	71,5	83,7	54,6	68,6	8,0	13,1	10,1	7,0	8,7	7,7	10,4	18,8	14,1
30 a 34	96,3	62,7	78,7	95,8	61,4	77,6	94,8	70,0	81,7	89,8	55,1	71,6	90,9	56,1	72,4	85,9	58,0	71,2	6,8	12,1	9,0	5,2	8,7	6,6	9,4	17,1	12,9
35 a 39	96,4	54,7	74,9	96,1	62,6	78,5	95,5	64,8	79,6	89,0	49,7	68,7	90,7	58,5	73,8	87,4	56,8	71,5	7,7	9,1	8,2	5,5	6,5	5,9	8,5	12,4	10,1
40 a 44	95,0	54,5	73,6	94,6	61,1	77,5	93,6	61,4	76,2	90,5	50,6	69,5	89,6	57,6	73,2	87,3	53,4	68,9	4,7	7,1	5,7	5,4	5,8	5,5	6,7	13,1	9,5
45 a 49	90,6	44,8	67,6	92,1	53,9	71,9	87,0	57,8	71,2	86,7	42,8	64,6	88,0	52,3	69,2	82,7	51,2	65,7	4,4	4,6	4,4	4,4	3,0	3,9	4,9	11,4	7,8
50 a 54	79,8	39,0	58,2	82,7	44,4	63,3	78,0	44,2	60,8	75,1	37,3	55,1	79,9	43,3	61,4	72,1	40,2	55,9	5,9	4,4	5,4	3,5	2,4	3,1	7,5	9,2	8,1
55 a 59	70,3	23,6	45,5	74,2	32,3	51,4	67,3	35,9	51,2	67,9	22,7	43,9	72,4	31,7	50,3	62,6	32,9	47,4	3,4	3,8	3,5	2,3	1,8	2,1	7,0	8,5	7,5
60 ou mais	39,4	10,5	22,7	41,6	10,2	23,2	36,1	10,6	21,1	38,6	10,0	22,1	40,3	9,9	22,4	33,9	10,1	19,9	2,1	4,7	2,8	3,1	3,0	3,1	6,0	4,5	5,6
idade ignorada	-	-	-	66,7	0,0	28,6	83,3	100,0	90,0	-	-	-	66,7	0,0	28,6	33,3	75,0	50,0				0	-	0			
Total	73,4	44,1	58,1	72,5	44,7	57,9	70,5	47,8	58,7	66,7	38,4	51,9	66,8	40,4	53,0	61,3	38,4	49,3	9,2	12,9	10,7	7,8	9,7	8,6	13,1	19,8	16,0

Fonte : PNADs 1992, 1995 e 1999.

Taxas de participação, de ocupação e de desemprego desemprego aberto, segundo sexo e faixas etárias. Regiões Metropolitanas do Sul, 1992, 1995 e 1999.

Faixas etárias	Taxas de participação									Taxas de ocupação									Taxas de desemprego aberto								
	1992			1995			1999			1992			1995			1999			1992			1995			1999		
	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
10 a 14	**11,6**	**8,2**	**9,9**	**13,2**	**7,3**	**10,3**	**7,8**	**4,6**	**6,2**	**9,4**	**6,5**	**7,9**	**11,4**	**6,3**	**8,9**	**5,4**	**3,4**	**4,4**	**19,5**	**20,8**	**20,1**	**14,3**	**14,0**	**14,2**	**30,2**	**24,5**	**28,1**
15 a 19	69,4	47,5	58,8	66,5	47,3	56,4	59,5	45,6	52,4	57,9	37,0	47,8	54,7	37,2	45,4	46,4	30,0	38,0	16,5	22,0	18,7	17,8	21,4	19,4	22,0	34,3	27,5
20 a 24	91,9	64,9	77,8	90,1	65,5	77,4	89,3	67,7	78,5	84,2	56,3	69,6	81,3	55,9	68,2	79,2	54,2	66,7	8,4	13,2	10,5	9,8	14,7	11,9	11,3	20,0	15,0
25 a 29	96,7	61,3	77,6	96,2	65,6	80,3	95,4	71,4	82,6	91,0	54,6	71,4	91,4	60,2	75,2	88,8	60,6	73,7	5,9	11,0	8,1	5,0	8,3	6,4	6,9	15,2	10,7
30 a 34	96,9	64,4	80,6	96,4	70,0	82,9	96,6	70,6	83,1	92,2	61,2	76,7	92,2	64,8	78,2	90,2	62,2	75,7	4,8	5,0	4,9	4,3	7,4	5,7	6,6	11,9	8,9
35 a 39	96,7	65,5	80,2	96,7	68,7	81,8	95,9	69,8	82,4	93,7	61,5	76,7	93,2	65,0	78,3	89,8	63,6	76,3	3,0	6,1	4,4	3,6	5,3	4,3	6,3	8,8	7,4
40 a 44	96,7	62,6	78,4	96,1	69,9	82,5	94,7	67,4	80,4	93,1	59,8	75,2	92,7	66,5	79,1	89,3	63,5	75,7	3,8	4,4	4,0	3,6	4,8	4,1	5,7	5,8	5,8
45 a 49	93,4	56,2	74,1	94,2	58,0	75,7	90,5	62,8	75,3	90,2	54,0	71,5	91,1	55,7	73,0	85,5	57,6	70,1	3,4	3,9	3,6	3,3	3,9	3,5	5,6	8,4	6,9
50 a 54	82,9	47,6	64,7	82,9	49,0	64,8	82,3	52,6	66,9	79,9	45,7	62,2	78,5	46,7	61,5	75,6	49,4	62,0	3,6	4,0	3,7	5,3	4,6	5,0	8,1	6,1	7,3
55 a 59	70,5	36,7	51,2	70,6	36,7	51,8	74,7	39,4	55,7	66,2	36,2	49,1	68,4	35,1	50,0	69,2	36,8	51,8	6,0	1,4	4,1	3,1	4,3	3,6	7,3	6,6	7,1
60 ou mais	37,4	15,3	24,3	36,7	12,4	22,4	35,8	14,2	22,9	35,7	14,8	23,4	35,7	12,1	21,8	32,8	13,5	21,3	4,6	2,7	3,9	2,7	2,7	2,7	8,3	4,8	7,0
idade ignorada	-	-	-	100,0	50,0	66,7	-	50,0	50,0	-	-	-	0,0	50,0	33,3	-	50,0	50,0				100	0	50			
Total	74,5	47,7	60,5	74,1	49,2	61,1	73,1	51,0	61,5	69,6	43,4	55,8	69,4	44,8	56,5	66,5	44,0	54,6	6,7	9,0	7,6	6,4	8,9	7,5	9,1	13,8	11,1

Fonte : PNADs 1992, 1995 e 1999.

Referências Bibliográficas

ADORNO, S. A experiência precoce da punição. In: MARTINS, J. S. (Coord.). **O massacre dos inocentes: a criança sem infância no Brasil.** 2.ed. São Paulo : HUCITEC, 1991. p. 181-208.

ALENCAR, J. A; ANDRADE, E. C. O Uso de Contraceptivos no Brasil: Uma Análise da Prevalência da Esterilização Feminina, In: **DADOS**: Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 36, n. 3, p.419-438, 1993.

ALVIM, M. R., VALADARES, L. Infância e sociedade no Brasil: uma análise da literatura. **BIB** – Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Anpocs/Vértice, n.26, 1998.

ARIAS, A. R. Avaliando a Situação Ocupacional e dos Rendimentos do Trabalho dos Jovens entre 15 e 24 anos de Idade na Presente Década. In**: Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas.** Brasília, CNPD, 1998.

AZÊVEDO, J. S. G.; MENEZES, W. F.; FERNANDES, C. M. **Fora de lugar: crianças e adolescentes no mercado de trabalho**. Salvador: ABET, 2000. 205p.

BALTAR, P.; PRONI, M. Sobre o regime de trabalho no Brasil. In: BARBOSA DE OLIVEIRA, C.; MATTOSO, J. (Orgs.) **Crise e trabalho no Brasil.** São Paulo: Scritta, 1996.

BALTAR, P. E. A. **Rotatividade da mão-de-obra e diferenciação das remunerações no Estado de São Paulo,** Revista de Economia e Sociedade, n.3. Campinas, IE/UNICAMP, dezembro de 1994.

_____. Crise Contemporânea e Mercado de Trabalho no Brasil. In: Oliveira, M. (Org.). **Economia e Trabalho: textos básicos**. Campinas, IE/UNICAMP. 1998.

_____. Emprego e Informalidade das Ocupações Urbanas no Brasil dos Anos 90. **Anais** do XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP. Belo Horizonte. 1998.

BALTAR, P.; DEDECCA, C. 1992. **Emprego e Salários no Brasil nos anos 60 e 70**. IE-UNICAMP, 1992. (Mímeografado)

_____**. Estagnação da economia, abertura e crise do emprego urbano no Brasil.** Revista de Economia e Sociedade, n.6. Campinas, IE/UNICAMP, junho de 1996.

BARROS, R.; FOX, L.; MENDONÇA, R. Female-headed households, poverty, and the welfare of children in urban Brazil. **Economic Development and Cultural Change**. v.45, n.2, p.231-257, 1997.

BARROS, R. P.; MENDONÇA, R. S. P. **Trabalho Infantil e Evasão Escolar**. Rio de Janeiro: IPEA, 1996.

BARROS, R. P.; SANTOS, E. C. **Conseqüências de longo prazo do trabalho precoce**. Rio de Janeiro: IPEA, Relatório Interno n.06, julho de 1991

BARROS, R., et al. A pobreza é a principal causa do trabalho infantil no Brasil urbano? In: **IPEA.** Economia Brasileira em Perspectiva. Rio de Janeiro : IPEA, 2v, 1996.

BARROS, R. P. (Coord). **Desenvolvimento infantil e ambiente familiar: uma avaliação de grau de desigualdade de oportunidades**. IPEA. 1998. (Relatório Final Primeira Infância).

BECKER, M. J. A. Ruptura Dos Vínculos: quando a tragédia acontece. In: KALOUSTIAN, S. M. (Org.). **Família Brasileira, a base de tudo**. São Paulo: Cortez,1994. p.60-76.

_____. O Desafio Da Política De Atendimento À Família: dar vida às leis - uma questão de postura, In: KALOUSTIAN, S. M. (Org.). **Família Brasileira, a base de tudo**. São Paulo: Cortez, 1994. p.77-92.

BELLUZZO, L.; COUTINHO, L. (Orgs.). **Desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise.** São Paulo: Brasiliense, v.1, 1982.

BEQUELE, A. **Child Labour: What Is To Be Done**. International Conference on Child Labour Oslo, p.27-30. Geneva: International Labour Office, 1997. (Speech)

_____. **O Trabalho Infantil: Perguntas e Respostas**, OIT,1993.

BERCOVICH, A. M.; MADEIRA, F. R.; TORRES, H. G. **Mapeando a situação do adolescente no Brasil**. São Paulo: Fundação SEADE, 1997.

BERCOVICH, A.; MADEIRA, F. A **"Onda Jovem" e seu impacto na população economicamente ativa de São Paulo.** Planejamento e Políticas Públicas**,** São Paulo: IPEA, n.8, 1992.

BERQUÓ, E. Quando, como e com quem se casam os jovens brasileiros. In: In: **Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas.** Brasília: CNPD, 1998.

BILAC, E.D. Domicílios e crianças nos Estados Brasileiros. In:_____ . **Trabalho infantil no Brasil**: **o mercado, a família e a criança.** Campinas: NEPO/UNICAMP, v.1, p. 106-155, 1998. (Relatório I)

_____. Sobre as transformações nas estruturas familiares. Notas muito preliminares, In: RIBEIRO, I; RIBEIRO, A.C.T (Org.), **Família em processos contemporâneos**: inovações culturais na sociedade brasileira, São Paulo: Loyola, p. 43-61, 1995.

_____. **Sobre Domicílios, Famílias e Mulheres...**Uma comparação Nordeste — Sudeste." Relatório final do Projeto "Gênero, Família e Reprodução Social" apresentado ao CNPq em fevereiro de 1997. (Processo n.º 523275/94-3 Projeto Integrado)

BOURDIEU, P. Gostos de classe e estilos de vida. In: Ortiz, R. (Org.). **Pierre Bordieu**: sociologia. n. 39. Ática, São Paulo. 1983. (Coleção Grandes Cientistas Sociais.)

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente.** Código Civil. São Paulo: Saraiva, 1992, p. 832-874.

BRASIL. Ministério da Previdência e Assistência Social. **A trajetória do combate à exploração do trabalho infantil.** Brasília : Ministério da Previdência e Assistência Social/Secretaria de Assistência. Disponível em: <www.abrinq.org> Acesso em: 15 maio 2003.

BRASIL. Ministério do Trabalho. **Diagnóstico preliminar dos focos do trabalho da criança e do adolescente no Brasil**. Brasília: Ministério do Trabalho, 1996a.

BRASIL. Ministério do Trabalho-SEFIT / SSST. **As formas mais intoleráveis de trabalho infantil no Brasil**. Brasília: Ministério do Trabalho, 1996.

BRASIL. Ministério do Trabalho. **Trabalho infantil no Brasil: questões e políticas**. Brasília: Presidência da República, Secretaria de Comunicação Social, Imprensa Nacional, 1998b.

CERVINI, R.; BURGER, F. O menino trabalhador no Brasil urbano dos anos 80. In: FAUSTO, A., CERVINI, R. (Org.) **O trabalho e a rua**: crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80. São Paulo: Cortez,1991.

CHAMBOULEYRON, R. Jesuítas e as crianças no Brasil Quinhentista. In: PRIORE, Morg. **História das crianças no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2000. p. 55-83.

CLASTRES, P. **Sociedade contra o Estado.** Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1978.

DAL ROSSO, S.; RESENDE, M. **As condições de emprego do menor trabalhador.** São Paulo, Thesaurus. 1986.

DAUSTER, T.; MATA, M. L. **O valor social da educação e do trabalho em camadas populares urbanas.** Rio de Janeiro : PUC, CNPq, OEA, 1989.

DAUSTER, T. Uma Infância de Curta Duração: trabalho e escola. **Cadernos de Pesquisa Fundação Carlos Chagas,** São Paulo, n° 82, 1992.

DE TONI, M**. O trabalho infanto-juvenil na Região Metropolitana de Porto Alegre.** Porto Alegre, Informe PED, Secretaria da Coordenação e Planejamento, Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, edição especial, dezembro de 1998.

DEL GROSSI, M. **Evolução das ocupações não-agrícolas no meio rural brasileiro:** 1981-1995. Campinas, 1999. Tese (Doutorado) IE/UNICAMP.

DEDECCA, C . **Desemprego: de nada adianta tapar o sol com a peneira.** Cadernos do CESIT, Campinas, 1998. (Mimeografado)

_____ . Racionalidade econômica e heterogeneidade nas relações e nos mercados de trabalho no capitalismo avançado. In: OLIVEIRA, C. A., MATTOSSO, J. E. (Coord*.)* **Crise e trabalho no Brasil:** Modernidade ou volta ao passado*?* São Paulo: Scritta. 1996.

DERRIEN, J. M**. A fiscalização do trabalho e o trabalho infantil.** Brasília: OIT, 1993. 28p. (Serie: O trabalho infantil).

DRAIBE, S. M. Há Tendências e tendências: com que estado de bem estar social haveremos de conviver neste fim de século? Campinas, NEPP, **Caderno de Pesquisa,** n. 10, 1989. p. 34-36

DURYEA, S.; LAM, D.; LEVISON, D**. Effects of economic shocks on children's employment and schooling in Brazil.** Salvador: General Conference of the International Union for the Scientific Study of Population, 2001, 33 p.

ERMISCH, J. **Économie, Politique et Changement Familial.** Population, v.49 n.6 , p. 1377-88, nov./déc. 1994.

FAUSTO, A.; CERVINI, R. **O trabalho e a rua:** crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80. Rio de Janeiro: Flacso/Unicef/CBIA, Cortez, 1991.

FERREIRA, S. G. **Desempenho Educacional no Brasil: onde estamos?** Boletim do BNDES, Rio de Janeiro, n. 41, maio de 2002.

FYFE, A. **Child labour: A guide to project design.** Geneva: ILO Child Labour Collection, 1998.

GÉLIS, J. A individualização da criança**.** In: ARIÈS, P.; DUBY, G **. História da Vida Privada – da Renascença ao Século das Luzes,** São Paulo: Schwartcz Ltda, 1991. 319 p.

GÓES, J. R.; FLORENTINO, M. Crianças escravas e crianças dos escravos. In: PRIORE, M (Org.). **História das crianças no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2000, p175-191.

GOLDBAUM, S.; GARCIA, F.; LUCINDA, C. R. de. Pobreza, trabalho infantil e renda familiar per carpita no Brasil. In: DOWBOR, L.; KILSZTAJN, S. (Org.). **Economia social no Brasil.** São Paulo: SENAC, 2001 p. 113-136.

GONÇALVES DA SILVA, A. L.; LAPLANE, M. F. **Dinâmica recente da indústria brasileira e desenvolvimento competitivo.** Revista de Economia e Sociedade, n.3. Campinas, IE/UNICAMP, dezembro de 1994.

GNACCARINI, J. C. Trabalho infantil agrícola na era da alta tecnologia. In: MARTINS, J. S. (Coord.). **O massacre dos inocentes:** a criança sem infância no Brasil. 2.ed. São Paulo : HUCITEC, 1993. p. 81-116.

HANSENNE, M. **Address At The Parliamentary Assembly Of The Council Of Europe**, (Strasbourg, 26 June 1997) International Labour Office, Geneva, 1997

HEILBORN, M. L**. Estratégias para combater o trabalho infantil no serviço doméstico: dimensões culturais do trabalho infantil feminino.** Brasília: OIT. 34 p.

IBGE. **Perfil estatístico de crianças e mães no Brasil: características sócio-demográficas 1970-1977.** Rio de Janeiro: IBGE/Unicef, 1982. p.339-340.

_____. Pesquisa nacional por amostra de domicílios **– PNAD: Síntese de indicadores 1995.** Rio de Janeiro, IBGE, 1996.

_____. Pesquisa nacional por amostra de domicílios – **PNAD: Síntese de indicadores 1990**. Rio de Janeiro, IBGE, 1990.

_____. **Manual das pesquisas básica e suplementar – PNAD de 1989**. Rio de Janeiro, IBGE, 1989.

ILO. **Combating the most intolerable forms of child labour:** a global challenge Amsterdam child labour conference. Genebra, 26 and 27 February 1997.

LASCH, C. **Refúgio Num Mundo Sem Coração: a família: santuário ou instituição sitiada?** São Paulo: Paz e Terra, 1992.

LEONE, E. T. **A expansão do Emprego Feminino na Região Metropolitana de São Paulo nos Anos 90**. Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP, 11., 1998. Belo Horizonte. **Anais...** . Belo Horizonte: ABEP, 1998.

_____. **Participação Feminina na Região Metropolitana de São Paulo na década de 90: consolidação ou precarização?** 2001. (Mimeografado).

_____**. Renda familiar e trabalho da mulher na região metropolitana de São Paulo nos anos 80 e 90.** Campinas: IE/UNICAMP, 1999, 24p. 1999. (Textos para Discussão, n.81).

LEZCANO, A . Modalidades y perfiles del trabajo infantil en seis centros urbanos de la Argentina. In: CASTRO e DEDECCA. **A ocupação na América Latina**: tempos mais duros. São Paulo, ALAST – Associação Latino-americana de Sociologia do Trabalho, 1998.

LOURENÇO, C. **Características da Inserção Ocupacional dos Jovens no Brasil.** Campinas, Instituto de Economia, dissertação de mestrado, 2002

MACHADO NETO, Z. Meninos trabalhadores. Série: **Cadernos do CEAS**, n.81 Salvador, set./out. 1982. p.39-49.

MADEIRA, F. R. **A trajetória das meninas dos setores populares: escola, trabalho ou reclusão.** Brasília: UNICEF, 1993a.

_____. **Pobreza, escola e trabalho: convicções virtuosas e conexões viciosas.** São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v.7, n.1, 1993b.

_____; RODRIGUES, E. Recado dos Jovens: mais qualificação. In: **Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas.** Brasília: CNPD, 1998.

MARTINS, J. S. Regimar e seus amigos: a criança na luta pela terra e pela vida. In: _____. (Coord.). **O Massacre dos inocentes**: a criança sem infância no Brasil. 2.ed. São Paulo : HUCITEC, 1993. p.51-80.

MATTOSO, J. ; POCHMANN, M. **Globalização, concorrência e trabalho.** Cadernos do CESIT, nº 17. Campinas, IE/UNICAMP, 1995.

_____. **Brasil: reestruturação ou desestruturação produtiva?** Campinas : UNICAMP, 1997.

MAUAD, A. M. A vida das crianças de elite durante o Império. In: PRIORE, Mary (Org). **Histórias das crianças no Brasil.** São Paulo: Contexto, 1999. p. 137-176.

MEAD, M. **Sex and Temperament in Three Primitives Societies**. Nova York: William Morrow,1963.

MOURA,. E. B. B. Crianças operárias na recém – industrializada São Paulo. In: PRIORE, Morg **História das crianças no Brasil**. São Paulo, Contexto, 2000. p. 260-288.

MONTALI, L.; PATARRA, N. L. O trabalho infantil da perspectiva do mercado de trabalho. In: NEPO/UNICAMP. **Trabalho infantil no Brasil:** o mercado, a família e a criança. Campinas : NEPO/UNICAMP, 1998. (Relatório I).

MONTALI, L. **Trabalho e Família sob a Reestruturação Produtiva.** In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP, 11, Belo Horizonte: ABEP, 1998.

_____. **Família e trabalho na conjuntura recessiva.** São Paulo em Perspectiva, v. 5, n. 1, p. 72-84, 1991.

MUNIZ, J. O**. An empirical approach for child labour in Brazil**. Salvador: IUSSP, General population conference, 23, Agost. 2001.

NEDER, G. Ajustando O Foco Das Lentes: um novo olhar sobre a organização das famílias no Brasil. In: KALOUSTIAN, S. M. (Org.). **Família Brasileira: a base de tudo.** São Paulo: Cortez, 1994. p.26-46.

NEPP. **Avaliação do programa de ensino à distância – TV escola.** Campinas: UNICAMP/NEPP. 1 cd-rom. (Relatório Executivo).

_____. **Trabalho infantil em Campinas.** Campinas: UNICAMP/NEPP. 1 cd-rom. (Relatório Executivo).

OLIVEIRA, J. S. **Notas sobre a inserção socioeconômica de moradores da favela.** Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2000/Todos/trabt8_4.pdf >
Acesso em: 10 jul. 2003.

OLIVEIRA, M. C. F. A . O Trabalho Infantil e Juvenil nos Domicílios: Ceará, Maranhão, Rio Grande do Sul e São Paulo. In:_____ . **Trabalho infantil no Brasil**: o mercado, a família e a criança. Campinas: NEPO/UNICAMP, v.1, p. 106-155, 1998. (Relatório I)

OLIVEIRA, O ., Marina, A. **Division sexual del trabajo e exclusión social.** Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo, n. 5, 1997.

OLIVEIRA, O. **O trabalho infanto-juvenil no direito brasileiro.** Brasília: OIT, 1993. 32p. (Serie: O trabalho infantil)

OIT. **Magnitud de la Pobreza en America Latina en los Años Ochenta.** OIT, mayo de 1990.

_____. **Pela abolição do trabalho infantil: A política da OIT e suas implicações para as atividades de cooperação técnica**, Brasilia, OIT 1993

PACHECO, A. L. Legislação trabalhista sobre a criança e o adolescente. In: BARROS, R. **Legislação trabalhista sobre o menor**. Brasília: IPEA, 1996. (Relatório Final) (Mimeografado).

PASSETTI, E. Crianças carentes e políticas públicas. In: PRIORE, M. (Org.). **História das crianças no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2000. p.347-375.

PETRUCELLI, J. L. Nupcialidade. In: KALOUSTIAN, S. M. (Org.). **Família Brasileira:** a base de tudo. São Paulo: Cortez,1994. p.159-171.

PIRES, J. M. A **Segmentação no mercado de trabalho infantil**. Série: Estudos Econômicos, São Paulo, v. 19, n. n. especial São Paulo 1989 p. 125-138

POCHMANN, M. **A batalha pelo primeiro emprego: as perspectivas e a situação do jovem no mercado de trabalho brasileiro.** São Paulo: Publisher Brasil, 2000.

_____. Emprego e desemprego juvenil no Brasil: as transformações nos anos 90. In: OIT (Org.) **Desemprego juvenil no Brasil: em busca de opções à luz de algumas experiências internacionais**. Brasília, OIT. 1999.

_____. Inserção Ocupacional e o Desemprego dos Jovens. In: DEDECCA, C. (Org.). Coleção ABET- **Mercado de Trabalho,** v. 6. São Paulo, ABET. 1998a.

_____. **Emprego e desemprego dos jovens no Brasil dos anos 90.** In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP, 11., 1998, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, 1998b.

_____. **O Problema Recente do Emprego no Capitalismo Contemporâneo**. In: Encontro Nacional da ANPEC, 24., 1996, Campinas: ANPEC, 1996.

PRIORE, M. O cotidiano da criança livre no Brasil entre a Colônia e o Império. In: _____ (Org.) **História das crianças no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2000, p. 84-106.

RAMOS, F. P. A história trágico-marítima das crianças nas embarcações portuguesas do século XVI. In: PRIORE, M (Org.). **História das crianças no Brasil**. São Paulo, Contexto, 2000, p. 10-54

RIBEIRO, R. M. et al. Estrutura Familiar, Trabalho e Renda. In: KALOUSTIAN, S. M. (Org.). **Família Brasileira: a base de tudo.** São Paulo: Cortez, 1994. p.135-158

RODGERS, G.; STANDING, G. **O papel econômico de Crianças em Países de baixa renda**. OIT. Brasília, 1993.

ROZE, J. P. Trabajo, moral y disciplina en los chicos de la calle. Buenos Aires: Espacio Editorial, 1999. 267p.

SABOIA, A. L., et al. **Renda e pobreza das crianças no Brasil,** Caderno de Políticas Sociais, n.5, fev. 1997. (Série de Documentos para Discussão)

SABOIA, A. L. Situação educacional dos jovens. In: **Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas**. Brasília, CNPD, 1998, p. 499-518.

SABOIA, J. **Trabalho infanto-juvenil no Brasil dos anos 90**. Caderno de Políticas Sociais, n.3, out.1996. (Série Documentos Para Discussão)

SACRANO, J. Criança esquecida das Minas Gerais. In: PRIORE, Morg. **História das crianças no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2000, p. 107-136.

SALAZAR, M. C. **O trabalho infantil nas atividades perigosas.** Brasília: OIT, 1993. 32p. (Serie: O trabalho infantil).

SANTOS, C. Criança a criminalidade no início do século. In: PRIORE, M. (Org.). **História das crianças no Brasil**. São Paulo, Contexto, 2000, p.210-230.

SARTI, C. A. **A Família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres.** Campinas: Editores Associados,1996.

SEADE/DIEESE. **Escolaridade e trabalho na Grande São Paulo: tendências recentes.** São Paulo: SEADE,1995.

SHORTER, E. **The making of the modern family.** New York: Basic Books Inc. Publishers,1975.

SINGER, P. O Plano Real: continuidade e ruptura. In: Mercadante, A. (Coord.). **O Brasil Pós-Real: a política econômica em debate**. Campinas, IE/UNICAMP. 1997.

SZWARCWALD, C.L.; LEALI M. C. Sobrevivência ameaçada dos jovens brasileiros: a dimensão da mortalidade por armas de fogo. In: **Jovens Acontecendo nas Trilhas das Políticas Públicas**, vol. 1, CNPD, Brasília, p. 363-396, 1998.

SPINDEL, C. R. **O Menor trabalhador: um assalariado registrado**. Coleção Estudos Econômicos e Sociais, São Paulo, NOBEL, 1985

_____. **Espaços de Socialização e Exploração do Menor Assalariado**. São Paulo: IDESP, 1986.

_____. **O Menor assalariado registrado na família e na escola** Cadernos CERU, n.19, São Paulo, p.86-111. 1988. (Encontro Nacional de Estudos Rurais e Urbanos, São Paulo).

SUMMERIL, L. The chore of the chores. In: http://researchmag.asu.edu/stories/chores.html, acessado em 15 de julho de 2003.

SWEPSON, L. **Sua regulamentação pelas normas da organização internacional do trabalho e pela legislação nacional.** Brasília: OIT, 1993. 26p. (Serie: O trabalho infantil)

TAVARES, M. C**. Ciclo e Crise: O movimento recente da industrialização brasileira.** Campinas: IE/UNICAMP, 1998.

VAITSMAN, J. **Indivíduo, Casamento e Família em Circunstâncias Pós-Modernas.** DADOS - Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 38, n.2, p. 329-353, 1995.

VEIGA, J. P. C. **A Questão do Trabalho Infantil** - São Paulo: Associação Brasileira de Estudos do Trabalho - ABET, 1998.(Coleção ABET - Mercado de Trabalho, v.7).

VENÂNCIO, R. P. Os aprendizes da guerra. In: PRIORE, M (Org.). **História das crianças no Brasil.** São Paulo, Contexto. 2000. p.192-209.

ZALUAR, A. Os trabalhadores em suas famílias: trabalho e pobreza. In: _____. **A máquina e a revolta.** São Paulo : Brasiliense, 1985. p.87-131.

_____ , LEAL, M. C. **CIEP e a escola pública convencional: a educação na erradicação da pobreza.** Série estudos e saúde coletiva nº 148, Instituto de Medicina Social/UERJ, dez. de 1996.

_____. **Violência extra e intramuros.** Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo, v.16, n.45, 2001

ZYLBERSTAJN, H.; PAGOTTO, C. S.; PASTORE, J. **Mudança Social e Pobreza no Brasil:** 1970-1980. São Paulo: Estudos Econômicos, FIPE/Pioneira, 1983. (O que Ocorreu com a Família Brasileira ?).